

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NATAN GURKEWICZ NUNES

O CRESCIMENTO DE VILHENA-RO:
Analítica da Polarização Regional

CÁCERES – MT
2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

NATAN GURKEWICZ NUNES

O CRESCIMENTO DE VILHENA-RO:

Analítica da Polarização Regional

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ferreira

CÁCERES – MT
2019

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

N972o	NUNES, Natan Gurkewicz . O Crescimento de Vilhena-RoAnalítica da Polarização Regional / Natan Gurkewicz Nunes – Cáceres, 2019. 159 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim) Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019. Orientador: Evaldo Ferreira 1. Desenvolvimento Desigual. 2. Regionalização. 3. Polarização. I. Natan Gurkewicz Nunes. II. O Crescimento de Vilhena-Ro: Analítica da Polarização Regional. CDU 911.375(811.1)
-------	---

Natan Gurkewicz Nunes

O CRESCIMENTO DE VILHENA-RO: analítica da polarização regional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Cáceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica espacial.

Orientador: Dr. Evaldo Ferreira

Aprovada em 15 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Evaldo Ferreira (Orientador)
Universidade do Estado de Mato Grosso

Dr. José Carlos de Oliveira Soares (Membro interno)
Universidade do Estado de Mato Grosso

Dr. William Ferreira da Silva (Membro externo)
Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí

**CÁCERES – MT
2019**

Para todas as pessoas que
valorizam a crítica, dedido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e primordialmente à minha amada mãe Joice, meu amado pai Evanir e meu amado irmão Ian.

A toda minha família.

À Unemat e todos os seus funcionários, que se esforçam para que a pesquisa científica aconteça nesse país em que ela não é valorizada como deveria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unemat, pelo empenho árduo em proporcionar estruturas e ambiente propício para o desenvolvimento humano, técnico e científico em que acredito ter conquistado lá.

À professora Dra. Ana Rosa Ferreira (In Memoriam).

Ao professor Dr. Zé Carlos, pelos ensinamentos nas aulas ministradas, pelo convívio descontraído e pelas contribuições, correções e sugestões na minha pesquisa quando membro da banca de qualificação e defesa;

Ao professor Dr. William por contribuir com críticas, sugestões e considerações na pesquisa, quando membro da banca de qualificação e defesa. E mais do que isso, por ser desde minha graduação uma referência ética e profissional;

Ao Meu orientador, Dr. Evaldo, pela ética, comprometimento com a qualidade dessa pesquisa, pelas conversas (que muitos chamam de orientação) e principalmente pela sua humanidade.

A todos meus colegas de turma de mestrado, pelo convívio enriquecedor.

Ao Vicente, um amigo de verdade, agradeço pelos diálogos sempre pertinentes que me fazem refletir muito.

À Renata e Valtair, pelo exemplo de vontade, além da amizade.

À Cris Lima e Cris Gonçalves pela amizade e por me auxiliarem muitas vezes, nas burocracias da vida.

À Dany e seu esposo Nelson, pela receptividade em Cáceres, proporcionando ambientes sociais de amizade e alegria em sua casa.

À Silene, por me receber e hospedar em sua casa.

À Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Vilhena, pela possibilidade de estágio, em especial ao professor Allysson.

À Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso – Fapemat, pelo apoio financeiro.

Sincera e honestamente agradeço a todos vocês.

Enfim, muito obrigado!

SOBRE O AUTOR

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí no ano letivo de 2016/2. Sou paulistano da Zona Leste, me mudei junto com minha mãe e meu irmão para Rondônia em janeiro de 2004, com a intenção de residir em Vilhena, porém acabamos indo para Colorado do Oeste, residindo lá até janeiro de 2009, ano em que nos mudamos para Vilhena, cidade no qual concluí o ensino básico, trabalhei durante um ano numa multinacional, posteriormente trabalhei em diversos empregos tais como: entregador de pizza, cobrador numa papelaria, estoquista em uma loja de eletrodoméstico e assistente em um escritório de contabilidade.

O contexto exposto tem por intenção me colocar como um sujeito em movimento, que saiu aos 12 anos da maior cidade do País, para o interior de Rondônia, a milhares de quilômetros de distância da minha terra natal. Mas o que sempre me chamou a atenção foi que inserido naquela nova realidade, Vilhena era vista como o lugar “grande” e com “futuro” pelo senso comum. De fato, Colorado do Oeste me soava bucólica, mas isso é característica e não defeito.

Claro que tais características me ficaram mais esclarecidas somente na Graduação, aprendendo a ciência geográfica. Uma passagem foi determinante para eu sempre voltar minhas reflexões para a região de Vilhena, não me lembro exatamente quando, mas em algum lugar vi que Milton Santos tinha se interessado pela Geografia por ele não compreender, o porquê das pessoas sempre estarem de passagem na cidade que ele morava, lá no interior da Bahia, quando ele era criança. No caso eu me colocava na posição de sujeito em movimento, algo que fui compreendendo aos poucos.

Querendo ou não, há vários momentos históricos que podem explicar meu itinerário, desde a “marcha para o oeste”, período em que minha família materna migrou do interior do Paraná para Rondônia, até questões mais atuais como a decisão de não residir mais em Colorado do Oeste.

*“Antes do vulcão cobrir Pompéia
Antes da expansão e dominação européia
Antes de Jesus caminhar pela Galiléia
O mundo era só uma Pangeia
Antes de Platão ter a primeira ideia
Antes de Homero escrever a odisseia
Não havia a mitologia de medeia
O mundo era só uma Pangeia”*

(Fabio Brazza, part. Atentado Napalm, prod. Léo Casa1. Pangeia, 2017)

LISTA DE ABREVIATURAS

ANIPES – Associação Nacional das Instituições de Planejamento e Estatísticas

AVEC – Associação Vilhenense de Educação e Cultura

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DEGEO – Departamento de Geografia

DITER – Divisão de Estudos Territoriais

EAD – Ensino à Distância

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAMA – Faculdade da Amazônia

FARON – Faculdade Marechal Rondon

FASA – Faculdade Santo André

FIMCA – Faculdades Integradas Aparício de Carvalho

FPM – Fundo de Participação do Município

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

ISPER – Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAS – Plano Amazônia Sustentável

PDES-RO – Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia

PIB – Produto Interno Bruto

PLANAFLORO – Plano Agropecuário de Rondônia

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa Integrado De Desenvolvimento do Brasil

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SEPLAN-RO – Secretaria de Planejamento de Rondônia

SEPOG – Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

UF – Unidades Federais

UNESC – Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

VA – Valor Adicionado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Região de planejamento Vilhena VII.....	66
Tabela 2 – População residente por município - Região de planejamento I - Porto Velho	80
Tabela 3 – População residente por município - Região de planejamento II - Ariquemes.....	82
Tabela 4 – População residente por município - Região de planejamento III - Jaru	84
Tabela 5 – População residente por município - Região de planejamento IV - Ouro Preto do Oeste	85
Tabela 6 – População residente por município - Região de planejamento V - Ji-Paraná	86
Tabela 7 – População residente por município - Região de planejamento VI - Cacoal	88
Tabela 8 – População residente por município - Região de planejamento VII - Vilhena.....	89
Tabela 9 – População residente por município - Região de Planejamento VIII - Rolim de Moura	91
Tabela 10 – População residente por município - Região de planejamento IX - São Francisco do Guaporé.....	93
Tabela 11 – População residente por município - Região de planejamento X - Guajará-mirim.	94
Tabela 12 – Participação relativa do V.A no PIB da agropecuária na região de Vilhena (%)	97
Tabela 13 – Participação relativa dos municípios no PIB da Indústria na região de Vilhena (%)	104
Tabela 14 – Participação relativa dos municípios no PIB do setor de serviços na região de Vilhena (%)	106
Tabela 15 – Participação relativa dos municípios no PIB da administração pública na Região de Vilhena (%)	108
Tabela 16 – Participação relativa do imposto dos municípios no PIB da região de Vilhena (%)	109
Tabela 17 – Participação do total regional no PIB total do Estado (em mil reais)	110
Tabela 18 – Vínculos formais - Variável Agropecuária (produção e assistência)	114
Tabela 19 – Vínculos formais - Variável madeira	116
Tabela 20 – Vínculos formais - Variável indústria.....	117
Tabela 21 – Vínculos formais - Variável comércio.....	118
Tabela 22 – Vínculos formais - Variável serviços	119
Tabela 23 – Vínculos formais - Variável Administração Pública.....	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Interações espaciais em níveis de centralidade das cidades brasileiras – área de São Paulo	55
Quadro 2 – Vilhena nas regiões de influência	57
Quadro 3 – Breves características dos municípios da Região I – Porto Velho	81
Quadro 4 – Breves características dos municípios da Região II – Ariquemes	83
Quadro 5 – Breves características dos municípios da Região III - Jaru	84
Quadro 6 – Breves características dos municípios da Região IV - Ouro Preto do Oeste	86
Quadro 7 – Breves características dos municípios da Região V - Ji-Paraná	87
Quadro 8 – Breves características dos municípios da Região VI - Cacoal	89
Quadro 9 – Breves características dos municípios da Região VII - Vilhena	90
Quadro 10 – Breves características dos municípios da Região VIII - Rolim de Moura	92
Quadro 11 – Breves características dos municípios da Região IX - São Francisco do Guaporé	94
Quadro 12 – Breves características dos municípios da Região X - Guajará-Mirim.....	95
Quadro 13 – Capacidade estática de armazenamento	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização da área de estudo	16
Mapa 2 - Localização da Região I - Porto Velho.....	81
Mapa 3 - Localização Região II - Ariquemes	82
Mapa 4 - Localização da Região III - Jaru	84
Mapa 5 - Localização da Região IV - Ouro Preto do Oeste.....	85
Mapa 6 - Localização da Região V - Ji-Paraná.....	87
Mapa 7 - Localização da Região VI - Cacoal.....	88
Mapa 8 - Localização da Região VII - Vilhena	91
Mapa 9 - Localização da Região VIII - Rolim de Moura.....	92
Mapa 10 - Localização da Região IX - São Francisco do Guaporé.....	93
Mapa 11 - Localização da Região X - Guajará-Mirim	95
Figura 1 – Rondônia segundo divisão meso e microrregional de 1990.....	52
Figura 2 – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação de São Paulo (SP)	56
Figura 3 – Cartograma de Níveis de Centralidade 1993.....	56
Figura 4 – Conexões externas da Rede urbana de Porto Velho	58
Figura 5 – Região de influência da Capital Regional B Porto Velho.....	59
Figura 6 – Rondônia no contexto das Regiões Geográficas imediatas 2017	63
Figura 7 – Localização das fotos tiradas em campo no dia 22/11/2018.....	134
Foto 1 – Área intermediária vazia próximo ao Residencial União	135
Foto 2 – Residencial Alvorada	136
Foto 3 – Setor 13.....	136
Foto 4 – Setor Santo Antônio	137
Foto 5 – Barão do Melgaço III visto da margem da Br-174 sentido Vilhena	137
Foto 6 – Contato entre o preservado e o urbano.....	138
Foto 7 – Bosque com lago situado entre o Barão do Melgaço III e Residencial Santos Dumont II	138
Foto 8 – Cidade Verde 3 visto da BR-174 sentido Vilhena.....	139
Foto 9 – Residencial Santos Dumont II.....	140
Foto 10 – Área especulativa.....	140
Foto 11 – Subcentro comercial Avenida Melvin Jones	142
Foto 12 – Subcentro comercial Avenida Paraná.....	142
Foto 13 – Loja Havan e Atacadão.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação relativa dos municípios no PIB da agropecuária na Região de Vilhena (%)	98
Gráfico 2 – Rebanho bovino nos municípios da região de Vilhena 2002-2017 (em cabeças) ...	99
Gráfico 3 – Lavoura de soja na região em área plantada (ha)	100
Gráfico 4 – Lavoura de milho na Região em área plantada (ha)	101
Gráfico 5 – Participação relativa do PIB da Indústria dos municípios na Região de Vilhena em (%)	105
Gráfico 6 – Participação relativa do PIB dos serviços dos municípios na região de Vilhena em (%)	107
Gráfico 7 – Participação da Administração Pública no PIB dos municípios na Região de Vilhena em (%)	108
Gráfico 8 – Participação do imposto no PIB dos municípios na Região de Vilhena em (%)	110
Gráfico 9 – Repasses do FPM aos municípios da região	111
Gráfico 10 – IDHM 2000-2010 (Longevidade)	123
Gráfico 11 – IDHM 2000-2010 (Educação)	124
Gráfico 12 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (observado) da rede pública de ensino 5º e 9º anos 2005-2017	125
Gráfico 13 – Repasses Fundef e Fundeb aos municípios da região	126
Gráfico 14 – IDHM 2000-2010 (Renda)	126
Gráfico 15 – Remuneração média em 2017 por setores (R\$ 1,00)	128
Gráfico 16 – IDHM Geral 2000-2010	129
Gráfico 17 – Conflitos de terra - Rondônia e Cone-Sul 2000-2014	132

O CRESCIMENTO DE VILHENA-RO: Analítica da Polarização Regional

RESUMO

A regionalização e a polarização são formas históricas de organização da sociedade escolhidas pelo Estado e essa pesquisa dedica-se a compreender como que elas se relacionam com o crescimento de Vilhena-RO que é cidade polo de sua região, tendo em vista que foi uma cidade que cresceu muito nas últimas décadas e a sua região, de um modo geral, demonstrou letargia. O objetivo geral é analisar a dinâmica da organização regional, a partir da função exercida por Vilhena-RO e seus reflexos socioeconômicos, intraurbanos e relacional. Os objetivos específicos são: Elucidar como se envolvem os conteúdos (fixos e fluxos) da região com Vilhena-RO; identificar as intenções oficiais das regionalizações elaborados ao longo do período histórico selecionado, e por fim avaliar a realidade e as possibilidades do desenvolvimento isonômico para a região, de forma mais solidária e menos centralista. Os procedimentos metodológicos necessários à realização dessa pesquisa foram: pesquisa bibliográfica em artigos de periódicos, monografias, dissertações, teses e livros, clássicos e contemporâneos que versam sobre a teoria da Geografia Regional e áreas afins e sobre o objeto; e pesquisa documental nas publicações de governo e nas instituições censitárias em que se quantificou, e tabulou com base nas variáveis: produção, emprego, transporte e serviços, em outras palavras: agronegócio, mão-de-obra, escoamento e qualidade de vida; e analisou-se as dinâmicas do recorte espacial oriundos do esforço comparativo e analítico entre os elementos; e nos documentos políticos que referenciam oficialmente as regionalizações bem como a polarização intentou-se em visualizar a lógica do planejamento. A partir de todos esses processos descritos, entendeu-se que se trata de um polo aparelhado, porém não teleológico, pelo agronegócio atuando de maneira a drenar a região. Se tornando urgente promover uma modificação da visão competitiva, a respeito do desenvolvimento regional e urbano.

Palavras-Chave: Desenvolvimento desigual. Regionalização. Polarização.

THE GROWTH OF VILHENA (RO): Analytic of Regional Polarization

ABSTRACT

Regionalization and polarization are historical forms of social organization chosen by the State and this study is aimed at understanding how they relate to the growth of Vilhena, (RO), which is the pole city of the region where it is located, given that the city grew significantly in recent decades while the region, in general, showed lethargy. The general objective is to analyze the dynamics of the regional organization based on the role of Vilhena (RO) and its socioeconomic, intra-urban, and relational reflexes. The specific objectives are to elucidate how the contents (fixed and flows) of the region are associated with Vilhena-RO; to identify the actual intentions of the regionalizations developed throughout the selected historical period; and finally, to evaluate the reality and the possibilities of isonomic development for the region, in a more solidary and less centralized way. The methodological procedures necessary to conduct this study were: bibliographic research in journal articles, monographs, dissertations, theses, and classical and contemporary books that deal with the theory of Regional Geography and related areas and address the subject; and documentary research in government publications and census institutions through which production, employment, transport, and services, that is, agribusiness, labor, access and distribution, and quality of life, were quantified and tabulated based on the variables. The dynamics of the spatial cutout arising from the comparative and analytical effort between the elements was analyzed. The analysis of the policy documents that officially refer to the regionalizations and the polarization intended to allow the visualization of the logic of planning. From all these described processes, Vilhena can be understood as an equipped pole, but not a teleological one, because agribusiness acts in a way that drains the region. Therefore, it is urgent to promote a change in the competitive view regarding regional and urban development.

Keywords: Unequal development. Regionalization. Polarization.

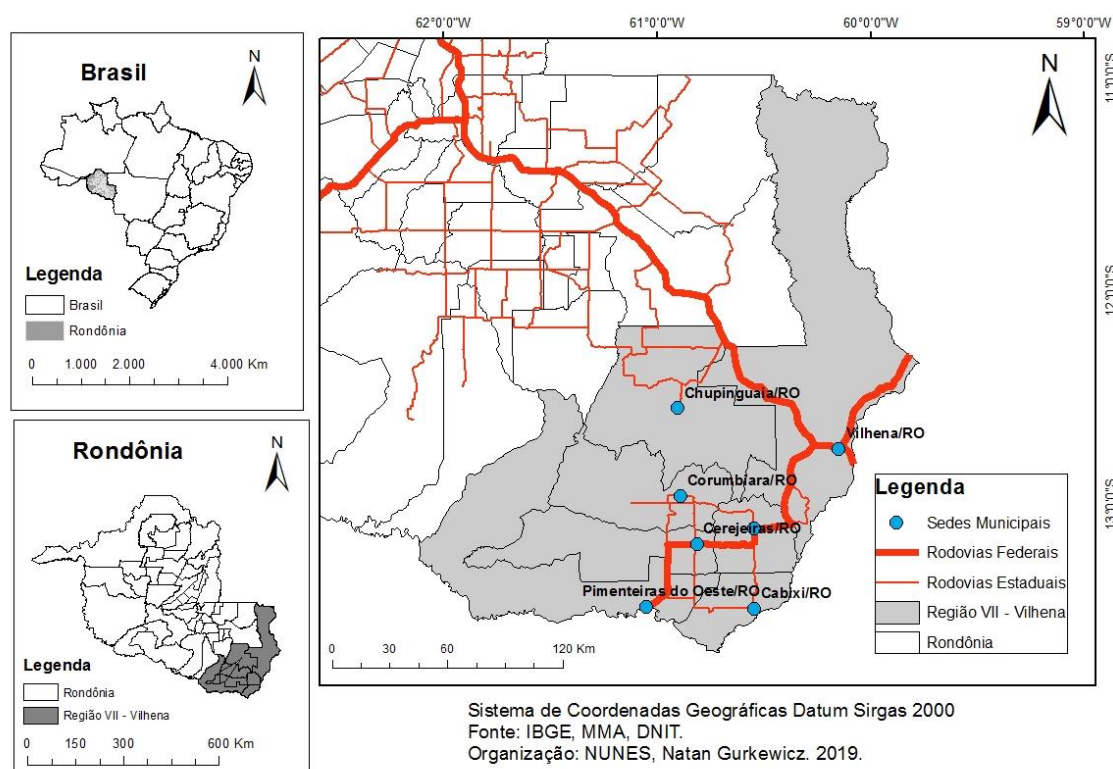
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO II – EPISTEMOLOGIA DA REGIÃO EM GEOGRAFIA	22
2.1. OBJETOS DA ANÁLISE REGIONAL	27
2.2. REGIONALIZAÇÃO	32
2.3. POLARIZAÇÃO	34
2.4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E ENVOLVIMENTO REGIONAL	38
2.4.1. Desenvolvimento: subjetividade limitante	43
CAPÍTULO III – AS DIVERSAS FACETAS DO PLANEJAMENTO REGIONAL	45
3.1. PROJEÇÕES INSTITUCIONALIZADAS: o Estado como foco e o regional como estratégia.....	46
3.1.1. Contextos de Vilhena e região nas Divisões-Regionais	50
3.1.2. A polarização regional como orientação administrativa.....	65
3.2. CARACTERÍSTICAS POLARIZANTES DE VILHENA.....	68
3.2.1 A agricultura e a pecuária	69
3.2.2 Saúde, Educação e Localização	71
3.2.3 Características gerais do ambiente natural	74
CAPÍTULO IV – AS DINÂMICAS DA REGIÃO NA QUAL VILHENA É POLO	79
4.1 AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE RONDÔNIA	80
4.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS NO PERÍODO 2005-2014.....	96
4.3 DINÂMICA DOS VÍNCULOS FORMAIS DE EMPREGO ENTRE 2002-2017.....	112
4.4 INDICADORES SOCIAIS.....	122
4.5 BREVES EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS COLATERAIS DA POLARIZAÇÃO EM VILHENA	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

O município de Vilhena está localizado no Sul do estado de Rondônia (Mapa 1), fazendo divisa com o estado do Mato Grosso, distando 119km da sede municipal de Comodoro via BR-364 e 237km da sede do município de Juína via BR-174. Sua população estimada no ano de 2017 era de 93.754 habitantes (IBGE, 2017a). Segundo a regionalização nacional oficial, insere-se na região norte do país, na mesorregião do Leste Rondoniense e microrregião de Vilhena (IBGE, 1990).

Mapa 1 – Localização da área de estudo



Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2017).

Os aspectos físicos são de características de área de contato (ecótono) entre os domínios Amazônia e Cerrado (AB' SABER, 2003), com predominância topográfica, climática e vegetativa de Cerrado, embora nisso possa haver uma contradição discursiva uma vez que no senso comum o *slogan* da cidade é “Clima da Amazônia” ou “portal da Amazônia” e até mesmo em enunciados políticos como “Amazônia internacional” e “Amazônia legal”, ao qual Vilhena-RO fez parte desde quando era território do Guaporé, com variadas referências legislativas (IBGE, 2016).

Como orientação de regionalização e polarização estadual apresenta em seu ordenamento a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA,

2007), na qual Vilhena-RO se encontra como polo da região que faz parte, sendo esta região constituída de sete municípios: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena.

Dentre os municípios supracitados, é salutar mencionar que apenas Vilhena-RO está inserido diretamente no modal rodoviário federal, localizado às margens da BR-364, situando-se em um entroncamento com as BR-174 e BR-435 (antiga RO-399) (FIORI, 2012, p. 90).

Em Vilhena-RO verifica-se que o avanço da economia, principalmente a oriunda da modernização do campo pela expansão da fronteira agrícola para o Oeste e a modernização da pecuária de corte (LUS, 2012), são fatores razoavelmente recentes e consideráveis de reflexão sobre a interpretação crítica da modificação do espaço, leia-se, a introdução e estruturação do agronegócio, trazem consigo uma complexidade de fatores relacionados com as relações do homem com o ambiente e do homem com a sociedade.

Para implantação e desenvolvimento dessas práticas são necessários atores situados em escalas diferentes. Não se tratando de um ato espontâneo da sociedade local tal modificação (embora efetuada por ela), mas sim de uma rede exógena e extensa que a nova economia encontra em seletas localidades elementos mínimos para se efetivar, destaca-se nesse contexto a presença do Estado, empresas multinacionais (através de *trading*), de vontade política, empresarial local e capital humano.

Ao analisar alguns dados referentes ao crescimento econômico e demográfico (postos de trabalho, Produto Interno Bruto *per capita*, setor terciário e produção agrícola) da região em comparativo com o do município de Vilhena-RO verificou-se como problema o fato de não serem consonantes, ou seja, a regionalização denota implicitamente funções e possibilidades diferentes para seus componentes, logo é perspicaz a interpretação geográfica crítica acerca dos direcionamentos oficiais que garantem a existência dessa organização visando entender seu papel na razão polo-região.

Aparentemente, a função da região é de favorecer o crescimento capital e social de algumas localidades, principalmente o centro, embora a tendência homogeneizadora seja a premissa da economia capitalista. A região não se apresenta como resistência, mas sim com aptidões insuficientes para se inserir por completa na exigência exógena da economia mundial, que cadenciam o desenvolver.

O período de análise proposto na pesquisa compreende de 2002 à 2017, por dois motivos: Em primeiro lugar, por abarcar o início da mecanização agrícola na Região, bem como podendo observar seus desenrolar historicamente. E em segundo lugar, por possibilitar análise que envolve o exercício da Lei Estadual de polarização que entrou em vigor em 2007 (RONDÔNIA, 2007).

Nesse sentido algumas questões norteiam essa pesquisa: O polo cresce por que as outras decrescem? É verídica a relação polo-periferia? A projeção segue essa tendência de crescimento? Devido a realidade de diferenças das localidades, pode se chamar de desenvolvimento regional?

Para buscar resultados, essa pesquisa se embasou em técnicas de análise documental (sem tratamento crítico em sua produção), estatísticas (dados que dão luz à materialidade do objeto) e bibliográfico para fornecer o conteúdo alvo de análise, ou seja, o escopo é buscar correspondências entre Vilhena e a sua região, nos documentos oficiais, em diversificadas fontes de dados ou em produções bibliográficas que se alinham com os objetivos propostos.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 175), pesquisa documental pode ser primária “documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas [...]”, ou de origem secundária “Relatórios de pesquisa baseado em trabalho de campo de auxiliares, estudo histórico recorrendo aos documentos originais [...]” podendo ainda ser de fontes diversas como, arquivo público, particular e estatístico, escritos ou não escritos. A principal diferença entre eles é se teve ou não a interpretação, mormente ao ato da coleta.

Já a pesquisa bibliográfica (idem, p. 183) seria “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” que tem como fundamento “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, porém, ressalta-se que “não é mera repetição”, mas sim “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem”. Segundo as mesmas autoras, as fontes podem ser várias, como: imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações.

Como norte para investigar os conteúdos (fixos e fluxos) que se envolvem na relação Vilhena-região realizou-se, pesquisa bibliográfica em

periódicos on-line, produções de programas de pós-graduação, arquivos de publicação em revistas e jornais.

Já a pesquisa documental subsidiou as quantidades, principalmente para tabulação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção agrícola, pecuária e extrativista da região, assim como dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão de Rondônia (SEPOG) referentes a decomposição do Produto Interno Bruto do Estado, que envolvem informações sobre a indústria, comércio, serviços, administração pública e arrecadação de impostos.

Na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (MTE, 2018) foram levantados dados referentes aos postos de trabalhos formais dos municípios, a fim de caracterizar suas variações históricas, e os perfis dos municípios no que tange ao emprego. Sobre a renda foram consultadas as Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Destaca-se o PNUD, pelo angariamento das informações sobre o desenvolvimento humano, sobre saúde, educação, longevidade e renda, através principalmente do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Com relação aos documentos que norteiam, produzem ou reproduzem o sentido político regional, foram examinados os que possuem relação macro, meso ou micro com o recorte, os principais são: Regionalizações, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990, 1991, 2000a, 2008a, 2013, 2015^a, 2017b, 2017c).

Bem como foram analisados trabalhos que discorrem sobre os programas de desenvolvimento: Plano de Integração Nacional (BATISTA, 2014; SOUZA, 2011), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (KOLHEPP, 2002; BATISTA, 2014; SOUZA, 2011) Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) (KOLHEPP, 2002; BORGES, 2012), Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) (ACSERALD, 2002; BORGES, 2012), Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia (PDES- 2015-2030) (RONDÔNIA, 2015a), e a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007, que estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o estado de Rondônia (RONDÔNIA, 2007).

Por fim, para construir como síntese uma inteligibilidade dos reflexos da polarização e regionalização, empenhou-se em pesquisar nos escritos clássicos e contemporâneos que buscam discutir criticamente questões sobre desenvolvimento, regionalização, sociedade e solidariedade, pautando numa abordagem qualitativa, referente à análise dos resultados das pesquisas bibliográficas e documentais, assim, comparando com a materialidade produzida em Vilhena e na região, através dos perfis e das dinâmicas que os envolvem.

O uso do termo “analítica” tem como base o filósofo Michel Foucault, por entender que o seu estudo sobre o poder não compreendia uma teoria relacionada a uma explicação independente de contexto, mas “sim trabalhar uma analítica de poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas” (MAIA, 1995, p. 34; FOUCAULT, 1999, p. 79).

Algo que se assemelha muito à questão da teoria de localidades centrais, que germina na realidade francesa, mas que influencia o Brasil desde seus primeiros planejamentos do século XX, como é o caso do realizado pelo IBGE (1968), que destaca em sua metodologia:

O presente estudo teve a sua metodologia baseada em parte naquela empregada por M. ROCHEFORT e J. HAUTREUX (3) para a França, metodologia esta que sofreu algumas modificações e complementação antes e durante a elaboração do trabalho, visando uma adaptação ao caso brasileiro (IBGE, 1968, p. 179).

Promovendo assim, uma difusão de realidades regionais e hierarquias, dado a pluralidade do território nacional brasileiro. Ou seja, qualquer lógica regional, por mais que passe por variadas escalas de planejamento e análise, constituem-se *per si*, dado o imbricamento de ingredientes possíveis que, por um lado, é homogêneo, e por outro lado, a torna diferente.

No capítulo II, é focado construir a base de referência científica, que deu possibilidades de elucubração e compreensão do objeto. Pautou-se em três movimentos: abordagem histórica, refutação ou constatação de algumas abordagens científicas datadas e por fim, encontrar as fontes e correntes de pensamento adequadas que o objeto necessitou.

Já o capítulo III, desenvolve-se em torno do objetivo específico: Identificar as intenções políticas, econômicas, ideológicas e sociais da regionalização. Abordam-se os documentos em múltiplas escalas, até ser

possível visualizar sua relação com o objeto. Além de poder “ler” melhor Vilhena, a partir, de uma visão exógena, guiada pela pretensão.

O capítulo IV, assim como o III, também é guiado em torno de um objetivo específico: Elucidar como se envolvem os conteúdos fixos e os fluxos da região com Vilhena-RO. Os fixos são entendidos como processo imediato do trabalho, instrumentos de trabalho, forças produtivas, incluindo a massa dos homens, os fluxos são referentes à circulação, que dão explicação da distribuição e consumo, o movimento (SANTOS, 2008). Nele estão expostos os dados de cada município, comparados e destrinchados, proporcionando assim, uma visão mais holística e ao mesmo tempo crítica, pautado pelas referências valorizadas no capítulo II.

O último objetivo específico: avaliar a realidade e as possibilidades do desenvolvimento isonômico para a região. Nesse caso, é um objetivo que não possui um capítulo específico, ele aparece entremeado em todos os outros, é uma manifestação qualitativa, sobre todos os assuntos analisados.

E por fim, o objetivo geral: analisar a dinâmica da organização regional, a partir da função exercida por Vilhena-RO e seus reflexos socioeconômicos. É de certa forma, a consideração final, sendo construída e satisfazendo-se a partir de cada fragmento da pesquisa, uma visão analítica, transfigurada na síntese, que decorre da relação, tese e antítese, de cada objetivo específico.

CAPÍTULO II – EPISTEMOLOGIA DA REGIÃO EM GEOGRAFIA

O marco zero para a discussão de região na presente pesquisa é o momento em que inicia-se a abordagem de Região como categoria, primando pelo tratamento metodológico e científico. Confere-se então a La Blache (1845-1918) e Hartshorne (1889-1992), pois é a partir desses autores¹ que a discussão ganha tal característica, em uma crescente reflexão sobre a organização da sociedade e a relação homem e natureza, que desde então vem se desdobrando para chegar ao que chama-se hoje de região enquanto categoria.

Cabe salientar, no entanto que a região enquanto vocábulo já é palavra corrente desde os gregos e ainda aparece para os romanos (*regere* no latim que deu origem à palavra regente) com certo método, pois efetivamente reportava a determinado recorte (império), ao qual se confundia com o Estado pelo seu teor político-administrativo (CORRÊA, 1997, p. 183). E *regione* que era utilizada no Império Romano designava as áreas que eram subordinadas às mesmas regras da sede Roma (GOMES, 2000, p. 50) logo, distante do sentido categórico, ainda que tivesse na realidade recortada a sua referência.

A escolha do marco zero se fez devido ser naquele momento o início para o entendimento que se tem nos dias atuais, o que Carvalho e Santos (1965) visualizam como o estado germinal de uma Geografia Aplicada:

Já na segunda metade e fins desse século [XIX], começam a ganhar força a explicação e a interpretação dos fatos geográficos, bem assim, com Vidal de La Blache, as primeiras manifestações do espírito de síntese, que daí por diante, passa a ser a ambição de todo estudo geográfico (CARVALHO e SANTOS, 1965, p. 250).

Entende-se que o que antecede a tal recorte temporal, embora seja significativo para a ciência geográfica, cabe mais como um historicismo da Geografia enquanto uma reflexão sobre os conhecimentos do senso comum e científico, do que da categoria Região em si.

Há, no entanto a necessidade histórica de se fazer um parêntese e explanar sobre Ratzel, seu contexto e sua obra “determinista”. Ratzel era alemão com especialidade no que hoje poderia ser aglomerado (dicotomia ainda não superada) no rol da “Geografia Física”, pois seus conhecimentos

¹ Seria injusto não mencionar outros importantes nomes clássicos que no mínimo deram norte e/ou vitalidade para o debate conceitual regional, para fim de conhecimento são eles: Karl Ritter (1779-1859), Andrew John Herbertson (1865-1915), Alfred Hettner (1859-1951), Carl Ortwin Sauer, (1889-1975), Bernard Kayser (1926-2001).

eram estritamente sobre geologia, anatomia e zoologia, contudo viveu e exerceu o cargo de jornalista nos Estados Unidos da América, divulgando assim suas ideias para além do território teuto (LENCIONI, 2003), o que nesse contexto não era muito fácil devido os limites tecnológicos da comunicação global.

Ainda para Lencioni (2003), Ratzel tem grande influência do pensamento darwiniano, porém é possível verificar certo avanço no entendimento do agente humano na realidade geográfica em seus escritos *Antrophogeographie*, de 1882 (volume 1), para o de 1891 (volume 2), em relação à cultura e povo enquanto social, chegando a afirmar que existem diferentes povos, havendo o mais desenvolvido que neutraliza o agente natural (ou seja, não tão determinista como foi caricaturado). O que solidifica a ideia de determinismo, no caso da obra desse autor, é que o liberalismo se apropria seletivamente dessa ideia de “seleção natural” como moto de “dominação territorial” (Idem, 2003, p. 84), enquanto justificativa para expandir-se, social e culturalmente, ignorando toda linha de raciocínio, método e contexto do autor, para fins práticos e políticos.

Para Mercier (1995) a solidificação da limitada ideia de determinismo (e regiões naturais) começa a ruir quando entra em cena La Blache e a concepção (ao qual ele não nomeia) possibilista, corroborado e caricaturado por Lucien Febvre (1922) e seu “rastros” (MERCIER, 1995, p.12) ao qual dá sentido de dualismo e invalidação do determinismo, como se fosse essa a função possibilista. O problema de Febvre, compreende Mercier (1995), é limitar-se a esse antagonismo das posições e obras desses dois conceitos, não fazendo jus a contribuições e prestando o desserviço de não favorecer a disseminação e discussão do legado de ambos, promovendo para os dois lados uma ideia doutrinadora de suas correntes.

Essa explicação contextual é necessária haja vista que houve, de certa forma, influência epistemológica de Ratzel em La Blache, algo muitas vezes negligenciado ao abordar a questão da “região natural” e das análises comparativas dos gêneros de vida (geografia regional de La Blache), como sendo o natural avanço do possibilismo sobre o determinismo, logo o avanço também de um autor sobre o outro, porém é notável lembrar que “[...] os dois aderem à mesma concepção geral da relação Homem-Natureza e que eles

deduzem conceitos de região e de Estado muito similares no plano teórico” (MERCIER, 1995, p. 8).

Lencioni (2003) destaca a contribuição possibilista como uma libertação do ser, em que este, imbuído de possibilidades, não pode mais ser interpretado à luz somente da razão iluminista, necessitando para a ciência geográfica e em geral, entender a realidade subjetivamente, deste modo surge o historicismo.

Ademais, observa Lencioni (2003, p. 87): “Positivismo e historicismo, determinismo e possibilismo, inspirados na filosofia iluminista, no idealismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas de desenvolvimento da Geografia moderna”. É notório destacar que nesse período de dualidade a Geografia estava em crise como pensamento científico justamente por não conseguir definir seu objeto (fenômenos físicos ou humanos) e a Geografia Regional foi a primeira categoria que possibilitou superar tal dualidade, de modo que a Geografia passou a usar a categoria região, pois essa era definida como um “espaço com características físicas e socioculturais homogêneas [...]” (LENCIONI, 2003, p. 100).

Uma síntese perspicaz sobre as regiões que La Blache desenvolve ao longo do tempo é encontrada em Ferreira (2014), com base em Haesbaert (2005) resume que “[...] pode-se afirmar que em La Blache estão presentes as concepções de região natural, região como produto da relação homem-meio, região econômica, região nodal e região no sentido político” (FERREIRA, 2014, p. 16).

Com relação à contribuição de Hartshorne para a Geografia Regional, Lima Neto (2012) analisa amiúde o livro *The nature of geography* (1939), entendendo que o objetivo mor do autor nesse livro e sua contribuição ao debate regional era discutir as questões metodológicas da Geografia, ou ainda trazer para o debate a questão acerca do dualismo entre o geral e o particular (nomotético e idiográfico). Para ele a Geografia Regional se postulava na diferenciação de áreas. Ressalta-se que Hartshorne nesse livro faz vastas referências ao alemão Alfred Hettner (método corológico).

Segundo Fonseca (1999, p. 91), para Hartshorne “o método da geografia seria o regional, que buscava a síntese através da integração de fenômenos heterogêneos”, acrescenta-se ainda que Hartshorne, diferentemente de La Blache (região concreta), acredita que a região é uma construção intelectual (CORRÊA, 1987), ou seja, essa ruptura entre região como um dado concreto

de origem lablachiana e a região enquanto criação intelectual hartshorniana contribuiu e para o avanço acerca do método na Geografia Regional e, por conseguinte na ciência geográfica.

Corrêa (1997) divide as acepções sobre região em seis diferentes conceituações, sendo subdivididas em três pré e três pós 1970. As três primeiras são: região natural, região-paisagem e região intelectual (com base lógico positivista). Para esse autor, essas três conceituações representaram por longo tempo um pluralismo conceitual, caracterizando-a como uma complexa tradição dessa categoria.

Região natural seria aquela “concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação dos elementos da natureza, sobretudo, clima, vegetação e relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural” (CORRÊA, 1997, p. 184).

No caso da região-paisagem trata-se dela “entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. O arranjo dos campos, o sistema agrícola, e o habitat natural” (idem, p. 185).

A região como uma construção intelectual, não possui um dado *a priori* como no caso das anteriores, pois ela não tem uma única base empírica. Nela “os princípios da taxonomia são adotados e os procedimentos operacionais são os da estatística descritiva, entre eles as medidas de variabilidade, a análise fatorial e a análise de agrupamento” (idem, p. 186).

As outras três acepções surgidas após 1970 tem relação direta com o capitalismo e sua expansão supranacional. Nesse período já se incorpora novos paradigmas à Geografia. Para Corrêa (2005) a primeira acepção dessa nova fase é a “regionalização da divisão social do trabalho” (idem, p. 187), caracterizando-se em uma análise crítica fundamentada principalmente no materialismo histórico dialético. A segunda nova conceituação é mais forte na linha humanística e cultural, em que entende a região como um espaço-vivido, um fruto identitário do corpo comunitário.

Por fim, Corrêa (1997) elenca a terceira acepção surgida após 1970, “trata-se de uma visão política da região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas” (CORRÊA, 1997, p. 188). Ressalta-se que embora exista esse leque de conceituações, elas não se deram, historicamente, por substituição, contudo de certa forma

houve progressão, graças à própria complexidade que ocorreu com a realidade.

A referida progressão tem como base os valores e pressupostos de cada corrente teórico-metodológica, que se manifesta através da negação da conceituação anterior e na busca por novos elementos definidores, o que torna mais complexo o uso da palavra região, Perpetua (2011) sintetiza bem esse processo:

[...] a solução encontrada para o problema da imprecisão conceitual e do pluralismo que perpassou o debate ao longo do tempo foi a exaustiva adjetivação do conceito, que passou de “região natural” (corrente determinista), para “região geográfica” (corrente possibilista), “região homogênea” e “região funcional ou polarizada” (corrente teórico-quantitativa), até chegar às formulações contemporâneas que, mesmo lançando mão dos adjetivos diretos, empreendem qualificações muito distintas acerca do conceito de região (PERPETUA, 2011, p. 52).

O autor ainda expõe que sem dúvida, no entremeio dessas “exaustivas adjetivações”, é possível visualizar as questões constantes que são elementares para a manutenção lógica do debate sendo elas: heterogeneidade, diferenciação e desigualdade. Destaca-se, entretanto, que apesar das imprecisões citadas, as regiões vão muito além de serem somente diferentes conceituações, pois elas são de fato, completamente diferentes entre elas mesmas.

Santos (2006), em resposta ao que seria uma tendência em dizer que a globalização do capital financeiro e as transformações aceleradas desmoronariam a existência e necessidade da região, afirma:

Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenómeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. (SANTOS, 2006, p. 165).

Contudo Santos (2006) adverte que a característica que faz com que a região resista é a sua capacidade mutável, de forma e conteúdo, tendo como propriedade a coerência funcional, definidora de sua qualidade espacial. Tal coerência não é mais orgânica e sim reativa à escala global. Isso para esse autor tornou o conceito complexo.

Para Egler (2002, p. 187) a região é a “escala de operação produtiva no capitalismo, seja para consolidar e proteger seus próprios mercados domésticos, seja para ampliar os limites dos seus territórios econômicos” nesse sentido, a região, para o autor é “[...] a instância correta para analisar as transformações que estão se processando no sistema produtivo”. (idem, p. 187-188).

É Haesbaert (2010) que observa que ao longo da construção da categoria região houve os que decretaram enfaticamente sua “morte”, isso decorria em geral pela limitação da compreensão da realidade por parte do método da ciência, ou seja, assim que um novo método surgia a região era reconstruída para dar conta das novas problemáticas vigentes, dessa forma, sabiamente Haesbaert (2010) configura esse movimento como “morte e vida”, e não do contrário.

Embora com o passar do tempo e do aumento da complexidade da organização social e política, uma característica é evidente em todas as conceituações existente para a categoria região: a diferenciação de área (FERREIRA, 2014, p.15). O que se nota são as mudanças do método e do objetivo de determinada análise ou uso, resvalando nas variáveis a serem valorizadas como determinantes.

Por fim, concordamos com o entendimento que Contel (2015) extrai de Milton Santos, asseverando que a região é o resultado da dialética de dois tipos de lógica: “uma que é dada pelos arranjos internos de cada divisão do trabalho regional” e “outra que é expressa pela influência cada vez mais aguda de vetores externos” (CONTEL, 2015, p. 456).

Dessa maneira, entende-se que a Região, tanto concreta quanto projetada, são postuladas conforme diferenciações dos conteúdos selecionados, e que não há uma forma consolidada e indiscutível de ser representada, apenas objetificada. Atentar-se-á para as características contraditórias, oriundas do funcionalismo econômico e estrutural atribuído a ela, bem como das relações multiescalares, em que sujeitos e objetos coexistem e são manifestações de poder e de seletividade.

2.1. OBJETOS DA ANÁLISE REGIONAL

Os núcleos centrais da categoria Região (mesoescala, coesão, singularidade espacial, estabilidade regional e continuidade espacial) serão

abordados por essa pesquisa como objetos de análise regional, pois buscar-se-á compreender cada um, em suas propriedades física e mental, no recorte selecionado, quando da abordagem materialista e empirista.

A escala foi um dos paradigmas da Geografia clássica, dentro da discussão e esforço de atribuí-la o status de ciência, pois era necessário encontrar para si um objeto próprio, que dotasse de características geográficas, suficientemente únicas, para que se pudesse dizer “isto é da Geografia”. Isso decorre do fato de que a realidade, e os fenômenos geográficos muitas vezes são multiescalar, pois leva em considerações múltiplas variáveis que não se distribuem com sincretismo, como sentimento, estatística, interrelações, história, cultura, política, meio ambiente, enfim elementos puramente geográficos, que são *sine qua non*, de sua existência científica, que precisam ser arranjados em uma escala de entendimento possível:

(...) a escala não existe como medida, porque ela não fragmenta, mas, pelo contrário, integra. Ela confere sentido ao real percebido porque informa a realidade que nele existe. Daí a importância de cada território, que, independentemente da nossa visibilidade, contém o real. [...] as diversas escalas supõem campos de representação a partir dos quais é estabelecida a pertinência do objeto, mas cada escala apenas indica o espaço de referência no qual se pensa a pertinência, mais geralmente pertinência do sentido atribuído ao objeto definido pelo campo de representação (CASTRO 2002 p. 59 apud FERREIRA, 2014, p. 37).

Com isso, entende-se que a escolha da escala é feita pela espacialidade que o fenômeno analisado necessita, seja local, regional, nacional ou mundial. Micro, meso ou macro. Considera-se, pois, a mesoescala, uma escala intermediária da Geografia, situada entre o único e o universal, o local e o planetário.

Castro (2000) observa que a discussão da escala na Geografia ficou estacionada ao longo do tempo, pois era sempre resumida a uma qualidade cartográfica, que se expressava matematicamente, “confundindo-se a escala de fração com a escala de extensão” (idem, 2000, p. 119), nessa perspectiva era vista somente como um instrumental.

Avançando sobre o assunto a mesma autora entende que foi fundamental a libertação da escala da analogia cartográfica, desse modo “a escala foi objetificada mediante a visibilidade de partes do real, que representam estruturas que se diferenciam de acordo com o ponto de vista do observador” (CASTRO, 2000, p. 136).

A autora conclui que em pesquisa na área de Geografia “não há recortes territoriais sem significado explicativo, o que há, muitas vezes são construtos teóricos que privilegiam a explicação de fenômenos pertinentes a determinadas escalas territoriais” (CASTRO, 2000, p. 138-139) e ainda acrescenta, sobre a relação escala e categoria, “a recente reinvenção do lugar na geografia e a sempre atual discussão sobre região [...] nos obriga a refletir sobre a adequação permanente de nossa estrutura conceitual às possibilidades heurísticas de todas as escalas” (idem, p. 138-139).

Após fazerem consubstancial discussão a respeito de escala e contextualização de autores como Edward Soja, David Harvey, Octavio Ianni, Bernard Kayser, entre outros, Lencioni (2003, p. 194), buscando apontar perspectivas contemporâneas da Geografia Regional, expõe seu ponto de vista acerca da escala dizendo que “somos da opinião de que a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais”, apesar de não usar o termo “mesoescala”, sem dúvida, tal assertiva indica a mesma pertinência.

Ou seja, a mesoescala é a que se situa no entremeio de outras escalas, mas não é apenas uma alocação deliberada, ela representa uma realidade, onde versam o unitário com o universal, em que o local não perde suas referências, e não existe apenas *per si*, dialogando com o planetário, por ser justamente, um elo, ou uma escala facilitadora de controle. Em meio a essa dicotômica relação, faz-se existir uma escala completamente diferente, tanto do local, quanto do planetário, não pertencendo a nenhuma delas por completo, mesmo assim pertencendo a ambas (NUNES e FERREIRA, 2018).

Coesão seria a síntese das qualidades humana e naturais abrangidas em determinada escala, o importante seria, para a região não perder a coesão, de forma que a mesma se baseasse numa ação coordenada de um centro, tendo em vista sua extensão. Conforme demonstra Ferreira (2014):

Qualquer análise regional que se pretenda consistente [...] deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade [...] quanto do vivido [...] em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação – onde, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra (HAESBAERT, 2010, p. 17 apud FERREIRA, 2014, p. 39).

Nota-se a característica multifacetada encontrada nos elementos que podem suscitar coesão, podendo influir no método a ser escolhido pelo pesquisador, questões como “simbólico” remetem as qualidades valorizadas em análises voltadas para o campo da fenomenologia ou Geografia cultural. Foca-se nesse estudo, a propriedade coesa da funcionalidade, uma “ação coordenada de um centro” (JUILLARD, 1965, p. 227), sendo esse centro nada mais do que uma “metrópole regional que exerce, na e para a região, as funções de um centro” (FERREIRA, 2014, p. 39). Tais aspectos remetem a uma questão econômica e política, além de pressupor classes distintas entre as próprias unidades do regional.

Tomando a região como uma criação intelectual, questões como identidade comunitária, consciência política regional, abrangência de funções e arranjos econômicos, podem perder a coesão caso a escala seja aumentada. Por escala, como discutido anteriormente, entende-se para além da analogia cartográfica, ou seja, como um instrumental, como assevera Castro (2000), neste caso trata-se de encontrar a coesão dos elementos conforme o ponto de vista do pesquisador, que encontrará a extensão da escala emanada pelo centro funcional, tendo como base, nesse caso, as relações, definindo assim sua extensão.

A singularidade espacial pode ser encontrada na literatura dos clássicos como “individualidade”, “personalidade” e “diferenciação” (FERREIRA, p. 40), ela é vista em comparação com o global, ou seja, os elementos que se diferem, criam identidade, homogeneizando a parcela regional, dando a ela singularidade.

Com base em Bezzi (2004), Ferreira (2014, p. 40) compreende que os estudos regionais pós-modernos, ou seja, evoluídos do pensamento paisagístico e dicotômico da Geografia Tradicional, e principalmente num período de globalização “[...] deixam claro a necessidade de análises locais (fragmentação), buscando-se compreender as peculiaridades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais de cada parcela da superfície terrestre”.

Deste modo, a globalização denotava em determinadas análises que proporia uma padronização espacial global, ocorre que em meio aos circuitos econômicos do capitalismo advindo da globalização, as especificidades/singularidades regionais continuaram a se difundir,

diferenciando as áreas, pelo o que considera-se aqui como predicados, ou seja, o que determinada localidade predispõe como “riquezas”, para ter “sucesso” no jogo econômico, que possui uma “arbitragem” em escala exógena (idem, p. 40).

Ferreira (2014) aglomera estabilidade regional e continuidade espacial em uma mesma análise, pois ambos são definidos pelas características da dinâmica dos fixos e fluxos, intra e inter-regional (redes). Na concepção adotada nessa pesquisa, ou seja, o viés econômico e funcional das relações, entende-se que a gênese do espaço funcional não se ancora na justaposição de áreas, mas sim:

Podem-se levar em consideração, sucessivamente, fôrças as mais diversas: polarização criada por uma indústria “motora” em tórno da qual gravitam satélites (subempreiteiros, indústrias similares, indústrias derivadas); potência de atração migratória de um centro urbano, ao qual se pode medir, tanto em efetivos, quanto em áreas de recrutamento; ligações criadas mediante relações comerciais, as quais se exprimem em tórmos de mercadoria de um produto de zona, tributária de um pôrto, de área de irradiação de um atacadista; fôrças de coesão política, social, espiritual; relações de dependência financeira... Isso sem falar das fôrças de inercia: analfabetismo, gerontocracia, e das limitadoras: especulação fundiária, malthusianismo demográfico ou econômico, etc. (JULLARD, 1965, p. 227).

Tais fôrças se combinam para nodular um centro, modelando assim uma “estrutura espacial móvel”, propensa a se fixar. Isso decorre na hierarquização de centros que distribuem serviços cada vez mais especializados, em que nessa teoria resulta de dois fatores combinados, o qual tende a restringir certos limites máximos de distância: mercado e transporte (acessibilidade) (idem, p. 228).

A estabilidade é de complexa execução, pois o mundo capitalista e globalizado tem uma demanda instável e acelerada, em que a estabilidade das relações dos elementos é delicada. Dessa forma, podendo reordenar determinada configuração regional conforme sua verticalidade e horizontalidade, que são dois modos de contiguidade, o primeiro de circulação e o segundo de agregação.

Conforme leitura de Ferreira (2014, p. 41) citando Santos (1999), horizontalidades são “recortes espaciais com extensões contínuas, formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade” e verticalidades são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseram o funcionamento global da

sociedade e da economia, [...] sendo] a solidariedade obtida através da circulação” (SANTOS, 1999, p. 13, apud FERREIRA, 2014, p. 41).

Considera-se, dessa forma, que objetos da análise regional, possibilitam uma verificação qualitativa no quadro da complexidade em que a categoria Região se encontra, transfigurando-se nessa pesquisa de modo a fornecer um descortinamento dos diversos elementos que integram ou interagem com o objeto, tanto econômica quanto de relações sócio espaciais, assim como suas limitações e contradições. Ou seja, não se estabelece que apenas se atribua como região, aquela que perfeitamente cumpre todos os papéis de seus objetos analisados, mas sim tem-se por uma maneira metodológica de avaliar as qualidades que estão materializadas nesse modo de organização.

2.2. REGIONALIZAÇÃO

A discussão epistêmica limitou-se a tratar da Região por ser ela uma das categorias-chave da ciência geográfica, ainda que a regionalização também seja de conhecimento antigo, que remonta aos gregos, suas primeiras referências, principalmente aos jônicos, no entanto, ainda que para a época eram formulações muito avançadas, não se pode deixar de notar que possuem base somente nos elementos físicos, propondo assim zonas com alusão a influência de marés, clima, rios e da superfície terrestre (LENCIONI, 2003, p. 37). Porém em um estudo contemporâneo que tem uma determinada região específica como seu objeto, fruto de uma “organização” político-administrativa, entende-se que

[...] a regionalização está para a ação que, comportando preceitos políticos e ideológicos e também diferentes conteúdos teórico-metodológicos, confere recortes no espaço. Dos primeiros preceitos derivam sempre o fito de alguns sujeitos administrarem esses recortes espaciais. (SOARES, 2014, p. 22)

Com referências à De Toni e Klarmann (2002), Ferreira (2014) expõe os três critérios que estruturam o conceito de regionalização:

(1) a homogeneidade, onde se busca as características uniformes como base para a agregação territorial; (2) a polarização, realizada por meio da análise da intensidade dos fluxos e das conexões intra e inter-regionais que revelam a rede, a hierarquia e os polos que delimitarão a área de influência regional; e (3) o planejamento, derivado de critérios político-administrativos que representa a intenção da autoridade pública [...] (FERREIRA, 2014, p. 45).

Ferreira (2017, p. 90) salienta que são vastas as premissas na qual uma regionalização possa ser formulada, o que de fato importa é que “para

regionalizar é preciso conhecer o que se pretende dividir e ter em mente os objetivos a alcançar”, ou seja, regionalizar é antes de tudo ferramenta organizativa da sociedade, portadora de viés subjetivo.

Para Zarur (1946, p. 7) “[as regionalizações] oferecem o meio mais seguro da descentralização administrativa”, que foi e ainda é pautada principalmente pela lógica econômica. O problema, ainda para Zarur (1946), é que nessa acepção a regionalização é vista como “meio” e não como “fim”, ou seja, concretamente a regionalização se estrutura para prover o capital, sendo que, poderia ser estruturada de maneira que o capital estruturasse a região, mas isso seria uma visão social, antítese do desenvolvimentismo econômico.

Para Contel (2015), os trabalhos de Kayser, assim como de Perroux e Boudeville, foram os que deram início à tratativa de desvelar e de certa forma conceituar o fenômeno de se propor regiões. Nesse sentido

[...] para Kayser a noção de regionalização serve tanto para identificar a formação das regiões – pensando em sua evolução “liberal” (ou espontânea) – quanto para “construir” novas regiões – pensando em sua formação “voluntária” (ou planejada). Junto dessa segunda forma de definição (a regionalização voluntária) estariam todas as tentativas estatais de formar “regiões administrativas”, assim como as propostas que François Perroux e Jacques Boudeville denominaram “regiões-piloto” ou “regiões planejadas”. (CONTEL, 2015, p. 453-454).

Concorre que novamente é preciso conferir que tais assertivas pertencem a um tempo histórico marcado pelo uso da razão positivista, acreditando-se que era possível organizar a sociedade através de modelos estatísticos, e que são utilizados ainda, pela principal instituição censitária e proponente de organização do Brasil, o IBGE, pois como observa Ferreira (2014, p. 108) “[...] em todas as publicações sobre regionalização, o IBGE deixa claro que os objetivos das divisões regionais realizadas são, geralmente, para fins estatísticos”.

Geiger (1969), refletindo sobre os usos da regionalização nos planejamentos, entende que quanto mais sofisticada for a estrutura regional de um país, mais desenvolvido ele é. Para o autor “[...] a regionalização atual [1969] é tomada como um indício de desenvolvimento, passa-se a estimulá-la quando ela não se apresenta espontaneamente”. (GEIGER, 1969, p. 15).

Entende-se que embora o IBGE seja o nome mais expoente das regionalizações brasileiras (por ser referência nos planos de governança), não se pode negar que ela pode ser feita por qualquer circuito (privado, estatal e

acadêmico) sem que haja convergência nas proposições, e ainda sim, todas possuíram coerência em sua argumentação, pois:

[...] a existência de um recorte regional não significa necessariamente a negação de outro, mas que cada configuração ocorre dentro de determinado contexto e em função de certos elementos. Por isso a necessidade de se reconhecer quando e em que circunstância fora definida tal regionalização [...]. É preciso analisar também quem ou qual órgão a realizou, seus objetivos e sob qual influência [...] (FERREIRA, 2014, p. 221).

O que se pretende não é propor uma regionalização nova, mas avaliar as regionalizações postas. Analisando a própria narrativa contida em suas formulações, para então poder-se posicionar se há lógica e efetividade em tais propostas.

2.3. POLARIZAÇÃO

A teoria dos polos de crescimento de François Perroux teve grande influência na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, tornando-se importante ferramenta dos planejadores, visando diminuir as desigualdades regionais (JESUS; SPINOLA, 2015, p. 936), principalmente caracterizada pela disparidade entre o sudeste brasileiro e a porção interior. Esses autores destacam que para Perroux (1955) chegar a tal teoria

[...] primeiro reformulou a noção de espaço econômico em sua obra “Os Espaços Econômicos” de 1950, considerando três classificações básicas: a) Espaço econômico definido como um plano ou programa; b) Espaço econômico definido como um campo de forças ou relações funcionais; e. c) Espaço econômico definido com um agregado homogêneo. (JESUS; SPINOLA, 2015, p. 938-939).

De modo que as regionalizações são políticas e ideológicas, seus engendradores utilizaram do positivismo quantitativista para criarem um organismo articulador de modo a tender seguir uma hierarquia arbitrária para cada região, que Perroux postula pela existência de uma indústria motriz, chave ou o complexo (WILTGEN, 1991, p. 533) o que hoje não é a regra, pois existem diversificados polos, seja de bens, serviços ou produção.

A partir de Andrade (1987, p. 45) é possível verificar que há na realidade brasileira um imbricamento das noções de região polarizada e região plano, ambas elaboradas por François Perroux. Acontece que no primeiro caso é de constatação uma vez que ela “resulta da observação da interdependência existente entre varias áreas” (idem, p. 45). Já no caso da região plano ela “resulta mais diretamente do arbítrio humano, de vez que é um espaço

submetido a uma decisão” (idem, p. 46). Ora, evidentemente no caso brasileiro, os polos, em sua maioria surgiram a partir de decisões, são frutos de seletividades realizadas pelo poder econômico ou político.

Para Moreira (2001, p. 16) “A organização espacial da sociedade começa com a seletividade”, parafraseando o autor, a polarização começa com a seletividade, tendo em vista que “A seletividade é uma expressão direta e combinada dos princípios de localização e da distribuição” (idem, p. 16). O capital encontra os atributos necessários para se reproduzir, esses locais se beneficiam, sendo foco de investimento, equipamentos e estrutura. No caso de Vilhena, a seletividade encontrou, num primeiro momento condições naturais necessárias, seguindo posteriormente de uma lógica de povoamento com estoque de migrantes, resultando assim no cenário que se tem hoje.

Na metade do século XX Geiger (1969, p. 11) já compreendia o caráter escamoteado da polarização, para ele “[...] cada pólo regional imita a metrópole nacional quanto a padrões de urbanização, níveis culturais, etc.”, está se falando da polarização:

Inspiradas na teoria do lugar central de Christaller, demonstra a relação de correspondência que faz funcionar o todo do recorte a partir da hierarquia de alguns lugares sobre os outros. É também a região de Kayser (1980) cujo recorte do espaço se identifica a partir da influência de um centro polarizador, ou seja, o espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região. (SOARES, 2014, p. 27)

Estimular o planejamento através de regionalização para Geiger (1969, p. 15) “trata-se de estimular o processo através da criação ou do fortalecimento dos chamados ‘pólos de desenvolvimento’ e de políticas de isenções que favoreçam a localização de indústrias em determinadas regiões”. Para Lima e Simões (2009) em uma leitura sobre os polos centrais na obra de Perroux, é visível o efeito colateral de tais polos:

[...] a implantação de um pólo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem aumentar necessariamente a produção local de bens de consumo, transfere mão-de-obra sem necessariamente conferir-lhe um novo enquadramento social, concentra o investimento e a inovação sem necessariamente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado. (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 9).

Ainda seguindo essa leitura, o próprio Perroux, segundo Lima e Simões (2009, p. 9) faz uma objetiva observação acerca de como coibir essa problemática oriunda da polarização, assim “Perroux evidencia aqui a

necessidade de políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco)”, além disso, acrescenta o autor, é preciso ter eixos de desenvolvimento entre os polos. No entanto, tais ideias iriam na contramão da ideologia capitalista de competição.

Andrade (1970, p. 51-52) destaca que o fenômeno de desenvolvimento de grandes polos² em detrimento de uma depressão derredor é algo característico no mundo inteiro, de países desenvolvidos a países subdesenvolvidos, grandes e pequenos, nas américas, nas áfrias ou nas europas, ocorrendo claro em níveis diferentes, aliás ao qual o autor chama de “desníveis de desenvolvimentos” em que se tem a região desenvolvida e a subdesenvolvida³ (deprimida⁴ ou drenada⁵) no mesmo país. Para esse mesmo autor a correção dos desníveis se dá a partir de estudos científicos relacionados com políticas de desenvolvimento.

Há de se destacar que para Andrade (1970) existem dois tipos de polos, o espontâneo e o planejado. No primeiro caso é aquele surgido da potencialidade que seus ingredientes continham em relação à demanda exigida externamente, contudo, ao cessar a demanda, compensatoriamente, para manter seu nível atingido, o polo acabará drenando a região, não promovendo assim o desenvolvimento dela.

Já o polo planejado é aquele resultante de uma revitalização de um polo espontâneo arcaico, ou mais comumente, fruto da implantação de uma infraestrutura (idem, p. 63). Entretanto independente da origem, o polo “[...] é o centro econômico e dinâmico de uma região, de um país ou de um continente e que seu crescimento se faz sentir sobre a região [e] [...] o desenvolvimento regional estará, assim sempre ligado ao do seu pólo” (ANDRADE, 1970, p. 62).

A força e persistência do polo enquanto irrigador de desenvolvimento, para Andrade (1970, p. 71) se dá “[...] conforme a quantidade e qualidade dos equipamentos industriais e de serviços que possuir e a estrutura de transportes e comunicações que dispuser” (ANDRADE, 1970, p. 71). Entretanto, existe também uma linha de análise que vê problemas (que Perroux não considerava,

² Manuel Correia de Andrade trata de polos entre regiões, no caso dessa pesquisa trata-se de um polo de uma região e sua relação endógena, mas que no restante da explicação as ideias estão correlatas.

³ Julliard, Etienne, 1965. In: Andrade, 1970, p. 52.

⁴ Kayser, B. S/D in: Andrade, 1970, p. 52.

⁵ Geiger, P. P. 1969, p. 22.

pois acreditava que o desenvolvimento de determinada região influiria para as demais) em regiões polarizadas:

Os efeitos desfavoráveis à região atrasada são chamados de efeitos de polarização e ocorrem concomitantemente aos de fluência. Ao invés de absorver o desemprego disfarçado da região atrasada, a progressista pode retirar seus técnicos e administradores, bem como os empresários mais dinâmicos. Além disso, as atividades industriais e exportadoras das regiões atrasadas podem sofrer depressão quando expostas à concorrência, pois são mais ineficientes e, em geral, não são protegidas. (WILTGEN, 1991, p. 534).

Deste modo, segundo Wiltgen (1991, p. 535), “cabe ao Estado orientar sua política econômica no sentido de anular as forças de mercado que provocam os efeitos regressivos e auxiliar os que provocam os efeitos propulsores”.

Dentro da polarização, que se fez e faz tendo uma cidade como atuante de centralização, a urbanização carece de um olhar mais atento, pois historicamente ela tem um papel crucial no decurso dos crescimentos produtivos e reprodutivos do capital. Machado (1982) analisando o contexto em que há um grande interesse governamental na Amazônia, observa que os elementos mais presentes para viabilizar a região são divididos em construir estradas, controlar a distribuição de terras e uma política urbana, este último chama a atenção da autora de modo que:

O espaço urbano é também o espaço do Estado no momento em que este ratifica, legaliza a apropriação pelo urbano. diversos [sic] são as formas e os níveis da relação entre a forma urbana e o Estado, porém o que interessa pinçar aqui é o novo significado geopolítico da urbanização no momento atual em que se generalizam e se torna necessário reproduzir relações de produção capitalista, em particular no campo brasileiro e alguns aspectos da ação possível do Estado nesse processo (MACHADO, 1982, p. 8).

Seguindo essa lógica a autora entende que era necessário que o sujeito interiorizasse os princípios da época, sendo que esses processos de interiorização “são melhores no espaço urbanizado porque se tornou possível entre outras coisas a sua reprodução de forma essencialmente semelhante nos diversos pontos do território” (idem, p. 8). O principal condicionante de funcionamento do esquema de produção capitalista era a circulação: mobilidade da mão-de-obra, de capital, de informações e de mercadorias.

O que se pretendia com o processo de urbanização da época eram estruturar para o mercado de trabalho, o “consentimento ativo dos governados” e ao consumo de mercadorias e ideais. Deste modo a infraestrutura urbana era

entendida como um elemento fixador ou, na ausência de infraestrutura, motivo de deslocamento/evasão (idem, p. 8-9).

Entende-se que as teorias em torno da polarização contribuíram para ações realizadas pelo Estado Nacional em diferentes momentos históricos, contudo, promovendo a hierarquização dos núcleos urbanos, reproduzindo um modelo de urbanização capitalista e organizacional da economia. Embora pese que as teorias em si já demonstrem seus efeitos colaterais. O que fica evidente é que tais conhecimentos foram cooptados pelos interesses econômicos, em primeira ordem.

2.4. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E ENVOLVIMENTO REGIONAL

Para essa pesquisa busca-se organizar os argumentos com base nos resultados dos processos de intervenção e produção que dão forma espacial para o recorte adotado pela mesma, uma vez que em tal recorte ocorre demasiada influência externa e internacional ligada em primeiro plano à Economia, empreende-se a utilização do conceito de região com base na corrente crítica da ciência geográfica e sua relação com o desigual e o local.

A abordagem crítica para Corrêa (1997), citando Anne Gilbert, é que umas das conceituações mais recentes (pós 1970) e de linha dialética entende a “região como uma resposta aos processos capitalistas, sendo a região entendida como organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (CORRÊA, 1997, p. 187).

Analisando o marxismo e a questão regional, Oliveira (2015), influenciado por David Harvey, explica que devido às novas exigências mundiais e suas novas necessidades é ensejada a seguinte questão metodológica:

Para o entendimento da questão regional na atualidade é importante perceber os ecos e as repercussões dessas mudanças em diversas dimensões da prática social e discursiva das classes sociais, dos governos e entidades da sociedade civil. Neste sentido, o marxismo é um importante instrumento analítico para o estudo das transformações históricas que têm impactado as diferentes escalas na atualidade. (OLIVEIRA, 2015, p. 114).

O mesmo autor destaca que essa necessidade se dá, pois, “em decorrência da mundialização, vivenciamos um momento marcado por paradoxos e contradições” e ainda que a região possa apontar-se como contraponto da mundialização ela também pode ser usada a seu favor, como unidade da relativização da Soberania Nacional frente ao poder econômico

(idem, 2015, p. 115), ou seja, a região além de ser um conceito polissêmico é também, de certa forma, neutro.

Tal capacidade maleável é muito bem observada por Perpetua (2011) que logo após indicar a abordagem de sua pesquisa, partindo da “premissa de que a produção do espaço geográfico sob o capitalismo se dá fundamentalmente como produção de desigualdades e, por conseguinte, do desequilíbrio.” (idem, p. 54), observa que na ciência não existe a hegemonia de uma linha de pensamento, pois com base em Carlos R. Brandão, aborda a questão regional como sendo a “eficiência decisória dos agentes quanto à localização, do poder de ajuste e equilíbrio do mercado na distribuição dos bens e fatores no espaço e do espaço-plataforma homogêneo” (PERPETUA, 2011, p. 54), ou seja é preciso deixar claro qual abordagem será intelectualmente construída.

Para Soja (1993) o desenvolvimento regional desigual a nível internacional tem a ver com a própria história de cada forma produtiva, ou seja, a forma com que a desigualdade está distribuída hoje está relacionada com característica formadora das regiões. Como exemplo é possível verificar que embora tenha havido crises do capital ao longo da história humana “o subdesenvolvimento regional dos países centrais não desapareceu, nem tampouco a pressão dos regionalismos antagônicos. Mas houve uma significativa reestruturação regional [...]” (SOJA, 1993, p. 201). E ainda acrescenta a lógica do desenvolvimento geograficamente desigual, que se dá, sobretudo por meio das características de cada espacialização:

Esses diferenciais são mantidos através de distribuições geográfica e setorialmente desiguais dos envolvimento de capital e da infra-estrutura social, da concentração localizada dos centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção, dos circuitos entrosados do capital no processo de urbanização e das formas particulares de articulação entre as relação capitalistas e não-capitalistas de produção. (SOJA, 1993, p.132).

As assertivas supracitadas são esclarecedoras para entendermos que, primeiro, o desenvolvimento regional desigual é mutável (para o bem e para o mal); e, segundo, o recorte dessa pesquisa é influenciado por demanda internacional e localiza-se, grosso modo, na “periferia agrária” do mundo, tendo assim que se enquadrar conforme seus predicados nessa grande escala de produção para promover seu “desenvolvimento”.

É preciso expor que um importante geógrafo que propôs entender o desenvolvimento desigual foi o americano Neil Smith. Acontece que a ênfase espacial por ele dada compete ao Espaço em uma intrínseca análise marxista da espacialidade econômica. Para ele o regional é apenas mais uma escala de atuação produzida pelo capital mundial (RIBEIRO JUNIOR, 2014).

Com relação ao envolvimento regional entende-se que esse recorte, assim definido, possa ser mais do que apenas *locus* de algum projeto, ele deve e pode ser o propositor do projeto, não necessariamente entrando no contrafluxo do que o mercado internacional entende como desenvolvimento, apenas ocorreria a mudança dos atores (conteúdo), invertendo a ordem mundial-regional, para regional-mundial, não havendo assim a relativização do controlado.

Clareadora posição a respeito de uma articulação verdadeiramente regional é encontrada na obra do Dr. Dinizar Becker ao qual Agostini e Dallabrida (2009) analisam e sintetizam:

Para tanto, a regionalização social (cultural) e ambiental (natural) possibilita a cada região promover seu próprio desenvolvimento. Possibilitada pelo movimento geral de transnacionalização, a regionalização emprega suas especificidades para promover múltiplos modelos de desenvolvimento que contrapõem e complementam o movimento global. A cultura é entendida aqui como a relação dos homens entre si e com a natureza local, e o ambiente como possibilitador ou limitador da inserção das localidades no movimento mundial. (AGOSTINI e DALLABRIDA, 2009, p. 36-37).

É salutar destacar que Becker, segundo Agostini e Dallabrida (2009), possuía uma metodologia neogramsciana de análise social, entendida como construção de tese-antítese-síntese ao qual pensar o desenvolvimento regional “é considerar o local e o global na condição dialética de ser, respeitando o passado e tendo as perspectivas futuras de cada região” (AGOSTINI e DALLABRIDA, 2009, p. 38).

Para Bernardi (2009) pensar o desenvolvimento local/regional é pensar em território, pois é com base na ação pública e na definição política que o regional se torna ativo:

No modelo de desenvolvimento proposto de base local ou regional, a essência está no território, uma vez que este, ao ser uma construção social, é dotado de forças endógenas, de relações sociais, de potencialidades naturais, de uma “personalidade” solidificada e de diversas outras potencialidades locais. O território é elemento essencial para a geração de desenvolvimento. (BERNARDI, 2009, p. 23).

Egler (2002) discute as aspirações políticas com base no conflito ideológico entre regionalização e regionalismo, sendo o primeiro de base mercadológica e o segundo de base social, para ele o problema do primeiro é que “a lógica da integração/diferenciação territorial é inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo” (EGLER, 2002, p. 186). Já no segundo caso “a dimensão política do regionalismo vai se manifestar na capacidade de criar estruturas produtivas regionais diferenciadas, aptas a atrair investimentos em ritmo e intensidade superiores às demais” (EGLER, 2002, p. 187).

Outrossim, concorda-se com Egler (2002) em sua análise de estruturas produtivas regionais, na qual considera que “a questão está em que o potencial de crescimento não reside em dimensões absolutas, mas sim nas relações estruturais entre as partes componentes, tanto do ponto de vista intra, como inter-regional” (EGLER, 2002, p. 218).

Pike, Rodríguez-Pose e Tomaney (2014) no subcapítulo “The critique of developmentalism” fazem um paralelo entre o Norte e o Sul global, em que o desenvolvimento é conceito contextual, principalmente regional e local, que por vezes é confundido com indicadores de crescimento, para eles a solução não está em modelos de Rostovian (desenvolvimento específico de cada um) e tampouco nos modelos “Top-Down”, que são rígidos e inflexíveis com as circunstâncias regional e local. Para esses autores ingleses

[...] a crescente integração econômica, política e social está tornando os desafios de desenvolvimento mais “global”, mas argumentamos que as respostas precisam abordar o contexto adequadamente, adaptando as estratégias de desenvolvimento entre o Norte e o Sul do globo⁶. (PIKE; RODRÍGUEZ-POSE; TOMANEY, 2014, p. 5-7, tradução nossa).

Ou seja, está claro que tanto o local quanto o regional ao pensarem em desenvolvimento, este não pode ser de *per si*. No sentido econômico a assertiva é corroborada, isso quer dizer que não há “fim” que justifique altos índices, os “meios” é que denotam se o desenvolvimento não é de fato também danoso.

Conforme o que foi exposto, compreende-se que o desenvolvimento desigual é a base de uma construção dialética para se interpretar a realidade (a

⁶ “Growing economic, political and social integration is making development challenges more ‘global’ but we argue that responses need properly to address context, tailoring development strategies and learning between the global North and South”.

região empírica) de forma que o envolvimento regional norteará a análise com finalidade de contraproposta do desequilíbrio no crescimento dos componentes da região, componentes estes que se relacionam e justificam o uso do termo envolvimento.

Desenvolvimento desigual e envolvimento regional transfiguram-se em construções intelectuais para compreender as contradições que se apresentarem na lógica regional estuada. O foco da questão metodológica é interpretar com base nas referências apresentadas e na análise dos dados a colhidos como foi a dinâmica do desenvolvimento regional desigual que potencializou o município de Vilhena, perpassando pela lógica da estrutura regional entendida como objetivação de um sistema (subnacional e internacional). Para tanto buscar-se-á a resposta na interconexão das relações da região com a economia, demografia, política e sociedade, ao longo do processo histórico.

Pike, Rodrígues-Pose e Tomaley (2006), optando por uma análise global⁷ de desenvolvimento, em que o local e o regional precisam fazer parte de um projeto holístico, para prosperar, concluem que os modelos de desenvolvimento não devem ser pensados em “esplendido isolamento”, mas sim “no potencial da coordenação internacional intergovernamental⁸”, deste modo:

[...] o papel do Estado Nacional em congruência com as instituições locais e regionais do Estado e da sociedade civil, as instituições de governo e a governança democratizadas com maior responsabilidade e transparência capazes de capacitar pessoas, comunidades e lugares, combinando inovações em democracia representativa e participativa e descentralizadas estruturas de tomada de decisão, coordenando e integrando suas relações em estruturas institucionais em vários níveis operando em uma variedade de escalas. (idem, p. 271, tradução nossa⁹).

Os próprios autores destacam, contudo, que essa é uma agenda utópica, tendo em vista que existem vários problemas, como agendas políticas com interesses particulares, falta de inspiração das lideranças, populações

⁷ Entretanto não têm como recorte de estudo a América do Sul: “Illustrated throughout with maps, figures and case studies from Asia, Europe, and Central and North America”.

⁸ “in the potential of international intergovernmental coordination”

⁹ “the role of the national state in concert with local and regional institutions of the state and civil society, democratised institutions of government and governance with enhanced accountability and transparency capable of empowering people, communities and places, combining innovations in representative and participatory democracy, and decentralised decision-making structures coordinating and integrating their relationships within multilevel institutional structures operating across a range of scales”

desencantadas, entre outras limitações. Mas concluem que se não houver a visão do desenvolvimento local e regional que querem, essa tarefa se tornará mais difícil.

Vale lembrar que nessa pesquisa trata-se da análise do crescimento e relação regional de uma “cidade do agronegócio” localizada num país “subdesenvolvido” e que aparentemente polariza uma região com predicados que se inserem no mercado global, entretanto, sem valor agregado considerável ou com pouco desenvolvimento de capital humano.

2.4.1. Desenvolvimento: subjetividade limitante

É recorrente encontrar nas discussões dos trabalhos da ciência geográfica o defronte de desenvolvimento e subdesenvolvimento balizados pela batuta de alguma teoria economicista. Todavia a proposta aqui é de compreender o desenvolvimento dentro de cada explicação própria, daí a utilização do termo subjetividade, pois é possível perceber que conforme determinada ideia de mundo, os próprios enunciados do discurso irão propor as suas determinantes, contudo ressalta-se ainda que o intuito aqui é antes de mais nada proporcionar um comparativo, entre os ditos desenvolvimento econômico e social, findando, para usar um termo metodológico, uma síntese.

Não obstante, como bem observa Bernardi (2009), o uso objetivo da palavra desenvolvimento tem data de nascimento: 1948, através da Comissão Econômica para América Latina das Organizações das Nações Unidas (CEPAL) é nesse momento em que se difunde claramente a utilização do termo associado ao aumento de produtividade e crescimento econômico. Este por sua vez foi refém de sua época, em que o Fordismo e a centralização física do poder era vigente, com o passar do tempo (até meados de 1980) observou-se que o crescimento econômico e industrial de fato foi grande, contudo o aumento da diferença social e da pobreza também aumentaram, logo tal conceituação encontra seus opositores, dentre os quais destaca-se Celso Furtado, para ele o desenvolvimento só pode ser creditado se ocorrer, econômica e socialmente (BERNARDI, 2009, p. 17-18)

Para Lencioni (2005) o processo capitalista internacional não abarcava o terceiro mundo, não oferecendo as mesmas possibilidades que as potências possuíam, era deste modo um desenvolvimento industrial galgado na lógica liberal, logo, criou-se o desigual.

Outro fator que corrobora com a noção de subjetividade é o fato do discurso de desenvolvimento estar sempre composto, por exemplo: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento industrial, desenvolvimento regional, enfim, fica explícito que há em cada um dos discursos signos e símbolos próprios que justifiquem (linguisticamente) o uso, porém a problematização que se faz é em relação ao produto concreto de alguns discursos desenvolvimentistas existentes, principalmente no âmbito de planejamento e político, intentando expor seu caráter ideológico e limitante que raramente estão explícitos.

É comum ver em estudos geográficos e sociais a preocupação em torno da semântica do desenvolvimento. Por exemplo, em seu estudo sobre “políticas de desenvolvimento regional” Alcântara e Costa (2009) fazem a seguinte ressalva “[...] considerando os vários tipos de propostas ou tendências de concepções acerca do que se entende por desenvolvimento [...]” (ALCANTARA; COSTA, 2009, p. 2), ou seja, é complexa a abordagem referente a uma palavra polissêmica.

Outro exemplo é Borges (2012, p. 20-21), que adverte em seu estudo em que analisa as transformações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Rondônia, que há por parte do Governo o uso demasiado do termo desenvolvimento como modo de adjetivar os planos. Essa autora compreende ainda que o termo desenvolvimento é complexo e denso, e não é consolidado nas Ciências Sociais e Humanas.

Enfim, corroboramos com Souza (2003), para esse autor desenvolvimento só pode ser chamado de tal modo se o mesmo trouxer mudanças sociais positivas, não trazendo, pois, efeitos colaterais sérios, ou seja, o crescimento econômico como variável única não confere aqui como entendimento de desenvolvimento para este estudo.

Diferentemente de se conceber uma definição regida para o termo desenvolvimento, é notório que sua aplicabilidade numa economia capitalista monopolista é de explícita unilateralidade, prover capital. Deste modo, não coaduna-se com o termo nesse aplicação, pelo contrário, acredita-se que desenvolvimento deva ser tomado principalmente pelo viés social, que demonstra que a equidade esteja evoluindo sem efeitos colaterais. O regional nesse contexto reflete o todo, como forma de organização da sociedade.

CAPÍTULO III – AS DIVERSAS FACETAS DO PLANEJAMENTO REGIONAL

Na sociedade atual, conhecida pelos avanços tecnológicos comunicacionais, informacionais e de produção, que possibilitam a integração de uma economia interligada e direcionada, não se pode negar que qualquer ecúmeno tem sua avaliação orientada em direção à potencialidade que seus elementos de todas as ordens (econômica, cultural e demográfica) possuem como recurso, para a ordem global.

Tal ordem se desenvolve estruturalmente na forma de um sistema interligado: internacional, federal, estadual, regional, municipal e local. A estrutura segue em parte uma forma de orientação, em que cabe uma releitura por parte da outra escala ou de outra forma mais direta, dependendo de cada objetivo.

No caso desse estudo, que tem como objeto definido a relação polo-região, entende-se que duas abordagens acerca da inteligibilidade do planejamento são necessárias. A primeira em direção à estrutura e as diferentes escalas em que são produzidos e consumidos os planos, em segundo momento abordando a questão política-histórica que produziram a realidade atual do objeto, embora considere que cada contexto continha seus objetivos e pressuposto únicos.

Deste modo, nesse capítulo busca-se abordar cronologicamente os planejamentos oficiais, para dar sentido de continuidade, entendendo que o estado atual é resultado de um processo histórico. Explanado o contexto histórico e como cada escala se relaciona com o objeto, aprofundar-se-á a análise no objeto em si, e sua relação com a regionalização e polarização e, por fim, correlacionando com a análise da infraestrutura que é o meio concreto em que a dinâmica dos ingredientes regionais acontece.

Cabe aqui, uma observação, tem-se consciência de que é comum encontrar em trabalhos científicos, na literatura e no senso comum o uso do termo “Região Cone-Sul” para designar a região localizada na porção Sul do Estado. Contudo não foram encontradas referências legislativas e oficiais, que orientam essa nomenclatura, bem como definisse os componentes de tal Região. Entende-se que seu uso não está incorreto, porém compreende-se que se trata de um termo oriundo do regionalismo, e não de uma regionalização.

3.1. PROJEÇÕES INSTITUCIONALIZADAS: o Estado como foco e o regional como estratégia

O estado de Rondônia foi criado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, possui uma área de 237.765,38 km² (SEPOG, 2017). Seus movimentos migratórios são marcados por influências geopolíticas de diferentes ciclos: borracha, garimpo e as fronteiras (de ocupação conhecida como colonialismo, posteriormente a agropecuária e a agrícola que ainda se encontra em expansão) e mais recentemente pela forte corrente migratória causada por investimentos de grande porte nas hidrelétricas na capital Porto Velho, sempre regido por demandas exógenas.

Todas essas informações, desconstruídas no espaço do tempo em que foram pensadas, não demonstram, por si só, a complexidade do processo histórico que pertence. Para compreender por completo, um retrospecto da história faz-se pertinente. Partindo desde o contexto político histórico do Território Federal do Guaporé, passando pelo Território Federal de Rondônia até chegar ao Estado atual. Isso quer dizer, como o subtítulo referencia, que parte-se da abordagem formal, documentada e planejada, que resultaram nas ações posteriores, que produziram Rondônia e que ressignificaram seus elementos planejadamente, incluindo, por conseguinte, o mesmo modelo, para suas partes constituintes (cidades e regiões), revelando ser um modo sofisticado de controle e reprodução de um modo de formação da sociedade.

Machado (1982) enxerga nesse contexto, a necessidade de redefinição do termo Geopolítica, pois para ela o governo militar que estava em voga na época utilizou de práticas e conhecimentos que necessitaram atualizar o termo, para a autora:

Na visão tradicional a geopolítica fundamenta-se num conjunto de princípios e teorias elaboradas desde o século XIX que procura nos dados geográficos nacionais orientações e justificativas para uma política do país ou de bloco de países nas suas relações com outros Estados. (MACHADO, 1982, p. 3).

Dentro dessa lógica a geopolítica se distinguiria da geografia política por conta do objetivo. A geopolítica “contribuiria diretamente para a ação política do Estado” enquanto que a geografia política “sistematiza elementos geográficos do poder político nacional” (idem, p. 3), para a autora no caso da relação governo militar e Amazônia ocorre a inversão dessa lógica na prática, onde “não são os dados geográficos que justificam a política e a ação do Estado e

sim a política do Estado (como compreendida acima) que modela sua geografia, isto é, age no espaço e interfere na luta pelo espaço” (idem, p. 3).

A ideologia de segurança nacional foi utilizada pelo Estado na época, como maneira de justificar a ação estatal. A noção de “fronteira” nesse contexto surge com a possibilidade de mobilizar investimentos e recursos privados e públicos. A característica da Amazônia era de ausência de “massa crítica populacional”, deste modo “Torna-se possível afirmar, portanto, que o cerne da ação geopolítica do Estado é o deslocamento em âmbito nacional e a criação de força de trabalho para a organização de um mercado de trabalho regional” (idem, p. 4).

Dentre outras artimanhas geopolíticas praticadas pelo Estado na Amazônia, a autora observa temas relacionados à política urbana que “através de investimentos em infraestrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados possibilita o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional” (idem, p. 5). Além da distribuição controlada de terras e sua seletividade, criando assim força de trabalho, por aqueles que não conseguissem acesso a terra.

Anteriormente ao processo migratório da expansão da primeira fronteira em Rondônia (a partir da década de 1960) a sociedade formal era composta por uma elite guaporeana (ligados à indústria seringalista e ao Governo Federal) que se posicionaram com receptividade frente ao interesse do Governo Federal naquela época, devido à crise da borracha e à possibilidade de integrar-se a Nação, pois o isolamento era a realidade, fazendo assim com que a sociedade letrada (representatividade) agisse sem autonomia frente aos projetos oriundos dos gabinetes ministeriais (SOUZA, 2011).

Vê-se então que “a partir da abertura da BR-29, no governo do Coronel Paulo Leal, na década de 60, o Território passou a receber muitos trabalhadores marginalizados de várias regiões do país”. (idem, p.19). Deste modo, a ação empreendida pelo Governo era objetivando integrar aquele território, para que os recursos fossem explorados e a crise agrária em outras partes da Nação fosse atenuada, o sistema eleito para isso foi o rodoviário.

Para Batista (2014, p. 22) o Plano de Integração Nacional (entre 1965 e 1974) focou no sistema rodoviário como modo de interligar o Território Federal do Guaporé ao restante da Nação através da BR-364 (antiga BR-29 de Juscelino Kubicheck). Souza (2011) por sua vez, destaca que já havia uma rota

hidrográfica pelo rio Amazonas desde a época colonial e que a abertura das BR's -364 e 425 “seriam as bases para a modificação radical do cenário social e humano do Território”. De fato, ao voltar os olhos para Vilhena de hoje, nenhum vislumbre de desenvolvimento seria possível, caso o sistema de escoamento e mobilidade fosse de base hidrográfica.

Iniciado o processo do traslado, era necessário planejar a forma como seria alcançado o desenvolvimento do Território Federal de Rondônia, o modo germinal escolhido foi o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) (1974 a 1980), em pleno “milagre econômico” do Governo gerido por militares, eram polos privados, subsidiados com benefícios fiscais pelo governo, reafirmava a ocupação (desmatamento) e incentivava a implantação de agricultura (BATISTA, 2014, p. 22). Nesse contexto, observa Kohlhepp (2002, p. 39): “Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios”.

Ainda para Kohlhepp (2002), problemas ambientais graves foram surgindo graças a esse tipo de projeto, como queimadas, dizimação de ecossistemas, erosões, exploração de recursos minerais sem controle, além de problemas sociais oriundos da especulação sobre a terra. Outro equívoco que acabou acarretando na organização das regiões desde então foi, segundo o autor:

No Programa Polamazônia, o conceito dos pólos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a “concentração descentralizada” de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Em vez de pólos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente. (KOLHEPP, 2002, p. 40).

A “Amazônia Legal” a partir dos anos de 1980 passou a ser visada pelo governo militar devido a vários potenciais. Surge então o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), financiado pelo Banco Mundial, que focava no agora estado de Rondônia (torna-se estado em 1981) e na porção noroeste de Mato Grosso, implantando um novo conceito de desenvolvimento, focado numa classe rural mais pobre e de zona pioneira, baseando-se nas seguintes premissas: grupo alvo rural

pobre, em estratégias para satisfação de necessidades básicas e incentivos para métodos participativos (KOHLHEPP, 2002, p. 40-41).

Ocorre que transcorrido toda década de 1980 o saldo do Polonoroeste era de desmatamento desenfreado e inúmeros conflitos territoriais, além de outros sérios problemas constados em relatórios, reconhecido pelo próprio Banco Mundial, devido o perfil do Projeto (BORGES, 2012, p. 80).

Em contraponto ao modo operante de expansão desregrada desse Projeto, o Governo Federal elabora e implanta, em 1986, o Plano Agroflorestal e Agropecuário do Estado de Rondônia (PLANAFLORO), que para Acserald (2002, p. 53) “foi pensado como forma de tornar compatíveis o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental nas zonas florestadas do estado de Rondônia” devido o resultado do desmatamento oriundo do Polonoroeste.

O que se verifica é a modificação de postura ante aos problemas sociais e ambientais da época, que suscitaram uma nova abordagem institucional, apoiada pelo próprio Banco Mundial (pois a preocupação ecológica era de nível global), de um Polonoroeste que focava na “[...] intensa ocupação e criação de núcleos urbanos”, para um Planaflo, com “[...] tom conservacionista, porém incentivando ainda a produção e inserção do Brasil em mercados internacionais”. (BORGES, 2012, p. 84).

Entretanto, ainda que a orientação dos financiadores desfocassem na construção das estradas como forma de diminuição do desmatamento, como era esperado devido à aceitação do plano mais conservacionista, não foi o que ocorreu na prática, e os produtores agropecuários juntamente com os governos (federal e estadual) continuaram a avançar fronteira. (BORGES, 2012, p. 86).

Retomando a pauta, apresenta-se o Estado como foco pelo aspecto gestor e legislador de ações que viabilizam a estratégia de capacitar a estrutura regional, se emulando em forma de políticas e planos que orientam as funções e principalmente as aspirações das localidades, em que a estratégia regional se materializa como meio de gestão mais próximo dos predicados setorializados.

Deste modo, o planejamento é feito para resultado futuro, ou seja, apesar de surgir de uma base empírica, o *status quo* não satisfaz, *a priori*, os interesses dos envolvidos na atual trama regional.

3.1.1. Contextos de Vilhena e região nas Divisões-Regionais

As publicações de abordagem regional são tradicionais no País e possuem métodos, objetivos e resultados variados. São tidos como instrumentos de planejamento, subsídios para políticas-administrativas, base para formulações de leis, fins estatísticos e entendimento da realidade. Por isso destacamos e analisamos as principais publicações que versam com o objeto aqui estudado, tendo em vista que são promotoras de ação fragmentadora no espaço, constituindo assim um elemento fundamental dessa pesquisa.

Para tanto, analisou-se seis publicações de regionalizações oficiais: Regiões Agrícolas (IBGE, 1968), Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões (IBGE, 1990; 1991), Regiões de influência das Cidades (IBGE, 2000a; 2008), Divisão Urbano-Regional (IBGE, 2013), Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas (IBGE, 2017b) e Regiões Rurais (IBGE, 2015a).

Não há uma ordem cronológica de análise, pois não focou-se numa abordagem comparativa, a análise intenta em demonstrar o contexto e o produto de cada uma, bem como seu desenvolvimento histórico (quando houver) e mais ainda, encontrar o contexto em que Vilhena se insere em cada caso, para que assim possa-se compreender como o objeto está posicionado no tempo e no espaço e o porquê.

Nas Regiões Agrícolas elaboradas pelo IBGE (IBGE, 1968), que teve como premissa ser subsídios de divisão regional, com foco na variável produção, entendia que “o conhecimento das áreas com diferente organização da atividade agrária é fundamental por ser também decisivo ou exclusivo, em grandes extensões do território nacional, o papel da atividade agrícola na elaboração regional” (idem, p. 61).

A própria publicação supracitada já compreendia que a realidade agrária abrangia uma gama de fatores, entre os quais, naturais, humanos e infraestrutura, e que o equacionamento e a prospecção desses fatores “são básicas para qualquer política de planejamento que vise a modificar e melhorar as formas atuais de organização espacial” (idem, p. 61). Deste modo, nesse período histórico, ao analisar a realidade do Território de Rondônia:

[...] ficaram excluídos das Regiões Agrícolas o estado do Acre, o território de Rondônia, parte dos territórios de Roraima e Amapá, vastas extensões dos estados do Pará e Amazonas e o norte de Mato Grosso, caracterizados pela fraca ocupação, pela deficiência das vias de circulação e pelo pequeno desenvolvimento das atividades de

produção, sendo o extrativismo ligado à vegetação florestal, a atividade econômica dominante. (idem, p. 62).

Acredita-se que a compreensão sociológica da publicação se absteu da abordagem empírica, pois, embora apresente um mapa na página 47 em que uma parte considerável de Rondônia representada pelo símbolo da vegetação cerrado na legenda, isso não fora mencionado nem discutido, mas sim fez-se a inclusão do território de Rondônia absolutamente correlato às realidades amazônicas da época em todas abordagens, dando uma dimensão de homogenidade ilusória, em que o sul do atual Estado, em alguns momento, seria possuidor de particularidades.

Outrossim, a regionalização segundo a hierarquia funcional no Território estava configurada como Região de Porto Velho, composta pelos municípios de Porto Velho, Guajará-mirim¹⁰ e Humaitá-AM (idem, p. 192). As notas¹¹ em relação ao equipamento funcional foram: Porto Velho 53,4 e Guajará-Mirim 21,7. A título de comparação o Estado com melhor nota foi São Paulo com 489 (idem, p. 191).

No ano de 1987 o IBGE, por meio do Departamento de Geografia (DEGEO) e da Divisão de Estudos Territoriais (DITER) produziram a Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões “para fins estatísticos em substituição” a divisão feita em 1968, esta última, não será abordada nessa pesquisa, devido condicionantes históricas.

Publicado em 1990, tinha como objetivo além de atualização da obra anterior, compreender a realidade do território nacional através de agregados espaciais produzidos, a fim de compreender também a organização do País. Como metodologia operacional para identificar as mesorregiões tinha como parâmetros: processo social, quadro natural, rede de comunicação e de lugares. E para identificar as microrregiões: estrutura da produção e interação espacial (IBGE, 1990).

O volume dois, tomo um, lançado em 1991, aborda as especificidades da Região Norte. No nível mesorregional atenta para “as particularidades dos processos em ampla escala e focaliza os aspectos fundamentais da

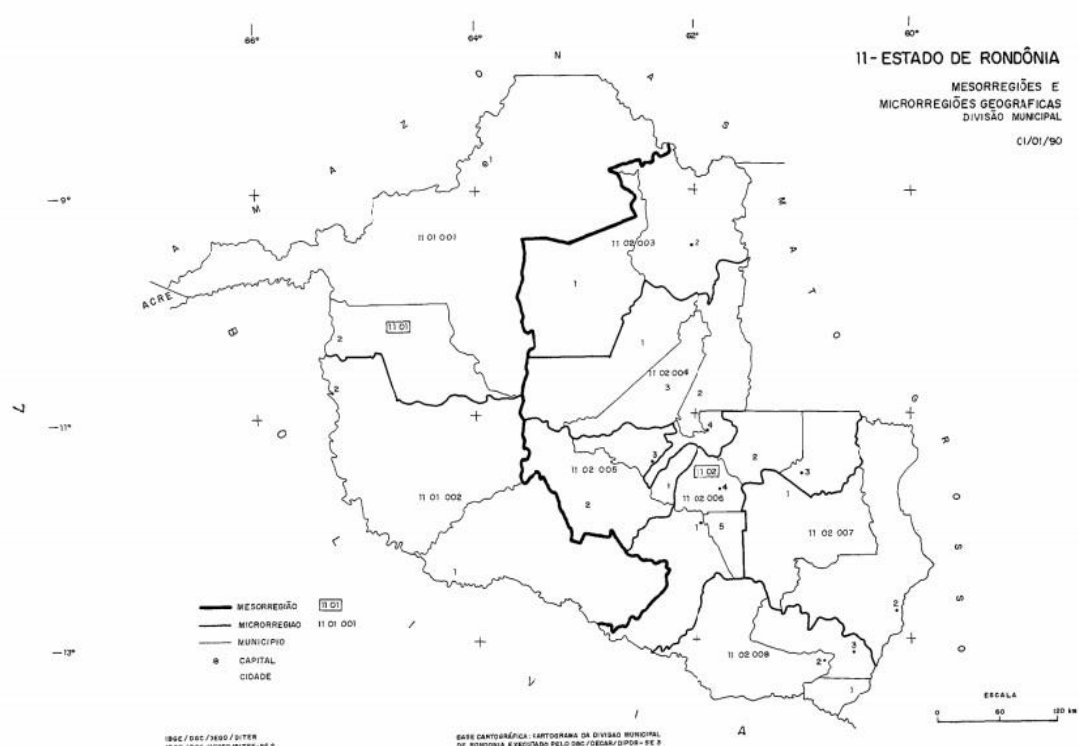
¹⁰ Guajará-Mirim e Porto Velho são municípios fundados antes mesmo do território Federal do Guaporé, a partir de 1943 são emancipados como os únicos municípios do território, até o ano de 1977 em que se iniciam novas emancipações de municípios.

¹¹ As notas levam em conta a qualidade e complexidade do equipamento funcional, que são: “bancos, hospitais, escolas, estabelecimentos comerciais e industriais - torna-se o centro de atração de um determinado espaço, a sua região de consumo gravitando em torno de uma localidade central” (IBGE, 1968, p. 179).

organização produtiva, da vida de relações e condicionantes físicos [...]” no nível microrregional “foram privilegiadas, no contexto descritivo, especificidades da estrutura produtiva e da interação espacial [...]” (IBGE, 1991, p.3).

Dito isto, Rondônia (Figura 1) apresenta duas mesorregiões, subdivididas em oito microrregiões. Vilhena se localiza na Mesorregião Leste Rondoniense, na microrregião Vilhena, essa microrregião apresenta somente dois municípios: Vilhena e Pimenta Bueno (idem, p. 6), lembrando que nesse momento histórico, municípios como Chupinguaia, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste, ainda não haviam sido emancipados, figurando como distritos.

Figura 1 – Rondônia segundo divisão meso e microrregional de 1990



Fonte: IBGE (1991, p. 7).

Os outros municípios que fazem parte da atual região de Vilhena pela organização estadual estão, nesse contexto, alocados na microrregião Colorado do Oeste, composta pelos municípios de Cabixi, Cerejeiras e Colorado do Oeste (idem, p. 6).

Ao caracterizar a mesorregião Leste Rondoniense nesse período histórico, algumas configurações denotam falta de coesão no espaço recortado, principalmente atrelada à produção oriunda do meio natural, como extração de minerais (região de Ariquemes, principalmente), a diversidade de bacias hidrográficas, diferentes qualidades de solos (destacando a característica dispendiosa dos solos de Vilhena), dificuldade de estabilização

de migrantes devido deficiências naturais do campo, difícil acesso a recursos públicos, falta de técnicas de incremento, e principalmente de problemas fundiários de regulamentação das terras (IBGE, 1991).

Por parte da realidade estrutural, de um modo geral, observou-se problemas de absorção de mão-de-obra, inadequação das rodovias para deslocamentos (embora ressalte que todas as sedes municipais já estavam interligadas), falta de equipamentos urbanos e comunicacionais, bem como escassa presença de linhas áreas regionais, que se ligavam à Cuiabá (IBGE, 1991, p. 13).

Ji-paraná destaca-se pela qualidade dos equipamentos da vida citadina. Cacoal, Rolim de Moura, entre outras, pelas múltiplas atividades alocadas e Vilhena somente se destaca nesse período como “importante entroncamento rodoviário” (idem, p. 14), no sentido comparativo. A microrregião de Vilhena é compreendida da seguinte maneira:

Devido a problemas de fertilidade de grande parte de seu território, a microrregião de Vilhena não apresenta produção agrícola no mesmo nível que as demais microrregiões do Leste Rondoniense. Ainda assim, observa-se lavouras comerciais de milho, mandioca, arroz e feijão, além da introdução da soja, atualmente em expansão, e a prática da agricultura mecanizada. A microrregião caracteriza-se também pela existência de pecuária bovina de corte, uma atividade com indícios de expansão, e pela predominância, em área, de grandes estabelecimentos, sendo que este último fato é bastante tradicional nesta região. (IBGE, 1991, p. 16).

Comparando essa descrição com o cenário atual, pode-se dizer que houve uma revolução na região, originária da mecanização da agricultura, principalmente a soja, que é observada em seu estado germinal de inserção e que hoje, é um dos grandes produtores da região Norte do País. Com relação à pecuária, ainda é presente no município de Vilhena, contudo, não é o principal produto, embora dinamize a economia, pelo fator estrutural (frigorífico e logístico).

Nota-se também, que embora a posição geográfica seja destacada, ela não é em si, suficiente para o desenvolvimento. Foram precisos outros movimentos em conjunto para que o município alçasse crescimento. A questão dos grandes estabelecimentos rurais se mostrou contínua, pois em tempos hodiernos Vilhena se encontra como a cidade mais urbanizada do Estado. A outra microrregião que esta pesquisa aborda é a microrregião de Colorado do Oeste:

A microrregião de Colorado do Oeste, composta por municípios emancipados somente após o censo de 1980, compreende áreas que foram desbravadas com a finalidade de nelas serem instaladas colônias agrícolas. Apresenta lavouras de café, mandioca, arroz, milho e banana, constituindo-se numa microrregião essencialmente agrícola, uma vez que seu rebanho bovino é modesto e o extrativismo de madeira é o menos desenvolvido de todo o estado. A produção pesqueira, observada no distrito de Pimenteiras, onde existe sede de colônia de pesca, é atividade peculiar à microrregião, sendo exercida no rio Guaporé (IBGE, 1991, p. 16).

O diagnóstico apresentado difere, um pouco, da evolução transcorrida. Por exemplo, a madeira, nessa localidade, foi por certo período um importante produto comercial, assim como a pecuária, que atualmente é presente e dinamiza a região com certa importância (um curtume e dois frigoríficos). No mais, a descrição coaduna com a realidade atual, por exemplo, a atividade pesqueira continua incipiente e as lavouras citadas não são expoentes. Não há menção à soja, entretanto, recentemente tornou-se importante em alguns municípios da região.

Por conta do desmembramento e criação de novos municípios as microrregiões de Colorado do Oeste e Vilhena sofreram modificações daquela estabelecida pela publicação. A microrregião de Colorado, atualmente comporta os municípios de Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Pimenteiras do Oeste (desmembrada em 1992 do município de Cerejeiras) e Corumbiara (desmembrada em 1992 de Colorado do Oeste e Vilhena). A microrregião de Vilhena atualmente comporta Vilhena, Pimenta Bueno, São Felipe D'Oeste (desmembrado de Pimenta Bueno, em 1994), Primavera de Rondônia (desmembrado de Pimenta Bueno, em 1994), Chupinguaia (desmembrado de Pimenta Bueno e Vilhena, em 1996) e Parecis (desmembrado, em 1994, de Pimenta Bueno).

As Regiões de Influência das Cidades (Regic) é uma publicação produzida pelo IBGE desde 1972 (com dados de 1966), com versões subsequentes de 1987 (revisão de 1972), 2000 (pesquisa realizada em 1993) e a mais recente publicada em 2008 (pesquisa realizada em 2007). Por determinação histórica da configuração urbana do estado de Rondônia, não analisar-se-á, nessa pesquisa, a versão de 1972, tampouco a de 1987 (versão de revisão da publicação de 1972, finalizada em 1983, porém, tornada pública somente em 1987).

Os Regic's em quase nada se assemelham à publicação sobre mesorregião e microrregião do mesmo órgão, a não ser o objeto. Possui

metodologia diferente, objetivos diferentes, mas principalmente inaugura uma ótica de análise totalmente pertinente e contributiva para se entender o território nacional, no tocante às regiões, à regionalização, à rede urbana, às hierarquias urbanas e a polarização: a utilização da teoria das localidades centrais e Redes Geográficas (IBGE, 2000a).

Ressalta-se, no entanto a limitação descritiva das publicações, que focam apresentar a realidade em forma de cartogramas e quadros, não promovendo em si, uma análise.

Vilhena, nesse contexto, aparece pela primeira vez no Regic (IBGE, 2000a), está presente no nível de centralidade e interações espaciais de São Paulo (Quadro 1) e (Figura 2), seguindo a seguinte lógica:

Quadro 1 – Interações espaciais em níveis de centralidade das cidades brasileiras – área de São Paulo

Máximo	Forte	Médio	Fraco	Muito fraco
São Paulo	Cuiabá	Vilhena*		Aripuanã
			Cerejeiras	Cabixi e Corumbiara
			Colorado do Oeste	Cabixi e Corumbiara

*Em alguns casos há dupla ou tripla subordinação, no caso o Regic traz Vilhena subordinada também à Porto Velho.

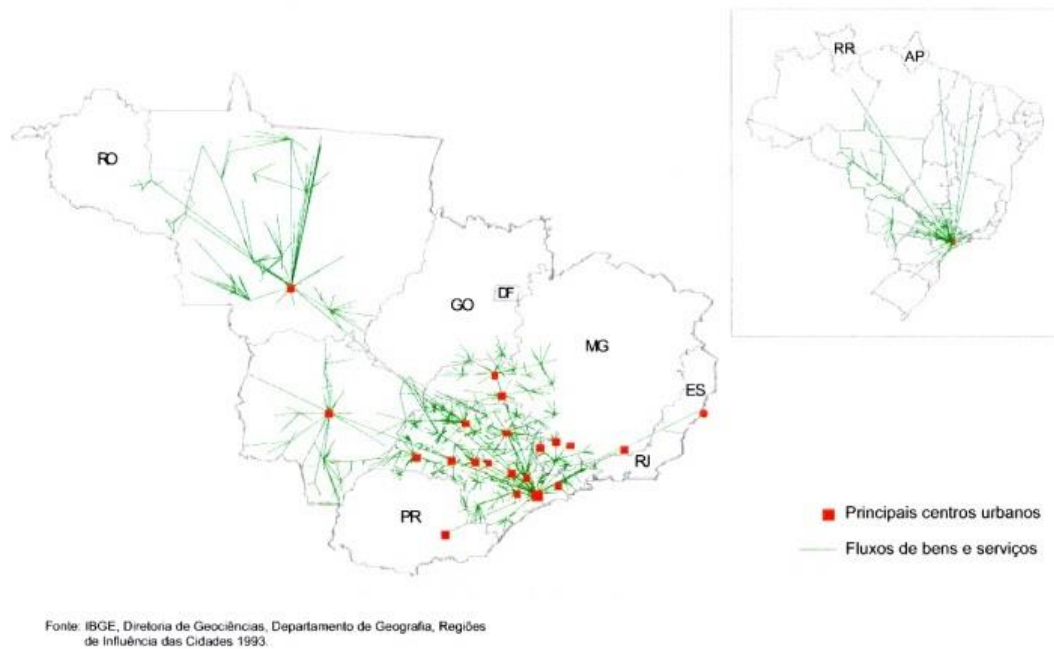
Fonte: IBGE (2000a, p. 41)

Adaptação: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Em Rondônia são destacados, nessa rede, com maior hierarquia, Vilhena e Cacoal. Nesta última o nível hierárquico é de “Forte p/ Médio”, ou seja, categoria superior a de Vilhena, também sofrendo influência pela capital estadual. Ou seja, o cenário era mais proeminente para Cacoal, que a essa altura polarizava oito municípios, algo que não ocorreu (vide discussão sobre os polos).

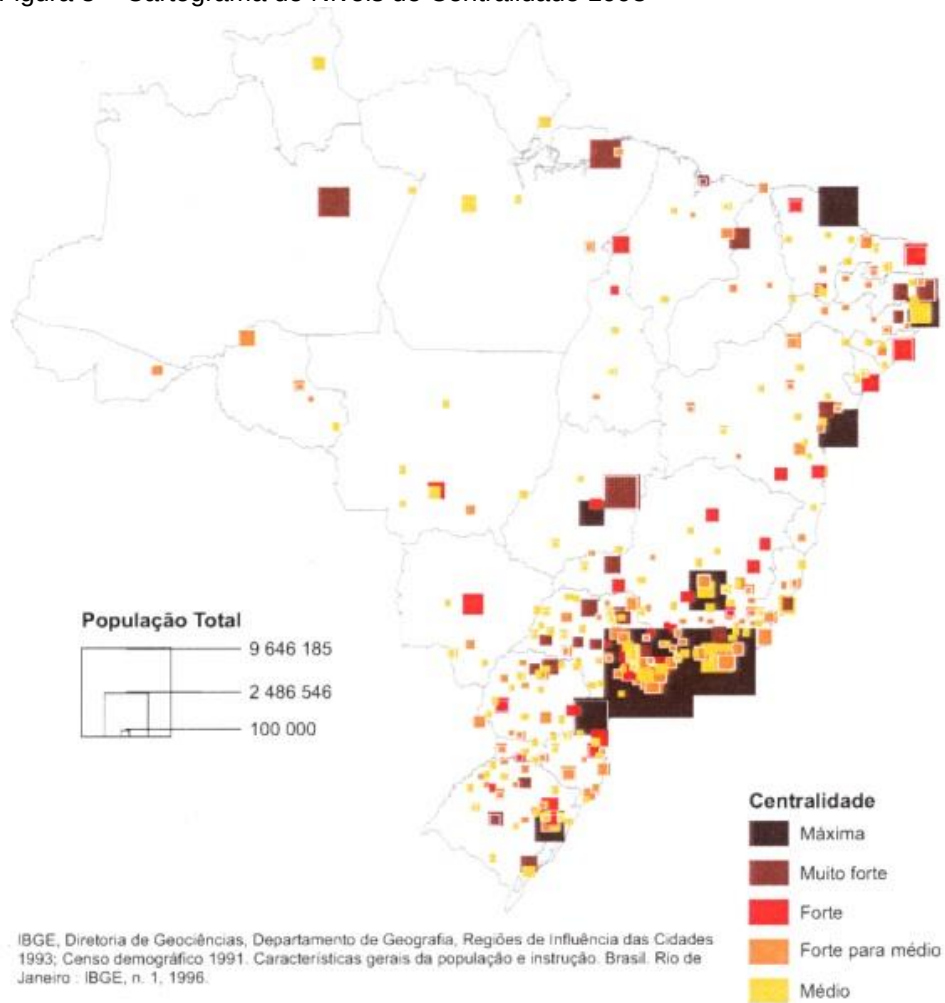
As interações e níveis de centralidade são apresentados como “representação do caminho preferencial da população de um dado centro na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços” (idem, p. 27). Devido essas características de ofertas, Vilhena é considerada uma cidade de influência Média (Figura 3).

Figura 2 – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação de São Paulo (SP)



Fonte: IBGE (2000a, p. 34)

Figura 3 – Cartograma de Níveis de Centralidade 1993



Fonte: IBGE (2000a, p. 32)

No Regic de 2007 (IBGE, 2008) a questão metodológica sofre atualização. Enquanto que o Regic de 1993 (publicado em 2000) “focava o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação, fundamentais para a organização de um espaço onde os elementos fixos interagem pelo intercâmbio de fluxos” (IBGE, 2008, p. 131?), o Regic 2008 privilegiou “a função de gestão o território” tendo como base que:

[...]centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83 apud IBGE, 2008).

Tal atualização se desdobra em novas formas de abordagem do fenômeno, ainda que dialogue com as edições anteriores, tentando propor maior quantidade de variáveis, promovendo assim abordagem mais ampla, doravante mais complexa e aproximada do real. Conforme atualização, Vilhena é entendida conforme (Quadro 2).

Quadro 2 – Vilhena nas regiões de influência

Grande metrópole nacional	Capital Regional B	Centro Sub-regional B	Centro de Zona B	Centro Local
São Paulo	Porto Velho	Vilhena		Cabixi Chupinguaia Colorado do Oeste Corumbiara
			Cerejeiras	Pimenteiras do Oeste
			Comodoro (MT)	Campus de Júlio (MT)

Fonte: IBGE (2008, s/p).

Adaptação: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

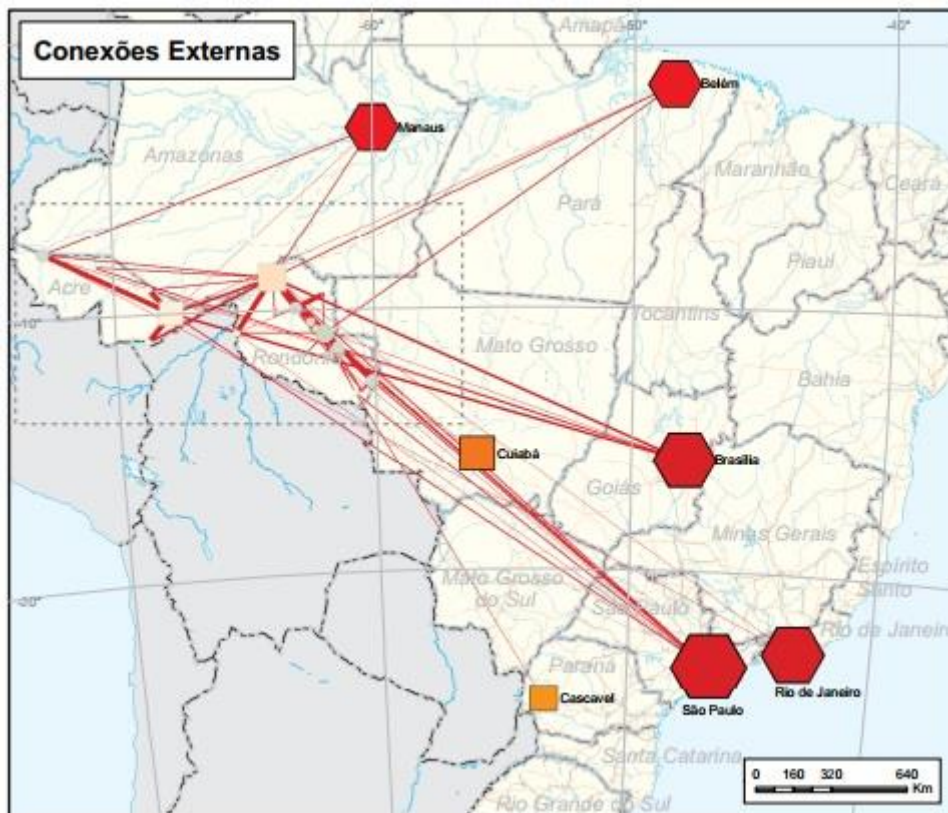
Nessa configuração atualizada, há uma abordagem mais complexa, resultado da complexidade ocorrida com a própria realidade urbana, que nesse longo período entre as publicações, evoluiu demograficamente e estruturalmente.

Porto Velho se encontra inserida na rede hierárquica de São Paulo influenciando toda a rede urbana rondoniense, e ainda a rede acreana de cidade, principalmente Rio Branco, capital do estado do Acre, além do município de Lábrea - AM. Segundo o Regic, a rede encabeçada por Porto Velho possui vastas conexões externas (Figura 4).

Ji-Paraná é apresentada como a única na categoria “Centro sub-regional A”. E na categoria “Centro sub-regional B”, além de Vilhena, Ariquemes e Cacoal figuram nessa categoria. Cacoal possui diferenciação das demais, por

ser influenciada por Ji-Paraná, algo que não ocorre com Vilhena e tampouco com Ariquemes, as quais se inserem diretamente na rede a partir de Porto Velho. A Figura 5 ilustra tais relações.

Figura 4 – Conexões externas da Rede urbana de Porto Velho



Fonte: IBGE (2008)

Adaptação: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Segundo (IBGE, 2008), a região de influência de Porto Velho (A) abarca uma população total (2007) de 2.301.511 pessoas, correspondendo a uma área de 660.561,99 km², num total de 84 municípios. O Núcleo da Rede (Porto Velho B) apresenta população de 369.345 pessoas (2007), numa área de 34.082,37 km², ou seja, há uma considerável distância entre os tamanhos da região com o seu núcleo, uma atenuante que pode resvalar na expectativa de alguns componentes, com relação à correspondência da influência.

Na ilustração (Figura 5) fica evidenciado que a região de influência de Vilhena localiza-se num “vazio” entre cidades, em que o núcleo equivalente ao de Vilhena mais próximo está a uma distância considerável (Cacoal). Além de quê, apresenta certa distância entre os próprios componentes da sua região de influência, influenciando cidades como Comodoro e Campus de Júlio que pertencem a outro estado, mas que se encontram mais próximos de Vilhena, do que alguns municípios da região do próprio Estado.

Figura 5 – Região de influência da Capital Regional B Porto Velho.



Fonte: IBGE (2008).

Adaptação: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Isso se deve a grande extensão do território dos municípios (característica comum na região Norte), aliás, o próprio IBGE ressalta que a complexidade do entendimento regional no Brasil proporciona que, em alguns casos, uma microrregião do Nordeste corresponda a área de um único município na região Norte.

Ou seja, mais do que o posicionamento em si de Vilhena, a organização da região pelo viés da influência tem relação direta com a organização geral dos elementos constituintes da hinterlândia. Ainda que sejam resultados históricos de uma gama de fatores, faz com que flua organicamente e imperativamente as outras determinações.

A Divisão Urbano-Regional (IBGE, 2013) constitui uma análise da dinâmica territorial urbana pautada nos resultados apresentados pelo Regic de 2007 (IBGE, 2008).

Tal produto é indispensável ao planejamento das diferenças existentes no território nacional sendo, portanto, instrumento fundamental para uma federação de dimensões continentais que se debate continuamente entre o dilema de reduzir desigualdades sociais mantendo sua diversidade cultural, ambiental e econômica (IBGE, 2013, s/p).

Diferentemente dos antecessores, esse “produto” que consta como “instrumento técnico de valor estratégico” (IBGE, 2013), estabelece que a novidade está em trazer as variáveis de modo associado: cultural, ambiental e econômica. Constatando ainda uma problemática evidente da realidade regional do País: a desigualdade. Entretanto no mesmo documento de apresentação das chamadas “Regiões de Articulação Urbana” que são subdivididas em Ampliadas, Intermediárias e Imediatas, o IBGE se contradiz:

A contextualização das regiões foi construída assim, a partir de uma visão que combina o processo de urbanização e o processo de integração do mercado nacional, com o surgimento de estruturas verticais que estabelecem relações em rede e fortalecem cidades e aglomerações urbanas como elementos fundamentais de interconexão da gestão, da infra-estrutura e das atividades produtivas (IBGE, 2013, s/p).

A questão que se coloca é, onde entra a variável cultural nesse processo? Algo que se apresentava como ineditismo, ante as publicações anteriores, não está exposta no novo quadro metodológico. Notadamente as regiões são uma reunião de categorias cujas suas respectivas características são levadas em consideração como aglutinadoras.

Vide por exemplo, as regiões imediatas que “são regiões formadas em torno dos Centros sub-regionais A, e B e dos Centros de zona A e B [...]” (IBGE, 2013, s/p). Vilhena nesse contexto se localiza conforme apresentado na publicação (IBGE, 2013). Essas Regiões de Articulação Urbana nada mais são do que a exposição visual da hierarquia urbana das regiões de influência do Regic de 2007. Em que as regiões são definidas pela abrangência das influências da maior hierarquia em três níveis de escalas, fazendo assim variar a proporção da região, tão somente.

Salvo essa discussão das características das formulações das regiões, a publicação inova em explicar uma inteligibilidade possível destas. Como no caso das regiões imediatas:

As Regiões Imediatas de Articulação Urbana possuem, de maneira geral, ligações que refletem a acessibilidade e capacidade em atender a demandas de amplitude mais restritas. As regiões deste nível refletem em grande parte a área vivida pela população e seu deslocamento cotidiano para fornecimento e busca de bens e serviços corriqueiros (como serviços de advocacia, contabilidade, oftalmologia, ortopedia e busca de bens como geladeiras, televisões e automóveis) (IBGE, 2013, s/p).

Na região ilustrada no mapa da publicação (IBGE, 2013), Vilhena aparece como Centro Sub-regional B e que é uma região que extrapola os

limites estaduais (aglomera uma porção do estado do Mato Grosso), ou seja, seria teoricamente o local em que a população buscaria esse tipo de “bens e serviços corriqueiros”, algo que acontece, devido à oferta, e não a uma orientação politico-administrativo, caso contrário os limites estaduais seriam de limitantes.

Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Imediatas (IBGE, 2017b) é uma publicação “inédita” do IBGE, visando fornecer um quadro atualizado da divisão regional do País, focando entre outras coisas em auxiliar o planejamento. Tem como variáveis as “transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas” (IBGE, 2017b, s/p), e sua principal diferenciação das publicações anteriores é o compromisso com a periodicidade.

Nessa nova linha de publicação os termos “intermediária” e “imediata” possuem caráter substitutivo dos termos anteriores “mesorregião” e “microrregião”, metodologicamente “instrumentaliza e integra análises de órgão de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento e Estatísticas – Anipes” (IBGE, 2017b, s/p). Observa-se que embora a terminologia adotada seja parecida com a da “divisão-regional” de 2013, não há ligação direta entre ambas.

A dimensão regional é tratada como rede urbana brasileira, e afirma que existe uma tensão, do ponto de vista geopolítico, entre a globalização e os projetos locais. Ressalta que a rede urbana e a infraestrutura que interliga o território “[...] constitui elemento central para conduzir uma análise regional comprometida com a coesão territorial do País e, simultaneamente, com a busca das diferenças e diversidade” (IBGE, 2017b, s/p). Tais contextualizações denotam, de fato, um esclarecimento a respeito da posição político-administrativa e histórica da publicação.

Considera-se como ponto positivo os objetivos apontados na parte introdutória da publicação que ressaltam a “coerência interna e um certo grau de permanência de seus atributos constitutivos” em que as mesmas reflitam sua relação externa com o mundo, em que esse movimento se articula por meio de diversas redes (IBGE, 2017b).

Desta forma as “Regiões Geográficas Intermediárias” são definidas como organizadoras do território “articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos

fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade” (IBGE, 2017b, s/p). Seguindo essa lógica, Rondônia apresenta duas regiões geográficas intermediárias. Os polos dessas regiões são definidos a partir da maior hierarquia atribuída a eles conforme sistema de rede urbana¹².

Nessa publicação, fica claro que Rondônia ainda não possui um sistema sofisticado de relações urbanas, pois, apresenta somente duas regiões geográficas intermediárias a de Porto Velho, comportando 18 municípios, e a de Ji-Paraná, com 36, cada uma sendo subdividida em três regiões geográficas imediatas (Figura 6).

As regiões geográficas imediatas por sua vez, possuem referência direta na rede urbana e sua estrutura, baseada nas relações municipais a partir da aproximação e satisfação das necessidades em que determinado núcleo propicie para as populações. As destacadas pela publicação são:

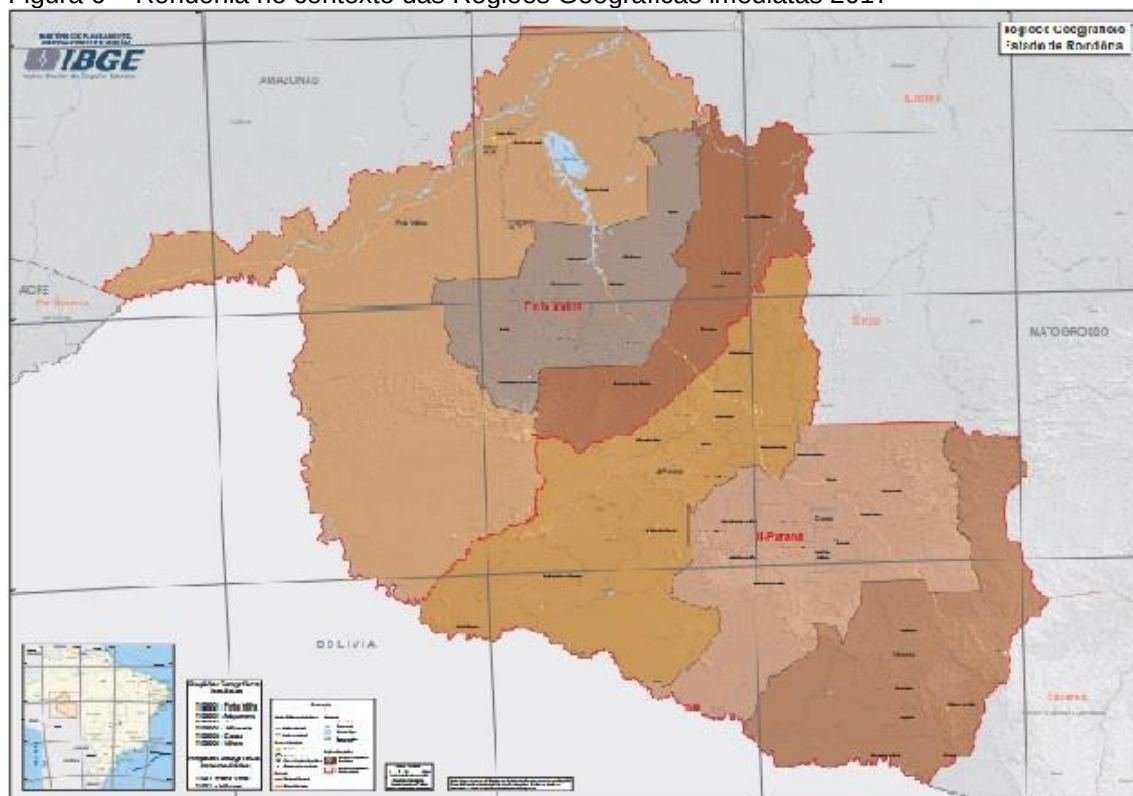
compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017b, s/p).

Vale destacar, que nessa regionalização, os limites das Unidades Federais (UF) são respeitados, no caso das regiões geográficas imediatas de Rondônia, todos os municípios são pertencentes a sua própria UF, diferente de outros casos já apresentados em que municípios de outras UF's compõem a rede rondoniense. O fato de não considerar a extrapolação dos limites das UFs ou mesmo do país traz certa limitação para a compreensão da grassa dos fluxos.

Como a relação entre os núcleos dos municípios é o foco dessa regionalização, nota-se que não há lógica na proporção superficial das regiões, elas variam conforme os territórios dos núcleos, aliás, essa característica está presente em todas as regionalizações apresentadas. Os polos dessas regiões são: Porto Velho, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Vilhena nessa conjuntura comporta sete municípios, sendo a 4^a colocada em quantidade. Cacoal em 1^o, comportando 14, Ji-paraná em 2^o, com 13, e Ariquemes em 3^o com oito. Porto Velho, que notoriamente é a região com maior área, possui, assim como Jaru, apenas cinco municípios.

¹² Para um melhor entendimento vide a ilustração apresentada pela publicação (IBGE, 2017b).

Figura 6 – Rondônia no contexto das Regiões Geográficas imediatas 2017



Fonte: IBGE (2017b)

Adaptação: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Há ainda uma publicação peculiar, que destoa do resultado e também das variáveis das demais, apresentando assim resultado muito diferente de divisão do estado em regiões, a divisão em Regiões Rurais (IBGE, 2015a).

O IBGE (2015a) dividiu o Brasil em 104 regiões rurais, resultantes de um projeto de atualização, em que “tem por objetivo elaborar a divisão regional do Brasil a partir da dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial no território nacional” (IBGE, 2015a, p. 5), além de sintonizar os trabalhos anteriores do IBGE com a realidade atual, alinhando com os avanços ocorridos na sociedade.

Para fins de nomenclatura se utilizou das bases conceituais-metodológicas utilizadas pelo IBGE, assim como respeitando os limites municipais, dessa maneira, a toponímia é empregada conforme a presença da maior hierarquia presente na região, caso haja hierarquia equivalentes usa-se um ou mais nomes.

Em Rondônia estão presentes três regiões distintas, a Região rural da capital regional de Porto Velho, Região rural dos centros de zona de Eirunepé e

Lábrea e Região rural dos centros sub-regionais de Vilhena (RO) e Cacoal (RO)¹³.

A Região rural da capital regional de Porto Velho é a que apresenta significativamente a maior área no Estado, quase que a totalidade. Por outro lado a Região rural dos centros de zona de Eirunepé e Lábrea corresponde a uma pequena porção em uma área pouco desenvolvida do Estado, insere-se numa realidade rural presente em grande parte (aproximadamente 1/3) do estado do Amazonas.

A Região rural dos centros sub-regionais de Vilhena (RO) e Cacoal (RO) também aparece com uma pequena porção no Estado, entretanto engloba duas cidades médias com localização privilegiada, embora seja uma pequena porção presente no estado de Rondônia, tal região se estende pelo estado de Mato Grosso de maneira significativa (aproximadamente 1/4).

Da região objeto de estudo dessa pesquisa, apenas o polo Vilhena se encontra inserida nessa região, os outros municípios, localizam-se na Região rural da capital regional Porto Velho.

Observando a divisão rural proposta nessas regiões apresentadas, no caso de Vilhena, não há similaridade com outras regiões elaboradas, logo, entende-se que a realidade rural compreendida pelo IBGE nessa publicação não coaduna com a regionalização dos polos regionais elaborados a partir da Lei estadual, em se tratando da Região Vilhena VII (RONDÔNIA, 2007).

Contudo há nesse contexto uma atenuante metodológica que explica a desarticulação da região integrada por Vilhena da realidade da região de Porto Velho, pois o projeto:

[...] teve também como critério operacional manter a integridade territorial das Terras indígenas e Unidades de Conservação em seu interior o que resultou em alguns casos na dilatação territorial de algumas Regiões Rurais notadamente na Amazônia Legal (IBGE, 2015a, p. 36).

Acredita-se que não fosse esse fator particular, Rondônia apresentaria-se com apenas uma região rural, pois as matrizes de diferenciação das áreas rurais no Estado não possuem significativas diferenças, tendo como base as variáveis que o IBGE leva em consideração nessa publicação, ou até mesmo do contrário, se o IBGE estreitasse os critérios, certamente haveria maiores

¹³ A ilustração da seguinte região pode ser verificada na publicação (IBGE, 2015b).

números de regiões. Nos campos da prática político-administrativa e da materialidade observada essa regionalização se mostra inócua.

Em todos os casos de divisão regional em que há classificação hierárquica, independente de suas variáveis, objetivos e metodologia, Vilhena encontra-se, impreterivelmente, situada num contexto de polo (ou comando) quando se refere a escala micro. Logo, entende-se que os mesmos fatores que a impulsiona enquanto polo regional, a torna impossibilitada de almejar ascensão de comando supra escalar, fatores esses: o fator de localização e a dependência do limitado conjunto regional.

3.1.2. A polarização regional como orientação administrativa

O modo de organização por polarização é por vezes indicado pelo governo do estado de Rondônia como uma das formas de alcançar o desenvolvimento regional. A base dessa polarização é a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA, 2007), além da divisão regional essa Lei orienta que “[...] as regiões de Planejamento e/ou Gestão sejam consideradas como Regionalização de Referência unificada para o planejamento e ações de todos os demais órgãos do Executivo Estadual” (RONDÔNIA, 2007, s/p). Entretanto, serão abordados também documentos que tangenciam a polarização, não fazendo alusão direta à mesma, mas que potencializam essa forma de organização administrativa.

Do total de dez polos de referência regionais apenas três não estão situados na BR-364, sendo eles: São Francisco D’ Oeste, Guajará-mirim e Rolim de Moura. Outro fato a considerar é que a capital do Estado também possui a função de polo segundo a mesma lei, contudo considera-se irrelevante essa função para a capital como produtora de alguma dinâmica que a função de capital já não carregue. Um perfil da região de planejamento Vilhena VII objeto desse estudo esta exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Região de planejamento Vilhena VII

Município	Ano de emancipação	Tipologia Genética	População Estimada 2017	Área
Vilhena	1977	Pioneira de colonização	93.754	11.699,146 km ²
Colorado do Oeste	1981	Expansão da colonização	18.467	1.451,060 km ²
Cerejeiras	1983	Expansão da colonização	17.934	2.783,300 km ²
Chupinguaia	1995	Adensamento interiorano	10.593	5.126,723 km ²
Corumbiara	1992	Adensamento interiorano	8.659	3.060,321 km ²
Cabixi	1988	Expansão da colonização	6.224	1.314,353 km ²
Pimenteiras do Oeste	1995	Adensamento interiorano	2.410	6.014,733 km ²
Total Região			158.041	31.449,636 Km ²

Fonte: IBGE (2017a; 2018b); COSTA SILVA (2010, p. 118)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A tabela nos demonstra que Vilhena tem diversos atributos vantajosos em relação ao restante dos integrantes da região, ainda que possua em seu território uma considerável reserva indígena. O segundo maior em área, Pimenteiras do Oeste, é o município com a menor população do Estado, grande parte de sua área situa-se na “Planície fluvial dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé” e na “Depressão do rio Guaporé”, é composta em grande parte por várzeas nas planícies fluviais e áreas embrejadas da planície fluviolacustre do rio Guaporé (DANTAS e ADAMY, 2010, p. 42-46).

Outros municípios que também possuem em seus territórios tais características são Cerejeiras e Corumbiara, entretanto situam-se com maior proporção no Alto Vale do Guaporé, área com presença de avanço da fronteira agrícola (idem, p. 46). Nota-se que Vilhena possui elementos históricos, demográficos e fisiógrafos vantajosos em comparativo com seus conterrâneos de região definida pelo Estado.

Um documento importante para se entender o processo ao qual alavancou Vilhena como polo de referência regional é o boletim da Embrater (1987) que servia como uma espécie de crivo para incentivar o investimento na produção de soja em Vilhena (já que garantia que a produtividade seria rentável). No documento ficam claras algumas observações a respeito do enlace supramunicipal e intermediário que um polo já dinamizava no ciclo da madeira e que ainda poderia grassar no sistema produtivo da soja:

[Em Vilhena] a indústria madeireira sobrevive da importação de outros municípios vizinhos [pelo fato da vegetação vilhenense ser característica de cerrado] [...] até o presente o cultivo de soja, é a opção mais viável que a pesquisa pode oferecer aos produtores da região. [...] não se pretende que a produção seja direcionada à exportação, competindo com grandes centros de produção do país. No entanto o nível de produtividade almejada, não descartaria essa opção. Com o asfaltamento da BR-364, aproveitar-se-á o frete de retorno para o sul do país. No entanto, parece que a alternativa mais viável, é a criação de uma indústria de óleo de soja na região, para abastecer os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e outros da Região Norte [...] (EMBRATER, 1987, p. 7-8).

Por mais que o boletim não seja literal a respeito do “regional”, toda essa articulação favoreceu Vilhena ao longo do desenvolvimento da proposta de modificação a partir da inserção desse novo produto. Mais adiante outros elementos presentes no boletim da Embrater serão discutidos, tais como produção para exportação, a importância da infraestrutura e o perfil dos destinatários que se beneficiaram dessa nova dinâmica.

Embora o boletim foque no novo produto e nas características que Vilhena propicia para o desenvolvimento dessa nova cultura, a parte de organização regional não está explícita, apenas demonstra que Vilhena já possuía um potencial polarizador.

Outro documento importante para compreender esse mesmo processo é a Lei nº 2.065, de 10 de outubro de 2006 (VILHENA, 2006), que institui o Plano Diretor Participativo e dispõe sobre o sistema e processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do município de Vilhena.

Embora seja um plano diretor urbano, nele, em vastos momentos, o termo região aparece como indicativo de área extramunicipal, principalmente como preocupação de dar potencial ao município, como no caso a seguir:

VIII- garantir o abastecimento, distribuição de bens e escoamento da produção do Município, equacionando o sistema de movimentação e armazenamento de cargas, de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação de pessoas e o meio ambiente, inclusive com a reativação do Centro de Distribuição de Hortifrutigranjeiros, que funcionará como um mercado municipal de abastecimento local e da **região**. (VILHENA, 2006, p. 28, grifo nosso).

O trecho citado se apresenta inadequado, pois se trata de uma lei urbana que se perde ao focar na região, para além do domínio ao qual a lei pertence, sendo uma orientação típica para controle e gerência que um polo exerce, encontrado em planos de governo e não em leis municipais. De todo modo, reforça a preocupação política da relação entre integrantes da região.

Outro exemplo, mais recente e em curso, a respeito da polarização como orientação administrativa, é o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES) 2015-2030 (RONDÔNIA, 2015a), que inúmeras vezes cita a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA, 2007), além de utilizá-la como base para qualquer indicativo regional do Estado:

[...] o PDES-RO atuará de forma regionalizada, ou seja, no âmbito das Regiões de Planejamento e Gestão do Estado, considerando que no ano de 2007, os 52 municípios de Rondônia foram divididos em dez RP através da Lei Complementar Nº 414, de 28/12/2007. Esta regionalização foi realizada a partir de estudos que estabeleceram regiões com identidades e características comuns, facilitando o processo de planejamento e de territorialização das políticas públicas. (RONDONIA, 2015a, p. 29).

Cabe destacar que o PDES-RO 2015-2030, apresenta políticas de curto e médio prazo, além de tornar-se parâmetro para os outros Estados, pois foi o primeiro a entregá-lo. Ele é fruto da articulação entre Governo Federal e Estadual (RONDÔNIA, 2015b), embora pese que a respeito da polarização, a discussão nesse importante plano seja somente repetida e não discutida.

Por mais que as orientações administrativas possuam contradições, é certo que são necessários os envolvimento e intervenção político-administrativa para orientarem e tornarem concretas quaisquer propostas de desenvolvimento. Contudo, a crítica a ser feita, é quanto a altives e qualidade de desenvolvimento social de tais planos, que deveriam seguir um tratamento menos economicista e focado mais no bem estar social, quando possível isonômico. O regional e a polarização nesse sentido se colocam como ferramentas úteis se bem elaborados e concretizados. Para tanto, é fundamental que se conheça as características do objeto que se pretende planejar.

3.2. CARACTERÍSTICAS POLARIZANTES DE VILHENA

Entende-se que o polo regional é uma localidade com posição geográfica privilegiada, mas que para exercer uma função de polarização, é necessário cumprir demandas mínimas de articulação, possíveis a partir de uma infraestrutura aparelhada para tal fim, tanto pra oferecer quanto para manter, que são principalmente transfiguradas, no objeto estudado por essa pesquisa, nas seguintes variáveis: produção, emprego, transporte e serviços,

em outras palavras: Agronegócio, mão-de-obra, escoamento e qualidade de vida.

Comumente as variáveis são associáveis, como observado em Vilhena onde “Os principais atrativos para as empresas relacionadas com o cultivo de grãos ou as que desenvolvem atividade como o transporte logístico, encontra-se em Vilhena, várias facilidades devido a sua localização” (LUS, 2014, p. 55).

3.2.1 A agricultura e a pecuária

Vilhena possui uma capacidade estática de armazenagem total (convencional e granel) de 256.657 toneladas, divididos em 27 armazéns (CONAB 2018). Do ponto de vista estadual é o maior armazenador, porém, comparado com estados como Mato Grosso ou Paraná, essa capacidade aparenta ser baixa, por exemplo, o município de Campus de Júlio-MT, que fica no interior de seu Estado e relativamente próximo à Vilhena, ostenta a capacidade de armazenamento de 773.177 toneladas, com 62 armazéns registrados (CONAB, 2018). Mais adiante essas características serão esmiuçadas e discutidas em seus contextos, o que ressalta-se nesse momento são as infraestruturas:

Os municípios produtores de grãos da região escoam sua mercadoria para Vilhena, tendo esta a concentração de empresas de logística para o deslocamento. Por isso o aumento tanto de compradores dessas mercadorias como também os investimentos em infraestrutura [sic] de transporte para o deslocamento pela BR-364, visto que é por onde escoam também os produtos do Oeste do Mato Grosso. (LUS, 2014, p. 59-60).

Aliás, no período da expansão da fronteira geopolítica de ocupação, o governo militar se coordenou através de diferentes programas e em momentos diferentes como, por exemplo, “Integrar para não entregar”, o programa “Objetivos Nacionais Permanentes” e a “Operação Amazônia” (FIORI, 2012, p. 63), em que a madeira era um produto rentável economicamente, Vilhena, apresentava uma dinâmica parecida, concentrava serviços e indústrias, ainda que não possuísse potencial na matéria prima (madeira para tora). Ou seja, a posição geográfica nesses casos é um pressuposto destacado para investimento.

Na última década do século XX, Vilhena passa a figurar como palco do agronegócio em fase de modernização, de maneira “autopoiética cerradina”, ou seja, seguindo lógicas pré-existentes e “bem sucedidas” praticadas em cidades

do agronegócio no Cerrado, onde o “solo pobre” já não se encontrava como barreira, como destaca Fiori (2012, p. 90)

em Vilhena ela [mecanização da agricultura] só se torna efetivamente viável a partir dos anos de 1996/1997, quando da instalação do portal de exportação Madeira-Amazonas, em Porto Velho. Antes disso, os insumos chegavam muito caros à cidade, e o custo de deslocamento da produção até o porto de Paranaguá (PR) chegava a consumir 2/3 do valor de comercialização da soja.

O Autor destaca que “Atualmente [em 2012] Vilhena destina 45 mil hectares de seu território ao plantio de soja e outros grãos, de um total de 150 mil hectares plantados em Rondônia” (idem, p. 90), sendo que estes 45 mil hectares, segundo o mesmo autor, estão divididos entre 20 produtores, na qual somente três podem ser considerados grandes produtores. Para o sucesso do “novo” uma nova estrutura comercial foi inserida, as “*trading*” (que exporta/processa grãos) :

O principal exemplo desse tipo de empresas está na instalação das empresas CARGILL/Multinacional [e] AMAGGI/Nacional em Vilhena, que exercem a atividade econômica de compra de grãos, principalmente de soja, pois este é o de maior valor para o abastecimento de um produto globalizado. (LUS, 2014, p. 72).

Segundo sítio oficial da AMAGGI (AMAGGI, 2018) “A AMAGGI Commodities atua na compra e venda de grãos (soja e milho), industrialização, logística, operações portuárias e importação e comercialização de insumos agrícolas”, além disso, o sítio oficial destaca que possui capacidade para armazenar 2,5 milhões de grãos no País. Em Rondônia, encontram-se três armazéns: Vilhena (3.500t), Cerejeiras (40.000t) e o terminal de Porto Velho (40.000t) (AMAGGI, 2018).

Em relação à pecuária, uma das matrizes econômicas de Vilhena e região, nota-se um fator que dinamiza e polariza, “Apesar de a pecuária não estar em expansão nesta região, em Vilhena e Pimenta Bueno localizam-se frigoríficos do Grupo JBS que polarizam a compra dos rebanhos da região, inclusive do Mato Grosso [...]” (BATISTA, 2014, p. 233). Vale ressaltar que em 2017 o rebanho bovino em Vilhena representava 1% do rebanho do Estado e o rebanho da região polarizada por Vilhena aproximadamente 13% (IBGE, 2018a).

3.2.2 Saúde, Educação e Localização

Com relação à saúde, Vilhena possui uma estrutura diversificada: Hospital e Maternidade Santa Helena, Hospital Regional, Hospital Bom Jesus, Hemocentro Regional, Associação Beneficente Marcos Donadon, Ambulatório Municipal, Centro de Atendimento Psicossocial (Caps), seis centros de Saúde, Instituto do Rim de Rondônia, Policlínica e Serviço de Controle de Endemias (VILHENA, 2018a).

Em relação ao Hospital Regional, para se ter uma dimensão de abrangência do mesmo, a promotoria do Estado entrou na Justiça no ano de 2017, requerendo a mudança do hospital para a gestão do Estado e não mais do município, que recebe repasse de 2 milhões mensais do Estado, e não há contribuição direta dos outros municípios da região. Dos hospitais regionais do Estado até então, apenas Vilhena e Ji-paraná ainda eram administrados pelas prefeituras (G1, 2017).

Em uma reportagem mais recente (final de 2018), fica claro que a questão não foi resolvida, trata-se de uma vistoria realizada pelo prefeito juntamente com uma comitiva “a vistoria aconteceu após audiência que discutiu a possibilidade do HRV ser “devolvido” para o Estado em 2019” (FOLHA DO SUL ONLINE, 2018). Na mesma reportagem, há destaque para a abrangência geográfica do hospital e a problemática do orçamento.

O Hospital Regional de Vilhena atende aos sete municípios do Cone Sul e também as cidades do Norte do Mato Grosso, o que aumenta o número de pacientes e de custos da unidade. Atualmente, para atender toda a demanda do hospital, são necessárias emendas, como a de R\$ 7 milhões já empenhada, além de demais parcerias para que o atendimento seja a contento, visto que o orçamento da Prefeitura não comporta o funcionamento adequado do Hospital Regional. (FOLHA DO SUL ONLINE, 2018).

Na segunda metade do ano de 2018 o Hospital Regional recebeu do Estado via convênio, 300 mil reais, para ajudar a manter a Unidade de Tratamento Intensivo (FOLHA DE VILHENA, 2018b). Dada essa contextualização, entre outros esforços (FOLHA DE VILHENA, 2018a), a ideia que se observa é de que no quesito saúde pública Vilhena atende uma demanda muito acima do esperado e que para um polo regional a estrutura carece de eficiência, sendo necessária assistência financeira externa.

Com relação à Educação Vilhena possui 10 Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, 11 Escolas Municipais de Ensino Fundamental,

três Escolas Municipais de Ensino Infantil e quatro Escolas Municipais Multisseriadas (VILHENA, 2018b). Vilhena possui um total de 28 escolas públicas municipais, contando tanto as inseridas no perímetro urbano como as do campo.

Ainda na esfera da educação pública, Vilhena possui sete escolas estaduais e um colégio da Polícia Militar. Na educação básica privada Vilhena conta com quatro instituições.

No Ensino Superior a quantidade é revertida, há muito mais ofertas na rede privada do que na pública, somente existem sete opções de curso superior público em Vilhena, sendo cinco ofertados pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e dois pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) (que também oferece cursos tecnólogos) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Para mérito comparativo, excetuando Colorado do Oeste (160 vagas anuais, oferecidas no IFRO), todos os outros municípios juntos, oferecem um total de zero oferta de vagas, em Ensino Superior presencial, seja público ou privado.

No ramo privado de Ensino Superior presencial¹⁴ Vilhena conta com 27 cursos em seis instituições, são elas: Faculdade Marechal Rondon (Faron), Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEV ou “Unesc”), Associação Vilhenense de Educação e Cultura (Avec), Faculdades Integradas Aparício de Carvalho (Fimca), Faculdade Santo André (Fasa) e Faculdade da Amazônia (Fama) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Além disso, no campo da pós-graduação há ofertas de cursos nestas mesmas instituições, porém não é possível estabelecer uma quantificação, pois em sua maioria são intermitentes, não possuindo uma grade fixa de ofertas.

Vilhena possui capacidade de oferta de 2895 vagas anuais autorizadas em cursos de Ensino Superior presencial para o ano de 2018, sendo 365 no ensino público e 2530 no ensino privado (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). É possível correlacionar o efeito de tais números com o consciente social que são por vezes materializados em discursos políticos como, o da prefeita do município na ocasião:

¹⁴ Vilhena conta com polos de instituições de ensino à distância (EAD), não foi possível contabilizar a oferta nesses casos, pois os cursos só abrem turma conforme atinge uma demanda mínima por vestibular.

Vilhena se transformou em um polo educacional [...] “O município não pode investir diretamente na educação superior, mas pode fazer sua parte para incentivar o desenvolvimento dela. [...] Iremos promover facilidade de acesso à educação superior, impulsionar a economia local e mostrar nossas potencialidades à região e outros estados” (EXTRA DE VILHENA, 2016).

Nota-se que há uma vinculação direta entre educacional e econômico, como modo de desenvolver a sociedade, e que necessariamente, analisando o discurso a “mão invisível” do Estado está revelada. Outra observação pertinente decorre da vontade política em abranger a maior área possível, ora o trecho da referência começa com “polo”, perpassa por “município” e finaliza com “região e outros estados”, nesse caso a função de projetar essa demanda não cabe ao município.

Na publicação sobre redes e fluxos (IBGE, 2017c), analisando a questão de transporte rodoviário e hidroviário no Brasil, feito em 2016, o IBGE apresenta uma ilustração sobre os índices de proximidades (closeness) (idem, p. 39), que significa o nível de acessibilidade que uma localização possui no espaço. O IBGE apresenta também outro mapa interessante, sobre a intermediação (betweenness) das localidades (idem, p. 40), ou seja, a centralidade que ela exerce em relação aos seus pares.

O IBGE divide o índice de proximidade (x100) em cinco níveis, Vilhena apresenta o nível dois (40,0 – 44,00), que é o maior nível que a região Norte do País apresenta, só em Rondônia são oito, todos na dorsal rede rodoviária da BR-364. Outra realidade é apresentada na intermediação na região norte, é muito mais relevante nas capitais, Vilhena encontra-se no índice (x100) mais baixo aferido na publicação (0,005 – 0,25). Ao que tudo indica com relação ao fluxo material (pessoas e bens) Vilhena se apresenta num quadro modesto, que segue o padrão da rede que se insere, padrão que difere na escala micro ou mesoregional.

Nesse capítulo abordaram-se questões relativas à presença e influência das decisões institucionais bem como suas contradições, oxigenando a discussão ao contextualizar Vilhena e a região, bem como as características e dinâmicas inerentes que fizeram e fazem de Vilhena um polo. Leia-se:

Em uma zona pioneira, ou dotada de infraestrutura incipiente [sic], a ação do Estado pode ser fundamental. Ao Estado cabe criar fixos, precipuamente, ao serviço da produção ou do homem. Os fluxos são criados pelas necessidades da produção e, também, do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina

a sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, quando os fixos de origem pública são insuficientes para a demanda, embora se possa, antecipadamente, criar fixos que, por sua vez, provoquem fluxos. Mas, de um modo geral, os fixos necessários ao exercício das formas mais complexas de cooperação (estradas, por exemplo) são criados pelo Estado. (SANTOS, 1982, p. 70, grifos do autor).

No caso em particular, Santos (1982) está fazendo uma análise sobre “O Estado e o Mercado” na formação de Rondônia. Para o autor, a instalação de uma sede do Banco do Brasil ou sede de um núcleo do Incra em determinada localidade selecionada, se configuram como “embrião de polarização”, pois as funções desses equipamentos levam a atrair pessoas do entorno “criando, para a cidade assim agraciada, um suplemento de importância (com a expansão, ou mesmo criação de restaurantes, hotéis, bares, cafés, transportes [...])” (idem, p. 70). Vale ressaltar, que nesse mesmo estudo, o autor refuta a noção de “arquipélagos” de polos, pois para ele existe a competição entre os mesmos.

Embora, seja uma constatação datada, considera-se historicamente significativas para se compreender a Vilhena de hoje, pois os elementos fixos e fluxos, mudam de forma, estrutura, e de função para atender o processo, que pode mudar. E é exatamente dentro dessa lógica, que Vilhena destoa como polo regional.

3.2.3 Características gerais do ambiente natural

Dentre os elementos de seletividade de determinada área, encontra-se o “natural” como fundamental, principalmente quando se trata de uma região com forte presença do agronegócio. Dessa forma, são abordadas aqui, de maneira sucinta, as características do relevo, do solo e dos recursos hídricos da região de Vilhena.

Grosso modo, na porção sudeste de Rondônia, onde encontra-se a região de Vilhena, há três domínios geomorfológicos predominantes: Planalto e Chapada dos Parecis, Depressão do rio Guaporé e Planície fluvial dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé (DANTAS e ADAMY, 2010, p. 40).

A planície fluvial dos Rios Madeira-Mamoré-Guaporé é representada por planícies fluviais de inundação, diques marginais, terraços fluviais e planícies fluviolacustres de decantação. Ocorre que a maior parte das terras baixas do Estado são bem drenadas, ocasionando uma vasta depressão. Nesse contexto:

Cidades como Porto Velho, Nova Mamoré (antiga vila Murtinho), Guajará-Mirim, Costa Marques e Pimenteiras do Oeste consistem de antigos núcleos de povoamento que se estabeleceram e se desenvolveram a partir da navegação fluvial, da agricultura de várzea nas planícies fluviais e da ocupação de barrancas mais elevadas em terraços e tabuleiros, por onde foram implantados os sítios urbanos. (DANTAS e ADAMY, 2010, p. 45).

Já o domínio Depressão do Rio Guaporé tem como principal constituição “superfícies aplainadas situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, cujas cotas variam entre 150 e 250 m” (idem, p. 45).

Destaca-se nesse domínio, a intensa presença de escarpas abruptas ou degradadas (verificáveis, por exemplo, entre Colorado do Oeste e Cabixi). Há indicações de que no período pleistoceno ocorreram períodos mais secos, ocasionando a substituição da floresta por cerrados, ainda que “nessas extensas planícies ocorrem, atualmente, pequenos lagos, muitos originados pela dinâmica fluvial do rio Guaporé” (idem, p. 46). Das cidades que integram a região de Vilhena, estão localizados nesse domínio Pimenteiras do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Cabixi. (idem, p. 46).

O domínio Planalto e Chapada dos Parecis apresenta relevo em formas “dispostas em superfícies tabulares ou localmente dissecadas em colinas (com desnivelamentos locais inferiores a 50 m) subdivididas em patamares litoestruturais, posicionadas em cotas que variam entre 300 e 600 m” (idem, p. 52).

Chupinguaia localiza-se nesse domínio, apresentando um cenário de vegetação original de transição floresta-cerrado preservada, onde predominam solos pobres e permeáveis. Vilhena, por sua vez, encontra-se na região em que a vegetação original de cerrado está praticamente devastada, pois, o cenário é de consolidação da fronteira agrícola, com plantio de larga escala de soja e milho, e a introdução da silvicultura de eucalipto. O predomínio é de solos pobres e bem drenados (idem, p. 53).

De uma maneira geral a região de Vilhena apresenta 15 tipos de solos diferentes, são eles: Argissolo Amarelo, Argissolo Vermelho, Argissolo Vermelho-Amarelo, Argissolo Acinzentado, Latossolo Amarelo, Latossolo Vermelho, Latossolo Vermelho-Amarelo, Gleissolo Háplico, Neossolo Litólico, Neossolo Quartzarênico, Chernossolo Háplico, Plintossolo Argilúvico, Plintossolo Pétrico, Nitossolo Vermelho e Organossolo Háplico. (SHINZATO, TEIXEIRA e MENDES, 2010, p. 55-76).

Dentro dessa gama de solos existem diferentes incidências, sendo alguns bastantes expressivos, e outros praticamente residuais. Dessa maneira, são aprofundados na descrição apenas os que considera-se com maior expressão dentro do contexto regional, sendo eles: o Neossolo Quartzarênico, Plintossolo Argilúvico, Argissolo Vermelho-Amarelo e o Latossolo Vermelho-Amarelo.

Os Neossolos Quartzarênicos “ocorrem em grandes manchas, abrangendo parte dos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno e Chupinguaia. Ocorrem, também, em Colorado do Oeste [...]” (idem, p. 73). São solos pouco evoluídos, predominantemente minerais, podem ser hidromórficos ou não, tem moderada suscetibilidade à erosão, a fertilidade natural é muito baixa, apresentam baixa capacidade de retenção de umidade e são pobres em matéria orgânica (idem, p. 72).

Os solos Plintossolo Argilúvicos “ocupam expressiva região contínua, que abrange os municípios de São Francisco do Guaporé, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste e Cabixi” (idem, p. 76). São solo minerais, por serem argilúvicos apresentam facilidade em desenvolvimento de processo erosivo, a textura pode ser média/argilosa ou arenosa/média, apresentam restrição à percolação de água, sujeitos a excesso temporário de umidade, são predominantemente ou fortemente ácidos (idem, 75-76).

Os Argissolos abrangem aproximadamente 40% da área do Estado. O Argissolo Vermelho-Amarelo, na região de Vilhena, está presente nos municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Colorado do Oeste e Vilhena. Englobam solos minerais não hidromórficos, são profundos, com baixa atividade de argila, eventualmente ocorre textura cascalheira, geralmente são cobertos por vegetação de floresta ou cerrado (em menor proporção), sofrem, atualmente grande pressão de ocupação com a pastagem, os solos eutróficos podem ter boa aptidão agrícola se corrigidos por melhor estruturação e alta fertilidade, uma limitante do uso agrícola é a suscetibilidade à erosão (idem, p. 62).

Os Latossolos, assim como os Argissolos, são expressivos no estado de Rondônia, perfazem aproximadamente 37% do total da área do estado (idem, p. 67). Os Latossolos Vermelho-Amarelo “Constituem a subordem mais representativa dentre os Latossolos, ocupando grandes áreas quase que

contínuas”, na Região de Vilhena, ocorrem em Curumbiara, Cerejeiras e Cabixi. (idem, p. 70). São solos bem drenados, muito profundos e intemperizados, possuem boa drenagem interna, boa aeração, os que apresentam maior taxa arenosa possuem baixa retenção, limitando o uso. As características químicas são os maiores limitadores do aproveitamento agrícola (idem, p. 70).

Com relação aos recursos hídricos superficiais a Região de Vilhena é constituída por três bacias hidrográficas: bacia do Rio Machado ou Ji-Paraná, bacia do Rio Roosevelt e bacia do Rio Guaporé (KUNZLER e BARBOSA, 2010, p. 81). A bacia do Rio Machado bem como a Bacia do Rio Rossevelt possuem suas nascentes localizadas na Chapada dos Parecis, no município de Vilhena. A Bacia do Rio Guaporé, por sua vez, passa pela cidade de Pimenteiras do Oeste (idem, p. 82). Nota-se, entretanto, que a Bacia do Rio Rossevelt converge em direção do Parque indígena Aripuanã. A Bacia do Rio Machado tem presença nos municípios de Vilhena Chupinguaia e Colorado do Oeste (principalmente), enquanto que os outros municípios da Região de Vilhena, possuem maior relação com a Bacia do Rio Guaporé.

Observa-se que as características do ambiente natural dos elementos selecionados apresentam diversificadas propriedades, variando assim a realidade de cada município. Dessa maneira, pode-se afirmar que com relação ao solo, a mecanização e as tecnologias que envolvem o agronegócio foram fundamentais para a inserção nessa área, que possuía elementos mínimos, porém insuficientes para que a fronteira fosse consolidada nas áreas de solos aptos.

Já em relação aos recursos hídricos, todo o Estado é dotado desse elemento, não se fazendo uma característica regional de diferenciação para a produção, embora pese, que pelo fato de Vilhena situar-se no platô da Chapada dos Parecis, o acesso em larga escala do recurso hídrico é atenuado “toda água que a gente [Vilhena] possui.é de sub-superfície e a sua utilização encarece qualquer atividade. A utilização da água do serviço municipal encarece a atividade agrícola [...]”¹⁵ (FIORI, 2012, p. 177).

O relevo, esse sim é uma característica que faz destoar a espacialização produtiva do agronegócio, pois nos municípios em que verifica-se a presença topográfica plana ou suave ondulada e não inundada, é onde a produção

¹⁵ Resposta do pesquisador da Embrapa de Vilhena ao questionário (FIORI, 2012).

agrícola grassou. Já nas áreas acidentadas, escarpadas ou onduladas, a pecuária se apresenta com mais força.

Acrescenta-se, nesse contexto, o estudo feito por Souza et al (2014), os autores fazem uma análise sobre a ocorrência de eventos pluviométricos em Rondônia, correlacionando com as características de uso da terra, bem como a altimetria das bacias hidrográficas.

CAPÍTULO IV – AS DINÂMICAS DA REGIÃO NA QUAL VILHENA É POLO

Em resumo, externo e interno são próximos, em significação e em realidade, de novo e velho. As forças de mercado são, em última análise, governadas pelo novo e pelo externo, mas se realizam em grande parte através do velho e interno. O Estado, garantia do novo e do externo como subsídio ao econômico, assume, porém, o velho, no tocante ao social

SANTOS, Milton. Organização do Espaço e Organização Social: o caso de Rondônia. 1982, p. 75.

Entende-se por dinâmica o movimento interno responsável pelo estímulo e pela evolução de algo, ou seja, empenhou-se nesse caso, em refletir sobre a Região e o sentido participativo que possui o polo, e vice-versa, no movimento, estímulo e evolução, podendo ser considerados aqui como história, planejamento e crescimento, respectivamente.

Para tanto, selecionou-se algumas variáveis, que se traduzem como forma de dar materialidade às dinâmicas, a fim de possibilitarem uma análise fatorial, comparada e pontual. Oferencendo, assim, uma inteligibilidade holística do fenômeno em suas relações históricas, espaciais e socioeconômicas.

O conduto selecionado foram: Economia e Demografia. A economia, focando na análise da evolução do PIB dos municípios no período de 2005 a 2014, tendo como base as publicações do Estado (RONDÔNIA, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d). Dentro da lógica econômica, porém já migrando para um viés social, analisou-se a dinâmica dos empregos formais durante o período de 2002 a 2017, disponibilizados pelo governo Federal através da plataforma de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), focando na variável de vínculo empregatício.

A demográfica por sua vez foca nos indicadores sociais, disponibilizados no período 2000-2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e suas três subcategorias, longevidade, educação e renda. Os indicadores populacionais são uma forma de dar contexto ao objeto, no sentido de referenciá-lo na realidade estadual por meio dos indicadores populacionais e perfil das regiões, para que assim se tenha uma noção holística das relações internas do objeto.

O período de análise proposto na pesquisa compreende de 2002 à 2017, por dois motivos: Em primeiro lugar, por abarcar o início da mecanização agrícola na Região, bem como podendo observar seu desenrolar historicamente. E em segundo lugar, por possibilitar análise que envolve o exercício da Lei Estadual de polarização que entrou em vigor em 2007 (RONDÔNIA, 2007). Contudo, o Estado disponibilizou em seu sítio oficial, apenas a partir de 2005, até o ano de 2014, a sua leitura sobre o PIB. Acredita-se que, embora, não seja o período integral proposto, seus dados constituem uma importante fonte para discussão. O mesmo ocorre com o recorte temporal do PNUD – IDHM.

4.1 AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE RONDÔNIA

Como a questão da evolução demográfica de Vilhena, conjuntamente com a teoria dos polos centrais, foi o que influenciou a formulação do projeto dessa pesquisa, optou-se por trazer, além dos dados populacionais da evolução ocorrida na região objeto, também uma síntese dos dados do Estado, organizando todas as informações através dos polos regionais determinados pela já comentada lei estadual (RONDÔNIA, 2007), possibilitando assim uma noção holística do fenômeno de modo comparativo.

Para tanto foram produzidas tabelas com os dados de cada uma das dez regiões de referência, definidas pela Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007, que estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão e dá outras providências (RONDÔNIA, 2007), em que são comentadas em subsequências, descrevendo algumas características dos principais elementos. O primeiro caso (Tabela 2) já possui sua excentricidade.

Tabela 2 – População residente por município - Região de planejamento I - Porto Velho

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Porto Velho	334.661	379.186	428.527	519.436
Candeias do Jamari	13.107	17.147	19.779	25.266
Itapuã D'Oeste	6.822	8.110	8.566	10.310
Região	354.590	404.443	456.872	555.012

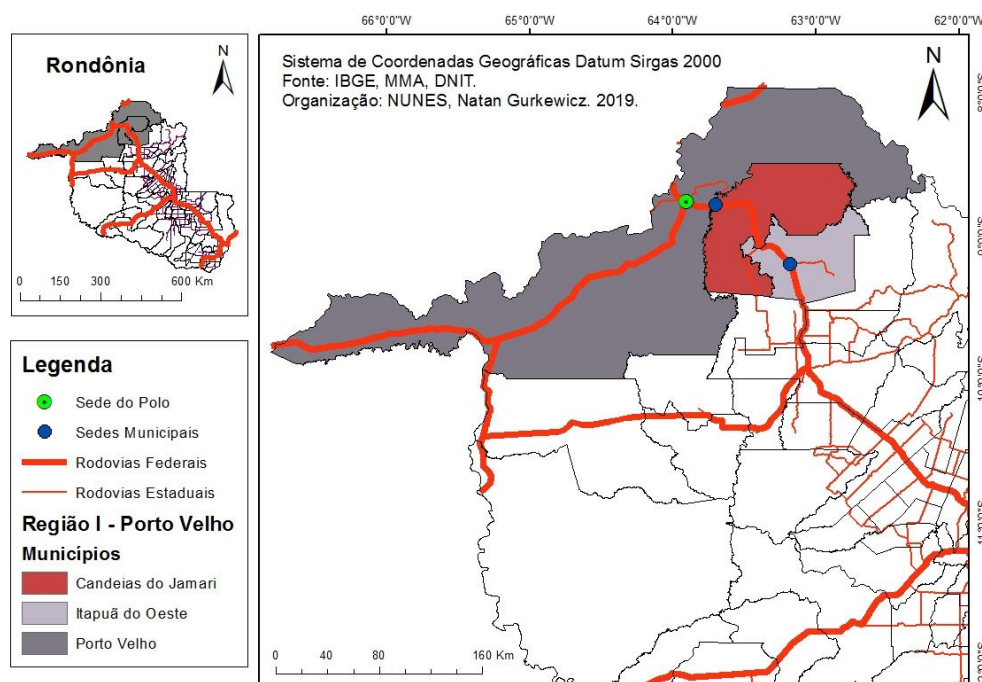
Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

No caso da região I - Porto Velho (mapa 2), o fato do polo ser a capital estadual impossibilita uma análise mais aprofundada da polarização, por razões de que a função e dinâmica de uma capital são impares, no contexto de

tudo o Estado, centralizando poderes, atividades e produtos, muito além da demanda regional.

Mapa 2 - Localização da Região I - Porto Velho



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Ademais, o que se pode notar (Quadro 3), guardadas as discrepâncias, é que todos os municípios componentes dessa região de planejamento cresceram demograficamente.

Quadro 3 – Breves características dos municípios da Região I – Porto Velho

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km ²)	Percentual População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Porto Velho	Demais serviços ¹⁶	34.090,93	91%	55,21%
Itapuã do Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	4.081,58	60%	92,77%
Candeias do Jamari	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	6.843,87	65%	51,13%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

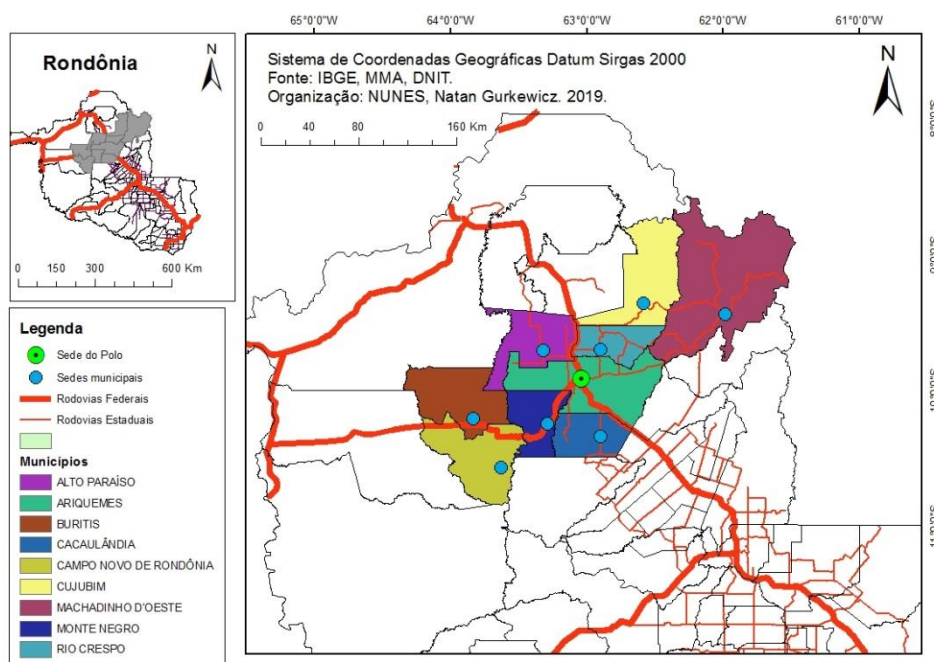
É comum que as atividades públicas em municípios pequenos sejam destaques no emprego e na economia. Chama atenção a diferença de tamanho do território, embora nenhum seja nem de perto o menor do Estado,

¹⁶ Por “Demais serviços”, o IBGE compreende “atividades como Transporte, armazenagem e correios; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privadas e Outras atividades de serviços.”

Porto Velho, concentra população urbana, maior área do Estado, e experimentou no período observado consideráveis crescimentos, econômicos e demográficos.

A região II - Ariquemes (mapa 3) é a mais numerosa em quantidade de municípios, e converge para uma idealização que tende a ser a mais “solidária”, em relação ao crescimento dito “irrigado”.

Mapa 3 - Localização Região II - Ariquemes



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

É notável o fato de todos os municípios terem crescido, apesar de alguns terem estagnado ou suavemente decrescidos em primeiro momento, mas é a única região em que apresentam, hodiernamente, uma consonância demográfica em sua dinâmica de crescimento como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 – População residente por município - Região de planejamento II - Ariquemes

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Ariquemes	74.503	84.851	90.353	107.345
Alto Paraíso	13.118	17.169	17.135	20.916
Buritis	25.668	33.879	32.383	39.044
Cacaulândia	5.372	5.707	5.736	6.460
Campo novo de Rondônia	11.463	12.790	12.665	14.484
Cujubim	6.536	14.122	15.854	22.443
Machadinho D' Oeste	22.739	32.214	31.135	38.609
Monte Negro	12.627	12.710	14.091	16.186
Rio Crespo	2.937	3.260	3.316	3.829
Região	174.963	216.702	222.668	269.316

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

O polo, Ariquemes, é a terceira maior cidade do Estado, em termos de população, atrás somente de Porto Velho e Ji-Paraná, e polariza a segunda maior região em população, contudo, na Região (Quadro 4), é possível identificar um quadro de diversidade.

Quadro 4 – Breves características dos municípios da Região II – Ariquemes

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Ariquemes	Demais serviços	4.426,57	84%	44,08%
Alto Paraíso	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2.651,82	47%	59,45%
Buritis	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.265,81	55%	52,11%
Cacaulândia	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1.961,78	36%	20,25%
Campo novo de Rondônia	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	3.442,01	26%	26,35%
Cujubim	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.863,94	69%	243,38%
Machadinho D' Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	8.509,27	51%	69,79%
Monte Negro	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.931,38	52%	28,19%
Rio Crespo	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1.717,64	32%	30,37%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A proporção de população urbana é o dado que chama a atenção. Existem três municípios com baixíssima população urbana, Ariquemes nesse contexto destoa, pois apresenta taxa de urbanização elevada comparada com todos os demais membros da Região.

No quesito variação populacional, todos apresentam crescimento, Cujubim se destaca com 243,38%, maior crescimento percentual de todo o Estado. O crescimento populacional de Cujubim (entre os anos de 2000 e 2014) “[...] está relacionado à oferta de terras cultiváveis com preços módicos, terras cedidas pelo INCRA e ainda pela instalação de indústrias madeireiras e de móveis na região” (ALMEIDA SILVA et al, 2013 apud FERRONATO et al, 2016, p. 29).

A realidade descrita na região III – Jaru (Tabela 4), é diferente da anterior, nota-se que o próprio polo Jaru oscilou entre crescimento e decrescimento, mas conseguiu por fim, mostrar acanhado aumento. Nos outros componentes houve dinâmicas diversas, entretanto, a evolução de um modo geral prevalece, ante o decrescimento de apenas um dos componentes.

Tabela 4 – População residente por município - Região de planejamento III - Jaru

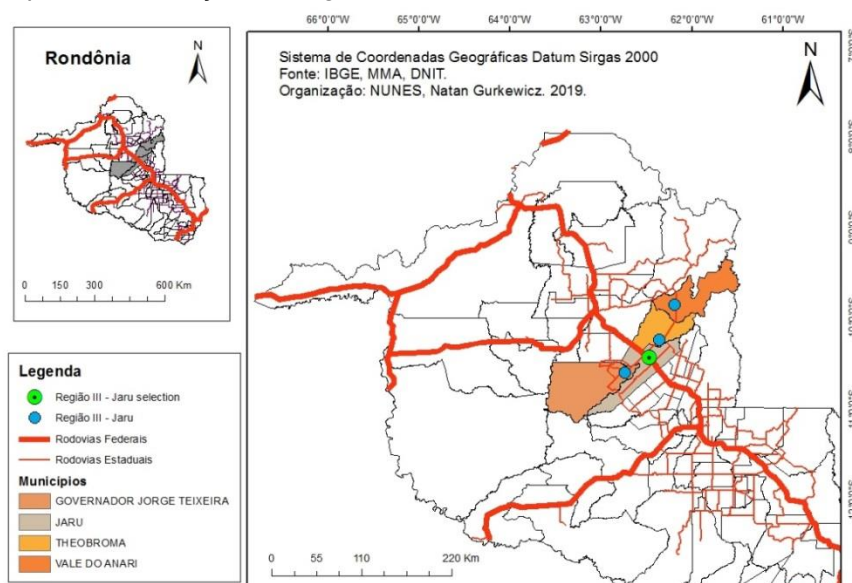
Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Jaru	53.600	53.955	52.005	55.871
Governador Jorge Teixeira	13.641	11.793	10.512	9.745
Theobroma	11.140	10.254	10.649	11.350
Vale do Anari	7.737	8.981	9.384	11.149
Região	86.118	84.983	82.550	88.115

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

É uma região considerada média no cenário estadual, tanto em números populacionais, com na quantidade de componentes (mapa 4).

Mapa 4 - Localização da Região III - Jaru



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Localiza-se numa área com menos distâncias entre os núcleos municipais, além de possui certa proporção nos territórios municipais, se comparado com outros casos regionais. Entretanto, outros fatores chamam mais a atenção (Quadro 5).

Quadro 5 – Breves características dos municípios da Região III - Jaru

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Jaru	Demais serviços	2.944,13	67%	4,24%
Governador Jorge Teixeira	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	5.067,38	22%	-28,56%
Theobroma	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	2.197,41	18%	1,89%
Vale do Anari	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.135,11	34%	44,10%

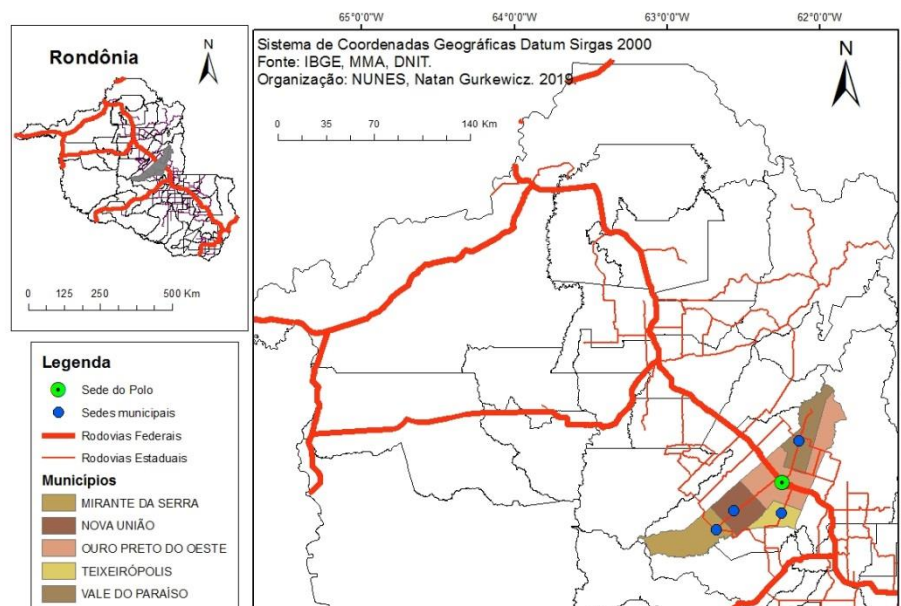
Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015);

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A população urbana, em números percentuais é menor do que a rural, dois municípios são claramente voltados para a realidade rural, tanto pelo grau de população como a atividade econômica de destaque. Até mesmo o polo, apresenta um número não muito elevado de urbanização. Além de quê, o decrescimento populacional é uma característica presente de maneira incisiva em apenas um dos municípios.

A região IV Ouro Preto do Oeste (mapa 5) detém o menor número de habitantes entre todas as regiões, apresenta apenas cinco componentes, porém nenhum com população irrisória.

Mapa 5 - Localização da Região IV - Ouro Preto do Oeste



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Nessa região as oscilações representam a constância, apenas o polo não seguiu essa lógica (de 2008 a 2017), ainda que tenha representado um crescimento muito insipiente no último período, vide tabela 5.

Tabela 5 – População residente por município - Região de planejamento IV - Ouro Preto do Oeste

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Ouro Preto do Oeste	40.884	37.142	37.928	39.759
Mirante da Serra	13.154	12.446	11.878	12.258
Nova União	8.223	7.978	7.493	7.769
Teixeirópolis	5.618	5.070	4.888	4.931
Vale do Paraíso	9.863	9.008	8.210	8.047
Região	77.742	71.644	70.379	72.764

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Representa ainda uma peculiaridade, a única região na qual todos os municípios apresentaram redução populacional durante o intervalo 2000-2017. Outras duas características (Quadro 6) requerem ênfase.

Quadro 6 – Breves características dos municípios da Região IV - Ouro Preto do Oeste

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Ouro Preto do Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.969,85	74%	-2,75%
Mirante da Serra	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.191,88	54%	-6,81%
Nova União	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	807,13	20%	-5,52%
Teixeirópolis	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	459,98	35%	-12,23%
Vale do Paraíso	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	965,68	27%	-18,41%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

O tamanho das extensões territoriais, inclusive do polo Ouro Preto do Oeste, compõem a menor região em extensão territorial, e a variação populacional em geral negativa, inclusive do polo, o que aparenta ser um caso que não se encaixa como polo espontâneo (que cresce, porém drenando), nem polo planejado (cresce irrigando, ou seja, distribuindo o crescimento), mas sim um polo deprimido, que aparentemente, não possui capacidade para tal.

No caso da Região V – Ji-Paraná (Tabela 6), não há tamanha oscilação, mas os destaques são para o crescimento isolado no polo, e o restante seguindo rumo oposto.

Tabela 6 – População residente por município - Região de planejamento V - Ji-Paraná

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Ji-Paraná	106.800	110.707	116.610	132.667
Alvorada D'Oeste	19.832	17.009	16.853	16.747
Castenheiras	4.212	3.737	3.575	3.550
Presidente Médici	26.365	22.896	22.319	22.124
Urupá	14.880	13.785	12.974	13.106
Região	172.089	168.134	172.331	188.194

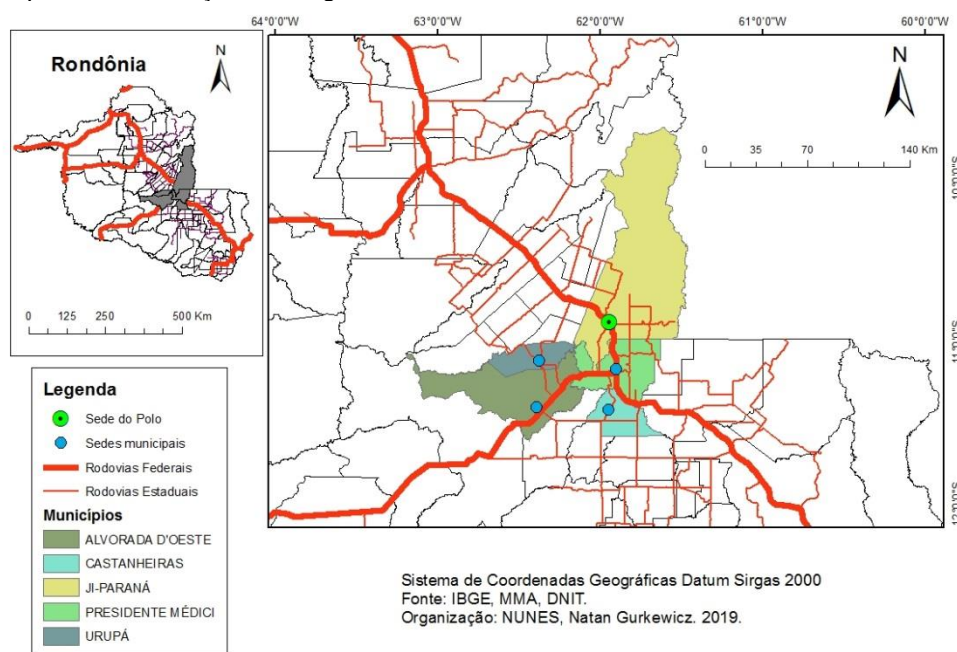
Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

. É uma região com um número pequeno de municípios (mapa 6), porém, como seu polo é a segunda maior cidade do Estado em termos de

contingente populacional, ela acaba não demonstrando influência nas demais, a ponto de desenvolvê-las.

Mapa 6 - Localização da Região V - Ji-Paraná



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Aparentemente um caso de polo “drenador”, em que como pode ser observado (Quadro 7), apenas o polo cresceu na comparação 2000-2017.

Quadro 7 – Breves características dos municípios da Região V - Ji-Paraná

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Ji-Paraná	Demais serviços	6.896,65	89%	24,22%
Alvorada D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.029,19	52%	-15,56%
Castanheiras	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	892,84	23%	-15,72%
Presidente Médici	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.758,47	59%	-16,09%
Urupá	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	831,86	39%	-11,92%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

No geral a região não comunga as mesmas características, em todas as variáveis apreendidas. Apenas padrão é a variação dos locais que decresceram. Conta com municípios com maioria de habitantes rurais, como também há como no caso do polo alta concentração da população no urbano, sendo o terceiro município mais urbanizado do estado.

Na região VI – Cacoal (Tabela 7) o polo experimentou considerável crescimento no segundo momento (2010-2017), algo que também aconteceu com outros municípios, mas houve baixa nos menores, contudo apresenta uma dinâmica interessante comparado com as regiões de Ji-Paraná (Tabela 6) e Vilhena (Tabela 8).

Tabela 7 – População residente por município - Região de planejamento VI - Cacoal

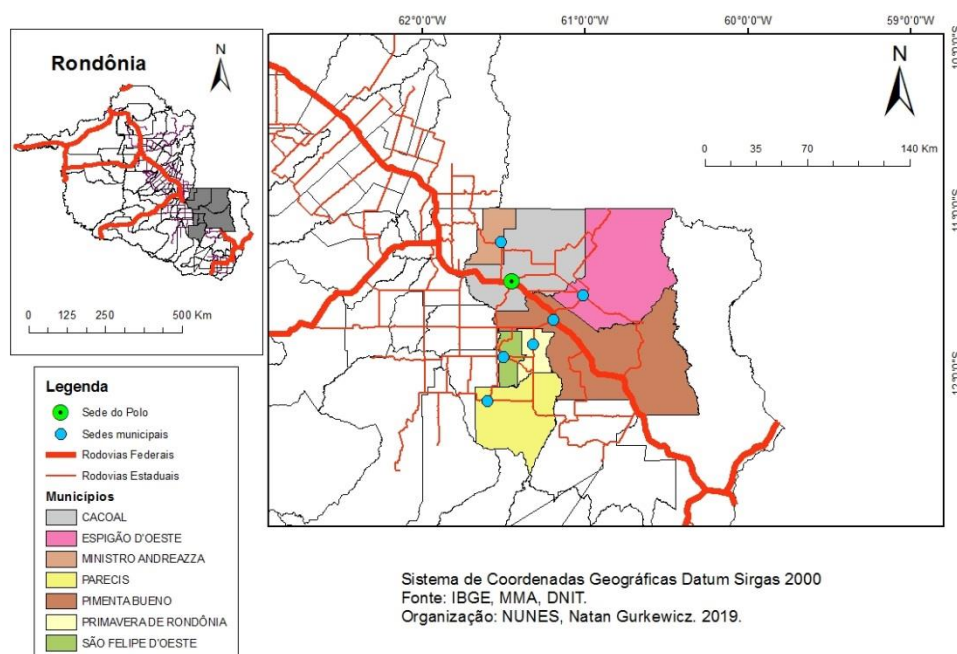
Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Cacoal	73.568	78.263	78.574	88.507
Ministro Andreazza	11.342	10.653	10.352	10.751
Espigão D'Oeste	25.688	28.617	28.729	33.030
Pimenta Bueno	31.752	33.803	33.822	38.051
Primavera de Rondônia	4.311	3.819	3.524	3.411
São Felipe D'oeste	7.056	6.477	6.018	5.994
Parecis	3.622	4.696	4.810	5.904
Região	157.339	166.328	165.829	185.648

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

O que mais chama a atenção é a variedade nos tamanhos dos municípios (mapa 7), em que Cacoal como cidade média, polariza uma região, formada por municípios não tão pequenos.

Mapa 7 - Localização da Região VI - Cacoal



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Variedade também visualizada nas extensões territoriais (Quadro 8). Aliás, nessa região, o difícil é encontrar coesão. A população urbana varia

consideravelmente de um município para outro, bem como a variação populacional no período observado.

Quadro 8 – Breves características dos municípios da Região VI - Cacoal

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Cacoal	Demais serviços	3.792,95	78%	20,31
Ministro Andreazza	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	798,08	29%	-5,21
Espigão D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	4.518,03	71%	28,58
Pimenta Bueno	Demais serviços	6.240,93	86%	19,84
Primavera de Rondônia	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	605,69	36%	-20,88
São Felipe D'oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	541,65	23%	-15,05
Parecis	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	2.548,68	36%	63%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

O polo de longe não é o que possui a maior extensão territorial, assim como não possui a maior população urbana, e também não foi o local que apresentou o maior crescimento. Há locais com concentração de população urbana, como também tem municípios claramente rurais. É a única região em que mais de um componente tem como maior atividade o serviços. Apesar dos decréscimos de alguns componentes, o polo não aparenta ser centralizador.

A região VII - Vilhena (Tabela 8) com certeza é o caso mais centralizador do estado (se não levarmos em consideração a capital), dos 28.038 habitantes de aumento populacional que a região apresentou no período (2008-2017), 25.349 foram acrescentados no polo.

Tabela 8 – População residente por município - Região de planejamento VII - Vilhena

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Vilhena	53.598	68.405	76.202	93.754
Chupinguaia	5.521	7.633	8.301	10.593
Colorado D'Oeste	21.892	18.216	18.591	18.467
Cerejeiras	18.207	16.784	17.029	17.934
Cabixi	7.518	6.777	6.313	6.224
Pimenteiras do Oeste	2.527	2.427	2.315	2.410
Corumbiara	10.459	9.761	8.783	8.659
Região	119.722	130.003	137.534	158.041

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

De um modo geral é uma região reprimida (salvo o caso de Chupinguaia e de Vilhena), além de que há um abismo entre o tamanho do polo em relação a todos os outros componentes, assim como ocorre com Ji-Paraná. As características (Quadro 9), de uma maneira geral, demonstram que a região, em todas as amostras, possui ingredientes fisiográficos e humanos acima da média estadual.

Quadro 9 – Breves características dos municípios da Região VII - Vilhena

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Vilhena	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	11.699,27	94%	74,92%
Chupinguaia	Pecuária, inclusive apoio à pecuária.	5.126,72	44%	91,87%
Colorado D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	1.451,06	73%	-15,64%
Cerejeiras	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	2.783,30	84%	-1,5%
Cabixi	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	1.314,35	42%	-17,21%
Pimenteiras do Oeste	Pecuária, inclusive apoio à pecuária.	6.014,73	55%	-4,63%
Corumbiara	Pecuária, inclusive apoio à pecuária.	3.060,32	29%	-17,21%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

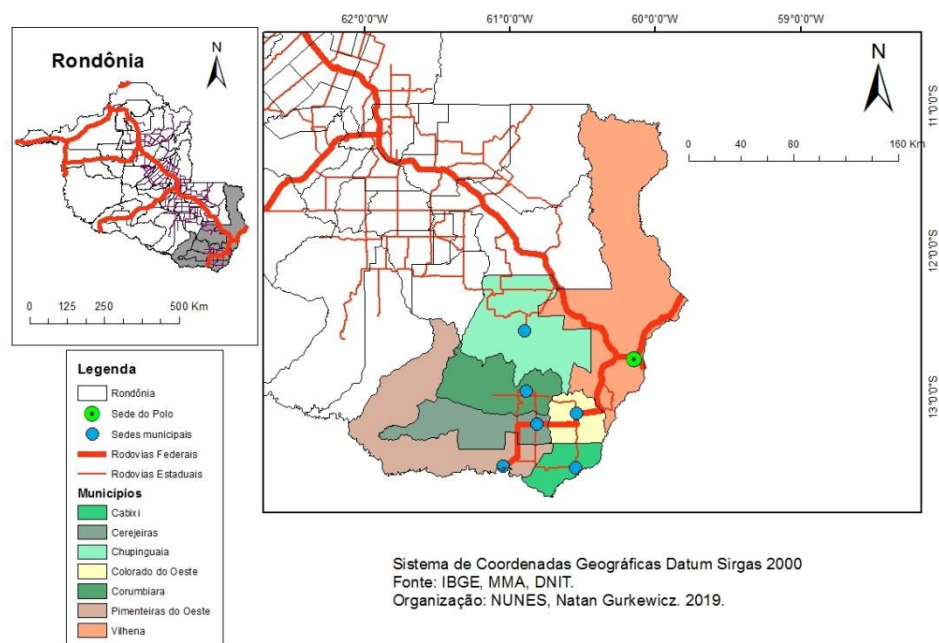
Essa região é umas das poucas em que a atividade “demais serviços” não é destaque. Possui o município mais urbanizado do Estado, aliás, o mesmo, possui uma extensão territorial considerável (mapa 8), se comparado com a região, e também com o Estado, figurando em terceiro lugar.

A variação populacional chama a atenção pelo fato de expor a característica “drenadora” do polo, pode até ser que a migração oriunda dos deficitários não tenha sido drenada pelo polo para eventual crescimento e decrescimento, mas sem dúvida o imperativo de concentrar aparelhos e estruturas acaba fazendo com que a competição urbana, no sentido de atrativo de investimento e fixação de residência, favoreça o polo, nesse caso.

A respeito do crescimento de Chupinguaia, Nunes e Ferreira (2018) observam que há convergência entre os índices populacionais e as dinâmicas produtivas, principalmente o estabelecimento da pecuária, inserção da

agricultura e indústria (frigorífico bovino), ocorrendo num espaço constituído com “reserva de lugares”.

Mapa 8 - Localização da Região VII - Vilhena



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Na região VIII – Rolim de Moura (Tabela 9), o polo apresenta bom crescimento, já a região de um modo geral está bem equilibrada, há municípios que oscilaram pouco para decréscimo populacional e municípios que conseguiram ampliar a população residente. É uma das poucas regiões em que o polo não está inserido na BR-364.

Tabela 9 – População residente por município - Região de Planejamento VIII - Rolim de Moura

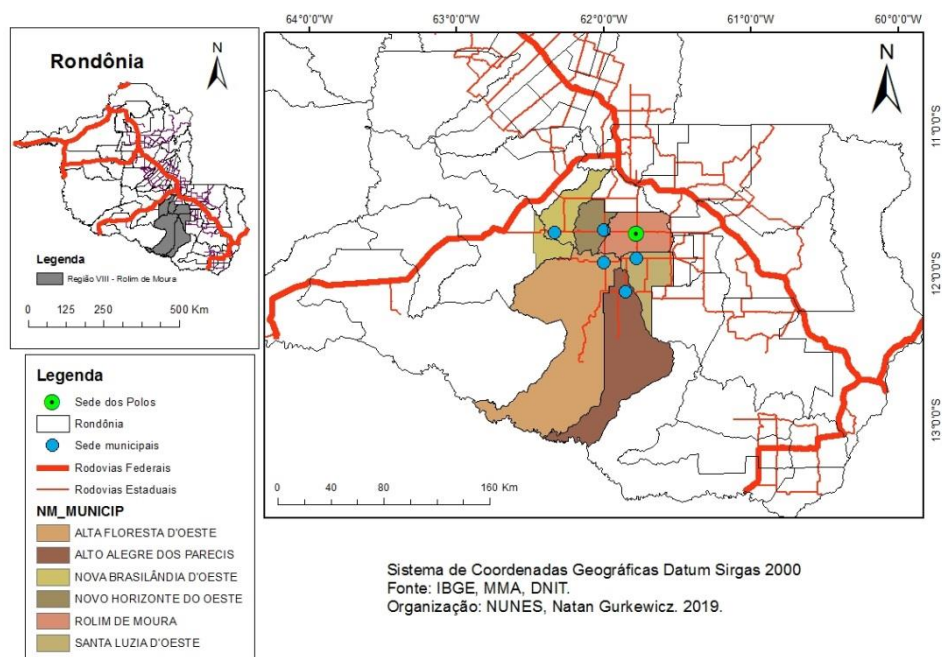
Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Rolim de Moura	47.382	50.249	50.648	57.074
Novo Horizonte D'Oeste	12.276	9.966	10.240	10.051
Santa Luzia D'Oeste	11.603	9.566	8.886	8.198
Alto Alegre do Parecis	12.708	11.962	12.816	14.045
Nova Brasilândia D'Oeste	17.067	17.653	19.874	21.747
Alta Floresta D'Oeste	26.533	24.577	24.392	25.437
Região	127.569	123.973	126.856	136.552

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A população se mostra bem distribuída, é uma região com um número médio de municípios para o contexto do Estado, como é possível observar no mapa 9.

Mapa 9 - Localização da Região VIII - Rolim de Moura



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

O polo, por não situar-se na BR-364, se mostra com alto índice de urbanização, dado que chama a atenção, pois do ponto de vista histórico da ocupação de Rondônia “Os migrantes procuraram se instalar nas áreas onde as possibilidades de trabalho eram maiores, isto é, às margens da BR-364” (SANTOS, 1982, p. 52). Como é possível visualizar (Quadro 10), há características diferentes entre os componentes.

Quadro 10 – Breves características dos municípios da Região VIII - Rolim de Moura

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Rolim de Moura	Demais serviços	1.457,89	81%	20,46%
Novo Horizonte D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	843,45	16%	-18,12%
Santa Luzia D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.197,80	50%	-29,35%
Alto Alegre do Parecis	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.958,27	28%	10,52%
Nova Brasilândia D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.703,01	42%	27,42%
Alta Floresta D'Oeste	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	7.067	57%	-4,13%

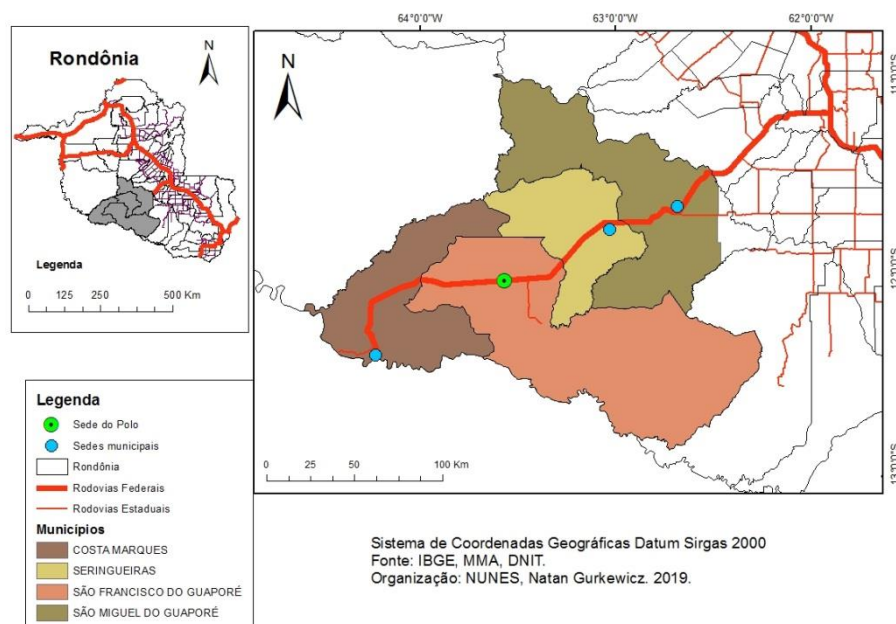
Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Em relação à extensão territorial há consideráveis discrepâncias entre eles, apresentando variação populacional e índice de urbanização bem variados. Apenas dois municípios concentram mais população residente no urbano. Dessa maneira, considera-se o polo uma realidade que destoa das demais.

A região IX – São Francisco do Guaporé (Tabela 10) apresenta um polo pequeno, menor até que um dos seus polarizados, e distante da BR-364, como ilustra o mapa 10.

Mapa 10 - Localização da Região IX - São Francisco do Guaporé



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Contudo o polo apresenta boa taxa de crescimento, assim como a Região, que passou por momentos diversos, mas que seguem o polo. Aparentemente o polo não é muito centralizador e que sua escolha como polo é no mínimo aleatória.

Tabela 10 – População residente por município - Região de planejamento IX - São Francisco do Guaporé

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Costa Marques	10.208	13.973	13.678	17.400
São Francisco do Guaporé	11.085	16.091	16.035	19.694
São Miguel do Guaporé	23.874	23.283	21.828	24.181
Seringueiras	11.655	12.088	11.629	12.653
Região	56.822	65.435	63.170	73.928

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A região é a segunda menor em números populacionais, e que a diferença entre os valores de cada município são os mais próximos. Outras características (Quadro 11) também merecem descrição.

Quadro 11 – Breves características dos municípios da Região IX - São Francisco do Guaporé

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Costa Marques	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	4.987,18	54%	70,45%
São Francisco do Guaporé	Pecuária, inclusive apoio à pecuária	10.959,77	51%	77,66%
São Miguel do Guaporé	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	7.460,22	38%	1,29%
Seringueiras	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	3.773,51	37%	8,56%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Todas as extensões territoriais apresentam tamanhos consideráveis, talvez algo que explica o baixo número de urbanização. A taxa de crescimento em dois municípios também merece referência, no geral é a região que mais possui similaridades em relação às características apontadas.

Por fim, a região X – Guajará-Mirim (Tabela 11) a menor região em quantidade de componentes, com apenas dois integrantes, com realidades muito parecidas, ambos muito afastados de qualquer outra localidade, fora do eixo da BR-364, na fronteira com a Bolívia.

Tabela 11 – População residente por município - Região de planejamento X - Guajará-mirim

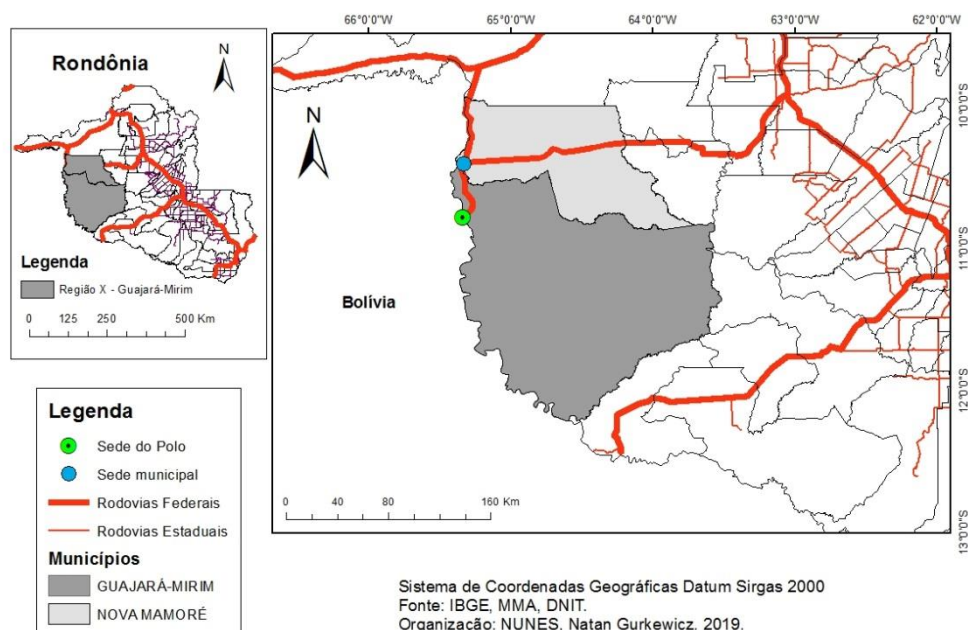
Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017
Guajará-Mirim	38.045	40.541	41.656	47.451
Nova Mamoré	14.778	21.650	22.546	28.891
Região	52.823	62.191	64.202	76.342

Fonte: IBGE (2000b; 2008b; 2010b; 2017a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Aparentemente, por motivos logísticos (mapa 11), esse polo (se é que pode ser considerado) não é muito centralizador, pois na questão de dinamismo, pouco se difere de seu único polarizado.

Mapa 11 - Localização da Região X - Guajará-Mirim



Organização: NUNES, Natan Gurkewicz (2019)

Entretanto, assim como o caso da capital, as excentricidades impossibilitam uma análise através da polarização regional que exerce (se é que exerce). No tocante as características (Quadro 12) existem algumas diferenças.

Quadro 12 – Breves características dos municípios da Região X - Guajará-Mirim

Município	Atividade com maior V.A bruto (2015)	Extensão Territorial (Km²)	População Urbana (2010)	Variação populacional 2000-2017
Guajará-Mirim	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24.855,72	84%	24,72%
Nova Mamoré	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	10.071,64	57%	95,5%

Fonte: IBGE (2000b, 2010b, 2017a, 2018b, 2018d); RONDÔNIA (2015)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Embora ambos possuam extensão territorial grande, uma é mais que o dobro da outra, a taxa de população urbana também demonstram um perfil diferente, e o crescimento também não apresenta similaridade.

De um modo geral, nos polos rondonienses existem muitas diversidades na dinâmica demográfica estabelecida nesse contexto, assim como nos perfis apresentados, poderia sim ser dito que existem dez polos e dez realidades. Mas também há sem dúvida alguns padrões que mostram ser resultado desse tipo de planejamento regional. Por efeito, não considera-se como pertinentes

para a análise de polarização a Região I – Porto Velho e a Região X – Guajará-Mirim, devidos suas singularidades já expostas.

Ademais, é preciso esclarecer uma limitação da abordagem, que é não se aprofundar nas origens e justificativas para a formação de cada região, ou seja, pensar as variáveis do componente de cada uma, que lhes dão sentido, ou o que Ferreira (2014, 36-42) chama de Núcleos Centrais do conceito de Região (mesoescala, coesão, singularidade espacial, estabilidade regional e continuidade espacial), apenas intentou-se em expor o contexto em que a região VII - Vilhena pertence.

A principal característica aponta que de fato, para os polos somente, que o crescimento é certo, e ainda mais, aparentemente poucos integrantes da região conseguem se envolver da mesma forma com a dinâmica do crescimento tal como o polo.

Mas além de tudo, a mesoescala regional e a polarização possuem fundamentos que possam propiciar um crescimento mais harmonioso entre todas as partes, para isso é fundamental que o planejamento seja feito de modo a valorizar e desenvolver as aptidões de todos os contextos.

4.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS NO PERÍODO 2005-2014

Os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Rondônia, são frutos de uma parceria entre o Estado (primeiramente via Secretaria de Planejamento - SEPLAN-RO dando lugar a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG) e o IBGE, as publicações seguiram uma sequência de 2009 (resgatando dados de 2005, 2006, 2007 e 2008), 2010, 2013 e 2014. Não foi possível encontrar uma lógica ou justificativa para tal periodicidade, assim como sua interrupção, entretanto possibilitam uma análise histórica da evolução e da dinâmica de maneira pontual e fatorial.

As publicações trazem como uma das intenções ser insumo básico para “planejamento de políticas e alocação de recursos públicos municipais”, por meio de indicadores municipais com informações econômicas e sociais (RONDÔNIA, 2013a). Nessa pesquisa, os indicadores se transfiguraram em cinco perfis, que possibilitam análise factual e comparada, pois relacionam-se entre si, e apresentam um período histórico significativo dos setores: agropecuária, indústria, serviços, administração pública e impostos.

Entretanto esta pesquisa tem a dimensão de que embora o PIB tenha uma aceitação universal como um conceito preciso (pela simplicidade analítica) e sua metodologia rigorosa ele não possui como pressuposto medir progresso, bem-estar ou qualidade de vida (VALENTE; FEIJÓ; CARVALHO, 2012). Dessa maneira, entende-se que são úteis para seguir uma discussão a partir de seus resultados, e não utilizar os dados como resultado em si.

Segundo Rondônia (2013a) a variável agropecuária (Tabela 12) se constitui das seguintes atividades: agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca. Optou-se por apresentar os números em percentuais (que leva em consideração o Valor Adicionado – V.A), pois, assim, pode-se mensurar cada contexto em proporção de participação. O percentual tem como referência o valor total de cada atividade no Estado.

Tabela 12 – Participação relativa do V.A no PIB da agropecuária na região de Vilhena (%)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Vilhena	4,78	3,66	3,03	3,51	3,54	3,49	2,20	2,20
Colorado do Oeste	1,52	1,74	1,58	1,58	1,65	1,65	1,53	1,67
Cerejeiras	1,69	1,91	1,60	1,80	2,01	1,95	1,36	1,30
Chupinguaia	2,21	2,35	2,11	2,44	2,38	2,60	2,12	2,08
Corumbiara	2,72	2,57	2,17	2,29	3,00	2,85	2,54	2,52
Cabixi	2,00	1,61	1,43	1,29	1,45	1,20	1,15	1,29
Pimenteiras do Oeste	1,04	1,15	1,12	1,12	1,14	1,48	1,37	1,12
Total Regional	15,96	14,99	13,04	14,03	15,17	15,22	12,27	12,18

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A agropecuária, em 2005, apresentou um valor adicionado de 2.349.095 (em mil reais), mantendo um crescimento constante de 2007 até 2010, apresentando valor de 4.472.190 (em mil reais), em 2013 apresentou decréscimo para 3.330.576 (em mil reais), dando uma leve recuperação em 2014 em que o V.A da agropecuária foi de 3.867.539 (em mil reais).

Em 2010, o V.A no setor da agropecuária correspondeu a 21,5% no Estado, 26,2% na região Norte e 2,6% no País. Já no ano de 2013 o V.A no Estado reduziu para 12% e em 2014 foi de 12,7%. Embora tenha ocorrido essa depreciação no setor, o mesmo não ocorreu com o PIB total do Estado nesse período, sempre demonstrando crescimento, passando de 12.884.047 (em mil reais) em 2005, para 34.030.982 (em mil reais) em 2014.

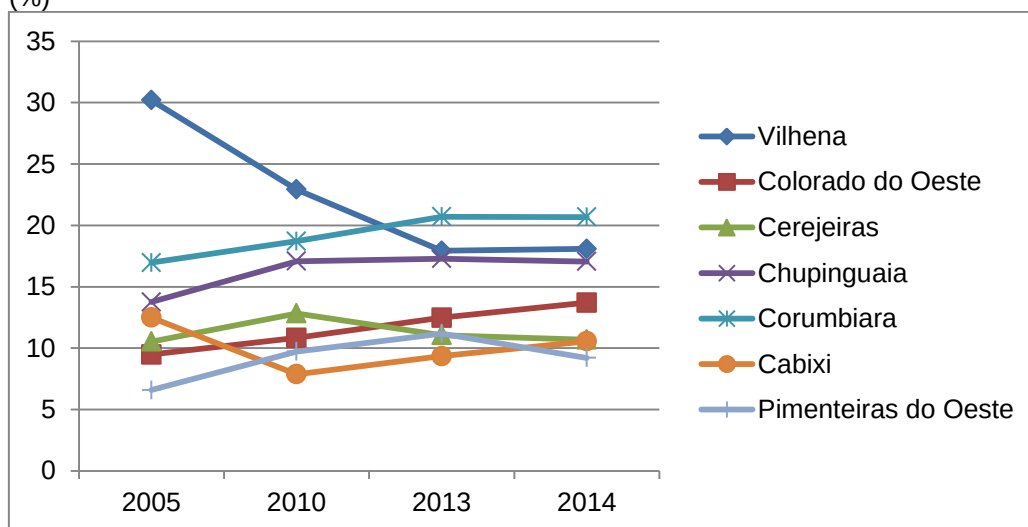
É relevante destacar que em 2005, a participação do município de Vilhena era maior que a da capital Porto Velho, porém, em 2014, Porto Velho

se apresentou com maior participação. Entretanto, cabe uma ressalva, de todas as variáveis pesquisadas essa é a única em que a participação da Região de Vilhena é maior do que a do município de Porto Velho, reafirmando que de fato, é uma característica econômica destacável da Região, ante ao Estado.

A dinâmica percentual da Região demonstra que a atividade oscilou em vários momentos, apresentando em 2014 o índice mais baixo do período. A oscilação ocorreu em todos os municípios da Região, Porto Velho (capital do Estado não pertencente à Região estudada) destoou apresentando um alto crescimento. Na Região de Vilhena, apenas Colorado do Oeste e Pimenteiras do Oeste obtiveram crescimento na participação relativa no período 2005-2014. Porém, outra realidade é apresentada quando se leva em consideração a participação de cada município em relação à Região (Gráfico 1).

A agropecuária na composição do PIB da Região em 2005 foi de 377.100 (em mil reais), apresentando alto crescimento em 2010 de 680.573 (em mil reais), decaído em 2013 para 409.067 (em mil reais) e crescendo em 2014 para 470.989 (em mil reais). A participação dessa atividade na Região é relativa, nos municípios ela varia de 20% (Corumbiara) à 9% (Pimenteiras do Oeste), porém o que chama a atenção é que Vilhena já foi o maior contribuinte nesse quesito, que após brusca queda (de 30,2% em 2005, para 18,9% em 2014) e com o crescimento de Corumbiara, este passou a figurar no último ano do período com maior participação.

Gráfico 1 – Participação relativa dos municípios no PIB da agropecuária na Região de Vilhena (%)



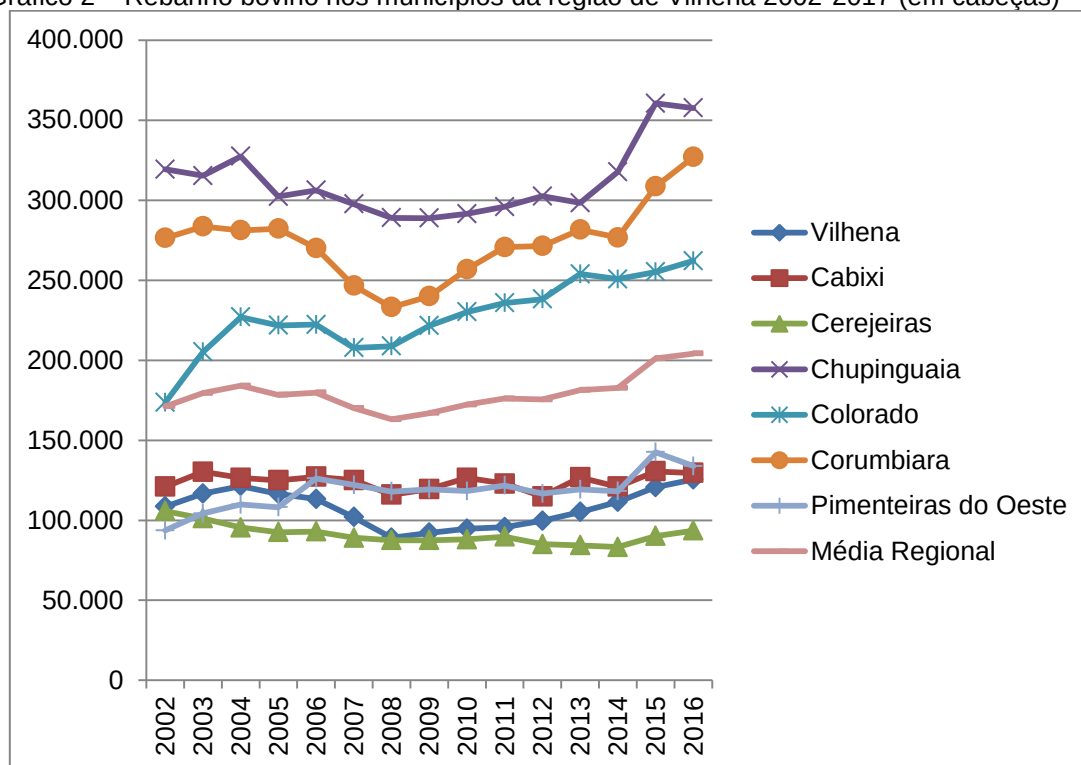
Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Na agropecuária, a publicação destaca sempre a importância econômica da pecuária e a número significativo de cabeças de gado no Estado, com relação à Região, a pecuária (Gráfico 2) apresenta a dinâmica em relação ao rebanho bovino.

O rebanho bovino em Rondônia saltou de 8.039.890 (cabeças) em 2002, para 13.682.200 (cabeças) em 2016. No mesmo período o rebanho da Região passou de 1.197.987 (cabeças) para 1.428.992 (cabeças). Embora tenha havido crescimento no rebanho da região pesquisada, sua participação diminuiu, em 2002 era de 14,9% e em 2016 foi de 10,44%, ou seja, o aumento regional não acompanhou o crescimento estadual.

Pode-se dizer que a pecuária é uma realidade consolidada, embora ela assuma papéis diferentes em cada contexto. Seria exagero afirmar que a pecuária é um elemento que proporciona coesão para a região, ou que seja elemento de contiguidade. Ela é sim presente em todos os municípios da região (e do Estado), mas assumindo proporções e significados diferentes.

Gráfico 2 – Rebanho bovino nos municípios da região de Vilhena 2002-2017 (em cabeças)



Fonte: IBGE (2018a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

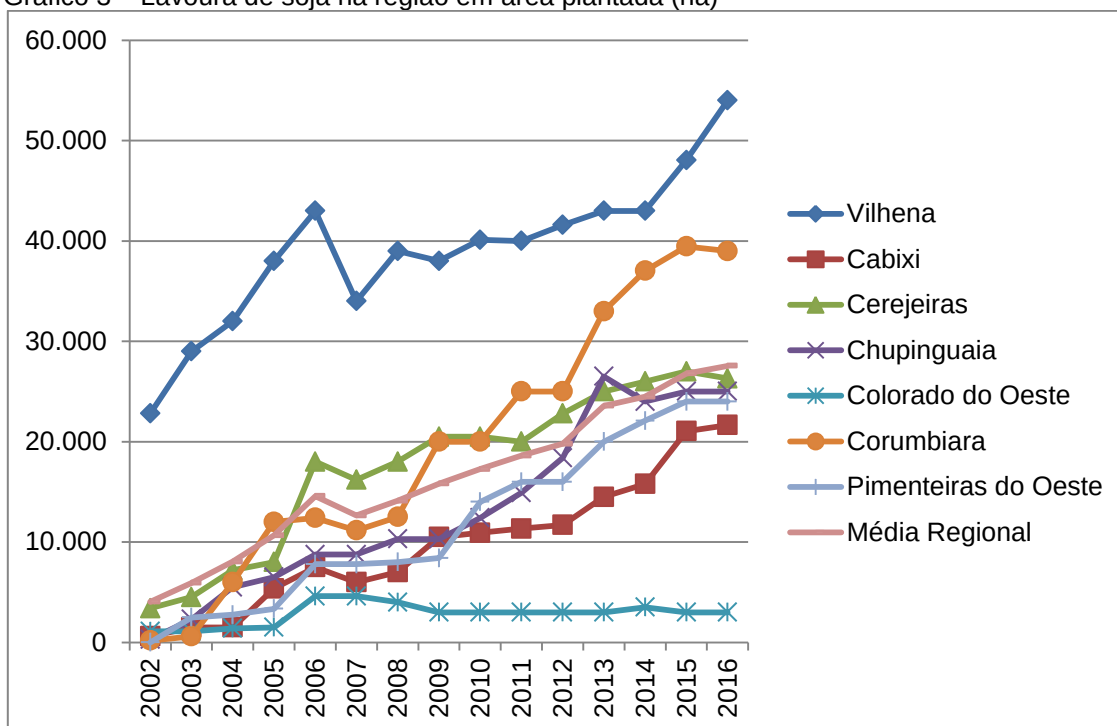
Cerejeiras é o único município componente da Região que apresentou decréscimo de 2002 para 2016, de 105.718 (cabeças) para 93.540 (cabeças), ou seja, diminuiu 11,5% seu rebanho. Colorado do Oeste por sua vez foi o que

apresentou maior aumento nesse período, 51%, indo de 173.527 (cabeças) para 262.026 (cabeças).

Outro componente importante do valor adicionado no PIB da agropecuária é a lavoura temporária, que embora não seja motivo de destaque nas análises das publicações referentes ao PIB do Estado, é uma realidade produtiva presente na região, principalmente a soja (Gráfico 3) e o milho, que disputam o espaço rural com o rebanho bovino, pois ambos (pasto e lavouras) são oriundos da mesma fonte: o solo.

Essa região é conhecida como região agrícola do Estado, justamente por ser a que apresenta maior produção de soja, principalmente Vilhena, comumente alcunhada de cidade do agronegócio.

Gráfico 3 – Lavoura de soja na região em área plantada (ha)



Fonte: IBGE (2018f)

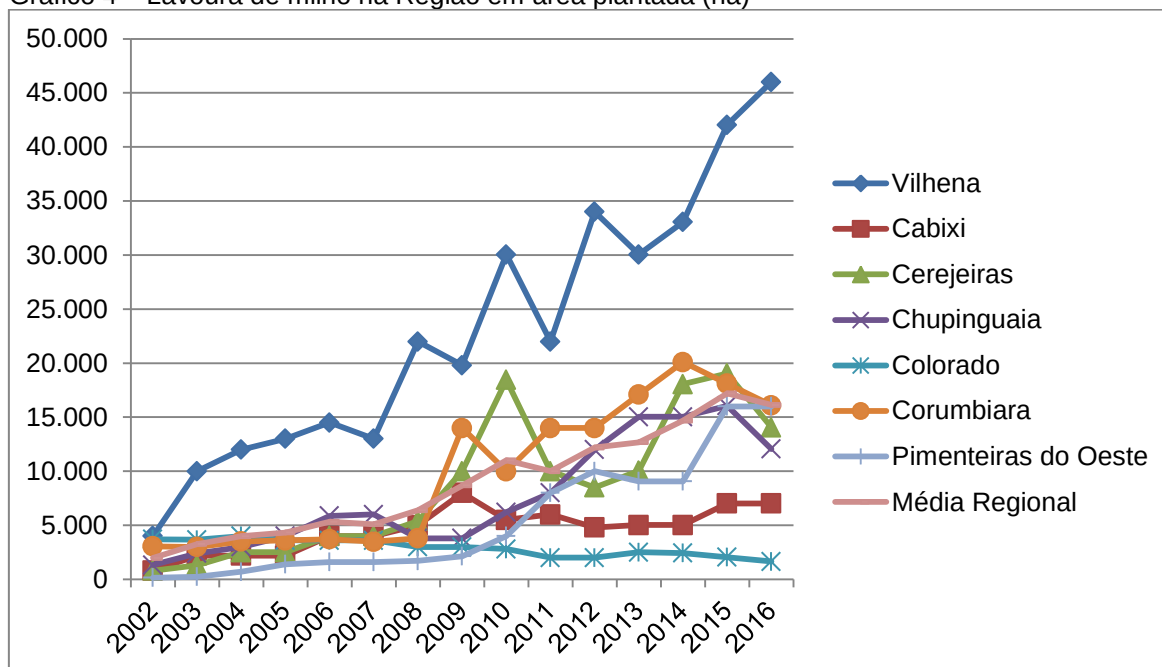
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Entretanto nota-se que apenas um município não desenvolveu esse tipo de cultura, Colorado do Oeste, que como visto no gráfico anterior, foi o que apresentou maior crescimento de rebanho bovino no mesmo período. Ainda assim, apenas dois municípios se posicionam acima da média regional, Vilhena e Corumbiara. Embora ressalta-se que todos os municípios (exceto Colorado do Oeste) apresentam considerável crescimento. E embora a capacidade estática de armazenagem de Vilhena seja bem maior que a dos outros municípios da mesma região, na comparação regional, se mostra distribuída.

Corumbiara nesse cenário ganha destaque, juntamente com Vilhena, porém pesa que Corumbiara não seja o polo, e proporcionalmente a cidade não se compara com Vilhena, entretanto nos números apresentados, ela se integrou muito bem com a pecuária e a lavoura de soja. Contudo, com a lavoura de milho (Gráfico 4) o município não cativou grandes proporções.

Nesse caso, Vilhena destoa das demais, ficando muito acima da média, Corumbiara também se posiciona acima da média, porém no limite. Observando a produção de milho da Região, diferentemente da soja, não se pode afirmar que ela grassou, embora tenha crescido a produção ao longo do tempo, ela não se mostra representativa em quase todos os municípios.

Gráfico 4 – Lavoura de milho na Região em área plantada (ha)



Fonte: IBGE (2018f)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Pereira e Kahil (2010) observam que a história da sojicultura no Estado começa em 1979, com a instalação do campo experimental, que apesar de bons resultados, a pesquisa por falta de incentivo ficou paralisada.

Contudo, nota-se que a evolução não ocorreu, sem antes estudos nas localidades principalmente quanto à questão física e econômica, em que o município foi palco de pesquisas da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na década de 1980, em que na cartilha produzida a partir dos resultados é possível verificar dois aspectos fundamentais, o físico e o econômico:

A economia da região de abrangência do sistema, até então, está embasada na indústria madeireira, muito embora no município de Vilhena, seja predominante a vegetação de cerrados inadequados para esta atividade. A indústria madeireira sobrevive da importação de madeiras de outros municípios vizinhos e a predominância de Latossolos Amarelos sob vegetação de cerrados, tem limitado a utilização dessas áreas para fins agropecuários. Acreditando no potencial agrícola dos solos de cerrados, a pesquisa criou alternativas tecnológicas que possibilitam a exploração racional da cultura da soja, em níveis econômicos, e a incorporação dessas áreas ao processo produtivo. Os resultados de pesquisas conseguidos com a introdução de cultivares de soja, trouxeram enormes perspectivas para a expansão dessa fronteira agrícola (EMBRATER, 1987, p.7).

Além desse folheto de 1987, outras divulgações que influenciam a ação de investimentos na produção são os estudos realizados pela Embrapa na Região, como por exemplo, o comunicado técnico sobre “Avaliação de genótipos de arroz de Sequeiro nos cerrados de Rondônia” em que “Os resultados obtidos revelam alguns materiais altamente promissores para cultivo nas condições dos cerrados do Estado [...]” (EMBRAPA, 1998).

Outro que chama atenção é o folder da Embrapa (2000) sobre as pesquisas com culturas anuais em Rondônia, demonstrando resultados de melhoramento genético em culturas de soja, milho, feijão, arroz e algodão. Os campos experimentais da Embrapa no Estado nesse período se localizavam em Vilhena, Cerejeiras, Pimenta Bueno e Porto Velho.

Ainda para Pereira e Kahil (2010) um fator determinante para a consolidação da soja no Estado foi a viabilização da hidrovía Madeira – Amazonas e o terminal de exportação em Porto Velho. Ainda para esses autores, Vilhena é o centro difusor e principal polo do agronegócio de exportação no Estado “capaz de induzir um processo de especialização territorial produtiva no sul do estado, processo este que, ao mesmo tempo, é criador de hierarquias e de fragmentação territorial” (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 293).

Além de a produção ser maior em Vilhena, a estrutura nesse caso, também é concentrada por ela (Quadro 13). Nota-se que o total regional não apresenta números expressivos de concentração na armazenagem convencional, verifica-se que ela se espalha por todo o Estado, o município que detém a maior quantidade (14) e capacidade (32.289 t) é Cacoal. Já na variável Granel, Vilhena é o município que possui maior quantidade e capacidade individual.

Quadro 13 – Capacidade estática de armazenamento

Município	Convencional		Granel		Total	
	Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)	Quantidade	Capacidade (t)
Vilhena	7	21.137	20	235.520	27	256.657
Cerejeiras	3	7.820	7	91.640	10	99.460
Corumbiara			7	86.380	7	86.380
Chupinguaia			6	78.070	6	78.070
Cabixi	1	1.660	2	35.250	3	36.910
Colorado do Oeste			1	12.930	1	12.930
Pimenteiras do Oeste			2	17.110	2	17.110
Total Regional	11	30.617	45	556.900		587.517
Porto Velho	9	11.640	6	191.855	15	203.495
Total Estado	124	170.735	81	971.453	205	1.142.188

Fonte: Conab (2018)

Adaptado: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Retomando o tema do PIB da agropecuária, há uma contradição em aberto, ora, se na região os dados apresentam sempre crescimento no geral, por que a participação relativa diminuiu de 15,96% para 12,18% no período. O regional por si só não responderia essa questão.

Aparentemente a lógica é que embora a agropecuária tenha se firmado na região, o seu crescimento foi menor que o crescimento no Estado inteiro, diminuindo assim a participação, pois o valor geral ficou maior, ou seja, se distribuiu pelo Estado. Por exemplo: a soja, em 2005, era produzida em 11 municípios, sendo sete destes pertencentes à região de Vilhena, a produção era de 75.275 (ha) de área plantada, sendo que 74.620 (ha) de área plantada correspondiam à região de Vilhena. Já em 2014 a concentração espacializada diminuiu, a soja estava presente em 26 municípios, incluindo os sete da região de Vilhena. A produção do Estado foi de 195.180 (ha) de área plantada, sendo 171.410 (ha) correspondentes à região de Vilhena. Embora outros municípios (fora da região de Vilhena) tenham apresentado cultivo de soja, a concentração da produção nesta região é muito forte.

Atualmente observa-se uma “evolução” no sistema produtivo que apresenta resultados potenciais que futuramente podem modificar a dinâmica que envolve a lavoura e a pecuária na região, a integração lavoura-pecuária, que já possui estudos identificando “garantias”, nesse sentido, destaca-se Townsend, Pereira e Costa (2009).

O setor da indústria de Rondônia (RONDÔNIA, 2013a, p. 6) tem como atividades componentes: indústria de transformação, indústria extrativa mineral,

construção civil, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. O PIB da indústria (Tabela 13) apresenta uma dinâmica diferente na região daquela apresentada pela agropecuária.

Tabela 13 – Participação relativa dos municípios no PIB da Indústria na região de Vilhena (%)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Vilhena	9,95	9,22	9,97	10,35	9,90	9,26	7,52	6,96
Colorado do Oeste	1,25	1,12	1,27	1,14	1,30	0,74	0,45	0,50
Cerejeiras	0,55	0,61	0,68	0,68	0,65	0,56	0,39	0,41
Chupinguaia	0,85	0,73	0,81	0,86	0,87	1,61	0,71	0,19
Corumbiara	0,33	0,27	0,28	0,29	0,29	0,23	0,16	0,17
Cabixi	0,14	0,18	0,17	0,15	0,12	0,09	0,07	0,09
Pimenteiras do Oeste	0,05	0,06	0,05	0,05	0,04	0,03	0,07	0,07
Total Regional	13,12	12,19	13,23	13,52	13,17	12,52	9,37	8,39

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

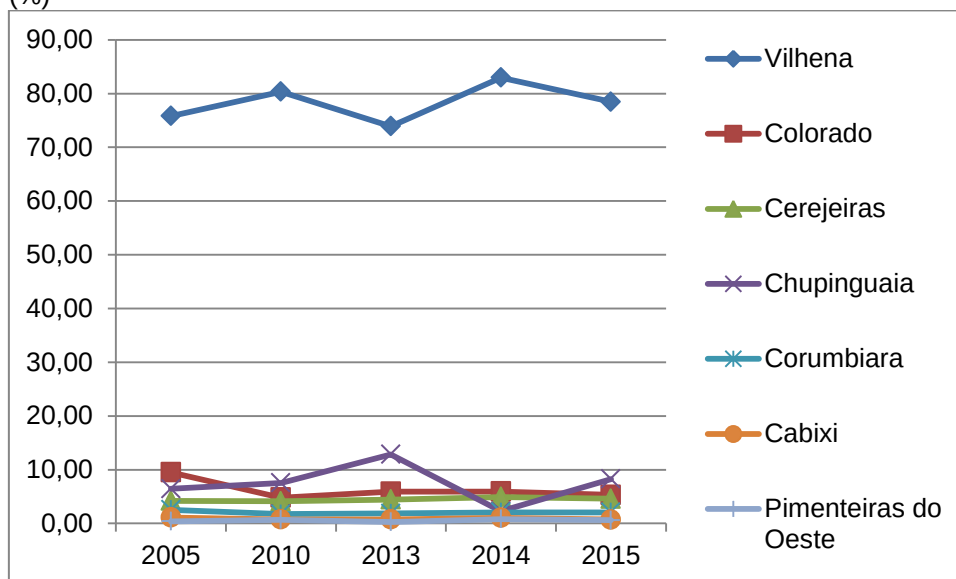
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Primeiramente, é notório o crescimento da participação dessa atividade na capital Porto Velho. É uma atividade que na região estudada demonstra constância de concentração em Vilhena, apresenta decréscimo significativo no decurso do período 2005-2014. O setor demonstrou evolução no Estado, variando de 1.599.948 (em mil reais) em 2005, para 6.038.962 (em mil reais) em 2015 (SIDRA, 2018). Ou seja, demonstrou ao longo desse período um crescimento vertiginoso. Observa-se no (Gráfico 5) qual foi a contribuição do PIB da indústria de cada município em proporção regional.

Nos dados apresentados (Gráfico 5), fica nítida a concentração da participação do PIB de origem industrial na Região. Vilhena agrega uma parte relevante desse setor. Na Região em geral, essa atividade é quase que inócua. Não se mostra uma característica de relevante regionalização.

No contexto das regiões, no período 2005/2009 Vilhena figurou na terceira posição, atrás de Porto Velho e Ji-Paraná, tinha como principais atividades “Indústria de Transformação - Principais indústrias: indústria madeireira seguindo da alimentícia; frigoríficos de grande porte, município exportador de produtos de carne; beneficiamento de café e cereais”. (RONDÔNIA, 2013a, p. 24).

Gráfico 5 – Participação relativa do PIB da Indústria dos municípios na Região de Vilhena em (%)



Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Salvo os contextos apresentados, observa-se que o PIB da Indústria no Estado é concentrado na capital Porto Velho, em 2014, por exemplo, 52,32% da contribuição foi de Porto Velho, e Vilhena, embora se localize numa região de latência industrial, figurou no mesmo ano em segundo lugar na participação com 6,96%, seguido de Ariquemes 6,6%, Ji-Paraná 6,5%, Cacoal 3,55%, Rolim de Moura 3,46%, Jaru 3,03% e Pimenta Bueno 2,69%, são os municípios de destaques do Estado.

O setor de serviços é o que obtém a maior participação no PIB total do Estado em todos os anos do período 2005/2014, evoluindo de 7.479.278 (em mil reais) em 2005, para 21.058.889 (em mil reais) em 2014. O setor de serviços é constituído pelas atividades:

comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; serviços prestados às famílias e associativos; serviços prestados às empresas; atividades imobiliárias e aluguel; administração, saúde e educação públicas; saúde e educação mercantis; e serviços domésticos (RONDÔNIA, 2013a, p.20).

As contribuições no PIB dos Serviços advém boa parte da capital Porto Velho. É uma atividade que orienta, em grande medida, as definições de hierarquização entre as cidades, quanto mais especializadas as atividades de determinada cidade for, maior a probabilidade dela assumir comandos na hierarquização. Verifica-se a proporção da participação da atividade de serviços (Tabela 14) na região pesquisada.

Tabela 14 – Participação relativa dos municípios no PIB do setor de serviços na região de Vilhena (%)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Vilhena	5,51	5,50	6,05	6,08	5,74	5,92	6,50	6,63
Colorado do Oeste	0,94	0,98	0,98	0,90	0,88	0,87	0,80	0,79
Cerejeiras	1,13	1,09	1,10	1,04	1,04	1,07	1,18	1,02
Chupinguaia	0,36	0,44	0,45	0,48	0,48	0,48	0,55	0,43
Corumbiara	0,40	0,44	0,44	0,42	0,46	0,41	0,36	0,35
Cabixi	0,34	0,36	0,35	0,31	0,32	0,30	0,27	0,26
Pimenteiras do Oeste	0,14	0,16	0,15	0,15	0,15	0,15	0,14	0,13
Total Regional	8,82	8,97	9,52	9,38	9,07	9,20	9,80	9,61

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

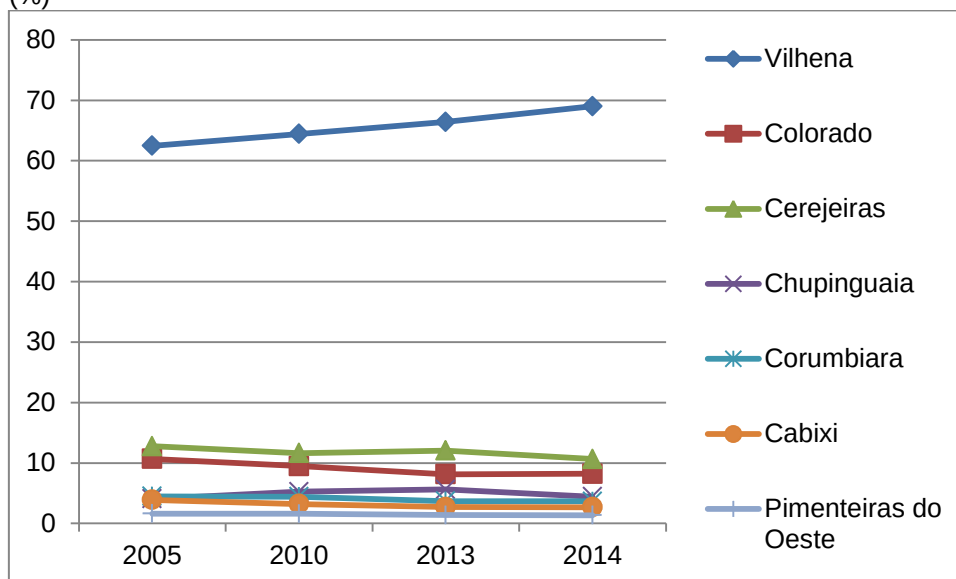
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Nota-se que na região, Vilhena concentrou ao longo de todo o período boa parte da participação no PIB, no V.A da atividade de serviços, e que embora tenha levemente oscilado em alguns momentos, no último ano analisado apresentou a maior participação. Enquanto que todos os outros componentes da Região apresentaram decréscimo na razão 2005-2014. Como pode ser visto, no setor de serviços (Gráfico 6), Vilhena apresenta tendência centralizadora, em comparação interna.

Os serviços apresentam uma realidade imprescindível para se compreender a dinâmica que pauta a polarização, pois nesse período Vilhena cresceu em termos populacionais de forma mais acentuado do que toda a região, e os serviços foram se especializando e sofisticando, promovendo maior concentração. Tanto que além de já demonstrar alta, aumentou ainda mais.

Diferente de outra importante matriz econômica da região que é a agropecuária, que apesar de ter apresentado crescimento em Vilhena, se distribuiu pela Região, algo que não aconteceu com os serviços. Embora, ressalta-se que em valores brutos, todos os municípios apresentam crescimento na participação, o que ocorre é que proporcionalmente não acompanham o crescimento do polo e do Estado.

Gráfico 6 – Participação relativa do PIB dos serviços dos municípios na região de Vilhena em (%)



Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

No contexto do PIB total dos serviços, em 2014, a capital Porto Velho participou com 36,89%, seguido de Ji-Paraná 8,68%, Vilhena 6,63%, Ariquemes 6,14%, Cacoal 5,54%, Jaru 3,38%, Rolim de Moura 3,12%, Pimenta Bueno 2,41% e Guajará-Mirim 2,39%, são os destaque do Estado no setor de serviços (RONDÔNIA, 2013d, p. 11).

A Administração Pública (Tabela 15) é compreendida pelas atividades de “serviços de segurança, defesa civil, justiça, saúde e regulação das atividades dos agentes econômicos” (RONDÔNIA, 2013d, p. 11). Ela é uma atividade inerente a todos os municípios e “é calculada como serviço prestado à coletividade, de natureza gratuita e financiado por meio da arrecadação de impostos [...]”, desse modo essa atividade não entra no cálculo do PIB total. Em alguns municípios, em que não existe uma dinâmica econômica privada desenvolvida a administração pública é uma importante fonte de estímulo às dinâmicas econômicas locais. (RONDÔNIA, 2013d, p. 11-12).

Tabela 15 – Participação relativa dos municípios no PIB da administração pública na Região de Vilhena (%)

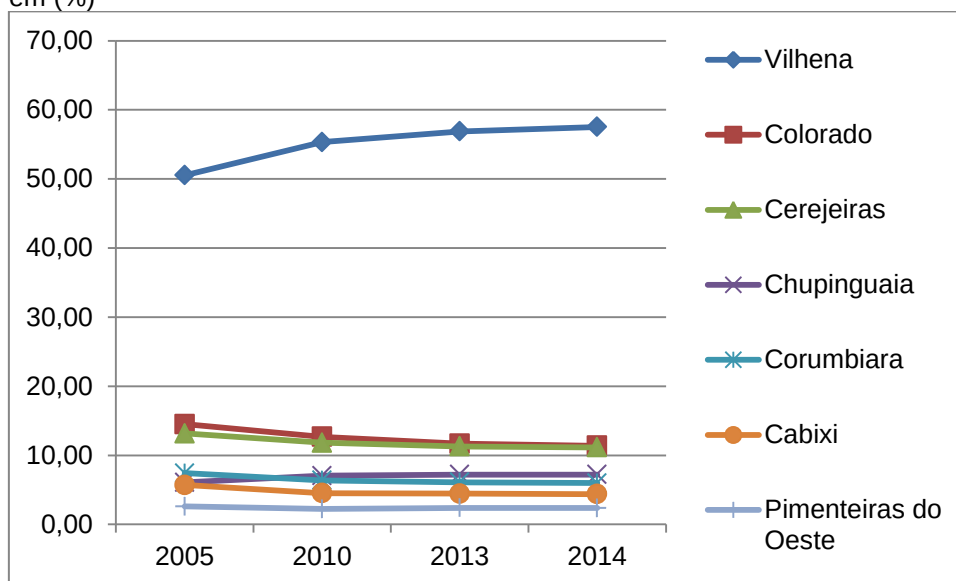
Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Vilhena	4,33	4,60	5,34	4,85	4,95	5,09	5,22	5,30
Colorado do Oeste	1,25	1,20	1,29	1,19	1,17	1,17	1,07	1,05
Cerejeiras	1,13	1,14	1,13	1,14	1,13	1,09	1,04	1,03
Chupinguaia	0,52	0,61	0,64	0,66	0,66	0,65	0,66	0,66
Corumbiara	0,64	0,65	0,70	0,67	0,66	0,59	0,56	0,55
Cabixi	0,49	0,48	0,50	0,46	0,47	0,43	0,41	0,40
Pimenteiras do Oeste	0,22	0,23	0,22	0,22	0,22	0,20	0,22	0,22
Total Regional	8,58	8,91	9,82	9,19	9,26	9,22	9,18	9,21

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

No período compreendido, verifica-se que há oscilação em todos os componentes, tanto para mais quanto para menos, porém não há relevante variação nas participações. É a variável que mais demonstrou estabilidade. Não fugindo à lógica mais recorrente, Porto Velho concentrando a nível estadual e Vilhena concentrando a nível regional (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Participação da Administração Pública no PIB dos municípios na Região de Vilhena em (%)



Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

A dinâmica apresentada na participação do PIB oriunda da administração pública muito se assemelha à apresentada no setor de serviços (Gráfico 6). Destaca-se que ambas são atividades com características urbanas, geralmente quanto maior o núcleo urbano mais desenvolvidas são as competências públicas, assim como a oferta de serviços, algo que não necessariamente

ocorre com os setores industrial e agropecuário, que são atividades muito mais ligadas à matéria-prima, do que com demografia.

No período 2005/2014, o setor apresentou crescimento nominal no Estado em todos os anos, saltando de 3.151.885 (em mil reais) em 2005 para 8.537.217 (em mil reais) em 2014. Se estabelecendo em todos os anos como a segunda maior fonte de contribuição do PIB total do Estado, atrás somente da participação dos Serviços.

A participação dos impostos (Tabela 16) no PIB total é sintomática, ou seja, não é autônoma, não pode ser produzida diretamente, ela é resultado das outras variáveis (menos da administração pública), entretanto também não é automática, é um cálculo que varia, dessa maneira apresenta uma dinâmica original.

Tabela 16 – Participação relativa do imposto dos municípios no PIB da região de Vilhena (%)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2013	2014
Vilhena	6,69	7,50	7,17	7,80	6,87	6,91	7,67	8,41
Colorado do Oeste	0,86	0,75	0,63	0,57	0,52	0,51	0,47	0,48
Cerejeiras	0,96	0,79	0,88	0,76	0,80	0,94	1,49	1,06
Chupinguaia	0,24	0,30	0,39	0,40	0,33	0,39	0,37	0,26
Corumbiara	0,17	0,15	0,27	0,26	0,24	0,24	0,19	0,20
Cabixi	0,13	0,15	0,20	0,16	0,13	0,13	0,12	0,12
Pimenteiras do Oeste	0,05	0,04	0,11	0,10	0,07	0,09	0,08	0,07
Total Regional	9,09	9,69	9,64	10,04	8,96	9,21	10,40	10,60

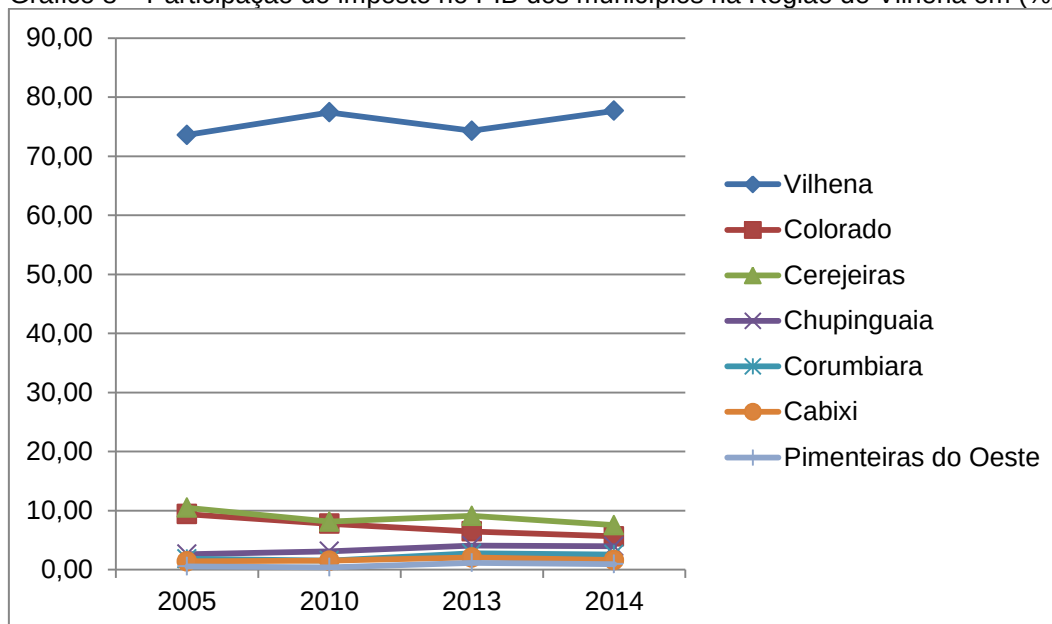
Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

O PIB total no Estado sempre demonstrou crescimento no período observado, evoluindo de 1.424.696 (em mil reais) em 2005 para 3.654.798 (em mil reais) em 2014, dessa forma, influenciou no imposto, que também seguiu tendência de crescimento no imposto total, entretanto a participação dos municípios demonstram oscilação em vários momentos, mas em valores nominais todos cresceram no período 2005/2014. Entretanto apresenta centralidade de Vilhena na composição regional (Gráfico 8).

O imposto segue a lógica apresentada nas atividades de serviço e administração pública, centralizado no polo, isso decorre pois os valores totais no polo (Vilhena) é superior ao da Região. Por exemplo, em 2014, Vilhena participou com 307.451 (em mil reais), valor superior aos outros seis municípios juntos, que apresentaram 79.930 (em mil reais), na arrecadação de imposto.

Gráfico 8 – Participação do imposto no PIB dos municípios na Região de Vilhena em (%)



Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

A composição do PIB total leva-se em consideração a somatória das atividades: valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços, mais o valor dos impostos, ou seja, somente não se leva em consideração no PIB total o montante da administração pública. Dessa maneira verifica-se a contribuição do total regional (Tabela 17) no período 2005/2014.

Tabela 17 – Participação do total regional no PIB total do Estado (em mil reais)

	2005	2010	2013	2014
PIB regional - Agropecuária	377.100	680.573	409.067	470.989
PIB regional - Indústria	209.983	381.659	500.306	457.357
PIB regional - Serviços	663.318	1.222.526	1.858.779	2.022.985
Imposto regional	129.557	252.833	356.721	387.381
Total Regional	1.379.958	2.537.591	3.124.873	3.338.712
PIB Total	12.884.047	23.560.644	31.091.764	34.030.982
Participação da região em (%)	10,71	10,77	10,05	9,81

Fonte: RONDÔNIA (2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

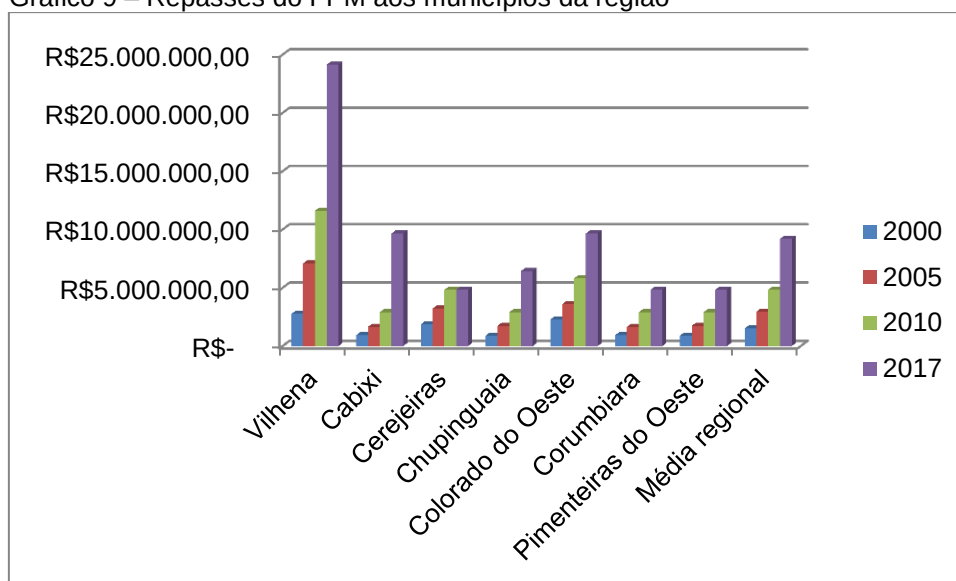
Nota-se que o serviço é a principal fonte de participação da região, outra dinâmica que denota atenção é o constante aumento dos valores do PIB total regional, ainda que a participação tenha diminuído, demonstra que a Região cresceu, mesmo que não tenha acompanhado o ritmo do Estado.

Com relação a participação pública direta na Região destaca-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é a transferência direta de dinheiro do Tesouro Nacional para os municípios. O repasse é calculado conforme

coeficiente que leva em consideração principalmente a classe do município e o tamanho populacional. (BRASIL, 2013)

São consideradas três categorias: Capitais (distrito federal e todas as capitais estaduais), Reserva (municípios com população acima de 156.126 habitantes) e o Interior (todos os municípios restantes). Na região, todos os municípios pertencem à classe Interior. O coeficiente de participação aumenta conforme a faixa de habitantes (BRASIL, 2013). Nesse sentido os recursos repassados aos municípios da região (Gráfico 9) seguem.

Gráfico 9 – Repasses do FPM aos municípios da região



Fonte: BRASIL (2018a)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Organizou-se a amostragem do repasse em anos, embora seja feita por decênio. Nota-se que além de ser beneficiado pelas razões liberais que envolvem emprego, comércio e indústria, o polo, nesse caso também é visto de maneira diferente pela política pública, no que tange à infraestruturas e repasses.

Conforme os dados descritos e analisados, pode-se afirmar que de fato a agropecuária é um destaque positivo da região na realidade do Estado, contudo, ela não é a principal fonte direta de movimentação econômica da região no PIB, entretanto possui constância de crescimento e distribuição. No sentido de polarização regional a agropecuária foi uma das que menos demonstrou centralização.

A visão paradigmática de afirmar que Vilhena é uma cidade do agronegócio se sustenta pela comparação com o perfil do Estado, ainda que sua contribuição direta não coadune com essa afirmação, mas indiretamente, pode-se afirmar que o agronegócio possa ser um atrativo de investimentos na

cidade (empresas *foot-loose*), contribuindo assim para a sofisticação dos serviços ofertados, transfigurados em estruturas urbanas e comércio mais variado, e ainda acrescenta-se que com o aumento da população, haja o aumento do funcionalismo da administração pública.

A presença da indústria concentrada em Vilhena por sua vez, pode ser explicada pela logística oferecida pelo posicionamento ante a região e à estrutura rodoviária, em três vertentes: contingente de mão-de-obra qualificada, oferta de matéria-prima (boi gordo e lavouras temporárias) e rede de transportes.

4.3 DINÂMICA DOS VÍNCULOS FORMAIS DE EMPREGO ENTRE 2002-2017.

A plataforma Dardo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) disponibiliza série histórica de dados anuais de empregos formais com vínculo ativo no último dia de cada ano. Selecionou-se como período histórico para amostra os anos de 2002, 2006, 2010, 2017 (IBGE).

Foram selecionadas as informações de cada município relacionadas à variável “grande grupo” (MTE, 2018). Porém, há uma observação importante que impossibilita conceber os dados como puros, que é o fato de se levar em consideração o vínculo ativo, leia-se, uma mesma pessoa que possuir dois vínculos, ou seja, trabalhar em dois empregos com registro aparece nos dados duas vezes.

Os dados sobre emprego não denotam uma realidade absoluta, pois o mercado informal não aparece na quantificação, sabe-se ainda que em municípios menos estruturados a formalização do emprego é deficitária, entretanto os dados possibilitam comparar por meio de perfil das quantidades e sua relação proporcional entre os integrantes da região, seguindo paralelamente a mesma lógica de análise e demonstração da materialidade apresentada na seção do PIB.

Outro elemento comumente verificado nas relações de trabalho no agronegócio é a sazonalidade (ou contrato por safra), nesse tipo de relação é comum que o vínculo se encerre no mesmo ano que se iniciou, dessa forma, não constando nos dados apurados, visto que eles se referem ao vínculo ativo no último dia do ano, podendo assim, não aparecer entre os vínculos formais ativos, embora seja um vínculo formal recorrente.

Outra ressalva importante é que foram utilizadas duas variáveis, a primeira referente ao “grande grupo” do IBGE, com finalidade de dar uma visão geral. Tal classe é dividida em cinco variáveis pela própria plataforma, são elas: agropecuária, comércio, construção civil, indústria e serviços. No segundo caso é utilizada a variável da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0 e CNAE 95, que possibilitam uma visualização mais incisiva, de uma determinada categoria, como por exemplo, empregos da área de transporte, da madeira, do setor imobiliário e da administração pública, bem como o número de estabelecimentos, que são considerados características determinante e que os números chamaram a atenção e denotam discussão e contextualização.

Destrinchar os dados apresentados de maneira geral é salutar por possibilitar a apuração dos perfis dos municípios, no tocante aos vínculos formais de emprego, podendo assim verificar se há similaridades ou diferenciações na hinterlândia.

No ano de 2017 a população estimada para o estado de Rondônia era de 1.805.788 (IBGE, 2017a), sendo apresentados 347.795 vínculos em empregos formais no mesmo ano, correspondendo a 19,26% da população total. Número parecido com o da região de Vilhena, que somada às populações dos municípios, possuem 159.917 habitantes, com 30.000 empregados formais, correspondendo a 18,75%. Entende-se que não é uma região que destoa nessa questão.

Olhando agora para as características internas dos empregos em 2017 (Tabela 10), há uma diversidade de realidades, tanto em números absolutos, como principalmente nos proporcionais.

Tabela 10 – Vínculos formais e população total da região em 2017

Município	População	Vínculos	Proporção (%)
Vilhena	95.630	19.846	20,75
Chupinguaia	10.593	2.886	27,24
Colorado	18.467	2.419	13,10
Cerejeiras	17.934	2.349	13,10
Corumbiara	8.659	1.200	13,86
Cabixi	6.224	730	11,73
Pimenteiras do Oeste	2.410	570	23,65
Total	159917	30000	

Fonte: MTE (2017)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Vilhena possui 19.849 vínculos formais de emprego, numa região em que os vínculos formais correspondem a 30.000, ou seja, concentra 66,15%, entretanto, proporcionalmente, o percentual de formalização em Vilhena correspondia, em 2017, a 20,75%.

Chama a atenção o município que possui a maior proporção ser Chupinguaia com 27,24%, grande parte dos empregos é no único frigorífico do município, que passa por rigorosa fiscalização pelo fato de atender o mercado externo (NUNES; FERREIRA, 2017). Dos sete municípios que integram a Região, três estão acima da média estadual e quatro estão abaixo, no que tange a empregos formais.

Os vínculos gerados pela atividade agropecuária (Tabela 18) e suas extensões mais próximas ligadas à produção ou assistência especializada, é uma característica marcante da região, sendo que a mesma é referenciada em vários estudos como a região agrícola do Estado.

Tabela 18 – Vínculos formais - Variável Agropecuária (produção e assistência)

Município	2002	2006	2010	2014	2017
Vilhena	488	1.049	1.369	1.274	1.208
Chupinguaia	222	365	498	573	853
Corumbiara	86	196	218	382	490
Cerejeiras	88	148	129	227	268
Pimenteiras do Oeste	9	110	194	181	245
Colorado do Oeste	133	102	132	163	180
Cabixi	30	77	91	179	157
Total	1.056	2.047	2.631	2.979	3.401

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes

Houve um crescimento no total de 222,1% em 15 anos, os vínculos de empregos na agropecuária correspondiam, em 2017, a 11,3% dos vínculos na Região, sendo que em 2002 correspondiam a 8,3%. Pimenteiras do Oeste nesse contexto chama a atenção com um crescimento de 2.622,2%, esse aumento surpreendente tem duas óticas possíveis, a formalização da atividade antes informal foi realizada, ou ocorreu uma necessidade dessa inserção na localidade. Independente disso nota-se que o número era relativamente baixo de apenas nove vínculos, e o crescimento percentual, ao surgir praticamente do inócuo, se apresenta como exponencial. Cabixi foi o município que apresentou o menor aumento, de apenas 35,3%, bem distante do segundo menor crescimento, 204,5%, apresentado por Cerejeiras.

Destaca-se, no entanto, que os crescimentos significativos foram em municípios em que as atividades agropecuárias em 2002 eram insipientes, e que assim apresentam um crescimento fora do normal. Pode-se afirmar que essa atividade seja expressiva em toda a Região, há municípios que apresentam grandes proporções e outros que a atividade, embora tenha crescido, não corresponda a uma oferta expressiva, a atividade da agropecuária, no que tange aos vínculos formais de emprego, aparenta ser coesa na Região, assim como seu crescimento.

Dentro desse contexto, nos dados do “CNAE 2.0 Grupo” destacam-se a pecuária e a produção de lavoura temporária. No Estado a pecuária concentra um total de 10.236 vínculos formais de emprego, enquanto que na produção de lavoura temporária corresponde a 1.256, número de 2017.

O município com maior número de vínculos na pecuária é Chupinguaia com 755, Vilhena segue em segundo com 466. O menor número pertence a Cerejeiras com 64 vínculos. O total regional nessa modalidade é de 2.200, 21,5%, em relação ao Estado. No seguimento de “lavoura temporária” o maior número é o de Vilhena, com 536 vínculos, seguido de Cerejeiras com 185. Cabixi apresenta o pior índice, apenas seis vínculos registrados. O total regional nessa modalidade é de 897, correspondendo a 71,4%, a nível Estadual de vínculos formais provenientes da atividade de lavoura temporária.

Dessa forma, ambas as atividades são significativas na região, a pecuária seguindo a lógica do Estado, e a lavoura temporária se mostrando fortemente concretada se comparada ao restante do Estado. Todavia, se comparada pecuária e lavoura, no contexto da hinterlândia, não seria possível afirmar que a lavoura possui concentração, tendo em vista que a presença da pecuária na região também é muito forte.

Outra variável que se relaciona com o meio natural é acerca dos vínculos do setor da Madeira, importante elemento histórico e cultural da colonização, e abundante na época da expansão da fronteira na Amazônia, que por questões legais, teve sua produção mais controlada, devido altos índices de desmatamento e atividades clandestinas no setor.

Entretanto destacamos essa variável (Tabela 19) retirada do CNAE 95, que é a somatória de duas atividades disponíveis na variável: Desdobramento de madeira e fabricação de produtos de madeira. É salutar por mostrar o que Milton Santos (1982), referendou, sobre o velho e o novo, a madeira

representou um ciclo produtivo na região amazônica, seguindo o viés econômico, que foi aos poucos dando lugar a outras produções de maior demanda, resvalando assim nos vínculos formais de emprego.

Tabela 19 – Vínculos formais - Variável madeira

Município	2002	2006	2010	2017
Vilhena	944	438	318	164
Colorado do Oeste	87	117	148	116
Cerejeiras	140	59	75	42
Chupinguaia	55	64	51	26
Corumbiara	16	18	38	21
Cabixi	21	10	31	33
Pimenteiras do Oeste	0	0	0	5
Total	1.263	706	661	407

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes

Nessa variável destaca-se que a nível estadual ela diminui de 10.947 em 2002, para 5.222 em 2017, demonstrando declínio de 47,7% no período de 15 anos. Em termos proporcionais, em 2002 a região participava com 11,5%, e em 2017 com 7,8%, demonstrando um decréscimo maior do que o Estado. Vale lembrar que sobre o mercado da madeira orbita críticas relevantes, sobre os danos ambientais que por vezes são descontrolados.

Nota-se ainda, que Vilhena, desde antes de se tornar referência agrícola do Estado, já situava-se numa posição de concentração, mesmo não possuindo os ingredientes necessários, no caso a floresta ombrófila (madeira tipo tora), pois como destaca a cartilha da Embrater (1987), já discutida anteriormente, Vilhena concentrava as madeireiras, que se alimentavam da madeira da região, pois o cerrado presente no município não disponibilizava matéria-prima suficiente para esse tipo de produção,

O número de estabelecimentos com atividades industriais em Rondônia era de 2.762, no ano de 2017. Vilhena apresenta um total de 222 estabelecimentos, representando apenas 8% em comparativo com o Estado. Ocupa a quarta posição, atrás de Ariquemes (262), Ji-Paraná (312) e Porto Velho (590). O total de estabelecimentos nos municípios da região (menos Vilhena) é de apenas 92, ou seja, um quantitativo concentrado no polo. A quantidade de vínculos formais está representada na tabela 20.

Tabela 20 – Vínculos formais - Variável indústria

Município	2002	2006	2010	2014	2017
Vilhena	2.290	2.480	2.704	3.185	3.322
Chupinguaia	56	365	749	699	1.152
Colorado do Oeste	186	394	293	394	410
Cerejeiras	268	194	297	265	272
Corumbiara	35	55	98	76	117
Cabixi	36	28	60	62	94
Pimenteiras do Oeste	11	3	7	13	7
Total	2.882	3.519	4.208	4.694	5.374

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes

Em Rondônia essa atividade apresentava, em 2017, 41.453 vínculos formais de emprego, deste modo a região no mesmo ano representava 13%, em relação ao Estado. Em 2002, Vilhena concentrava 79,5% dos postos de trabalho nesta atividade, comparada a região, havendo desconcentração, variando para 61,8% no ano de 2017. Vilhena ocupa a terceira colocação, atrás de Ji-Paraná (5.453) e Porto Velho (8.760).

Ao observar melhor os dados, observa-se que as atividades industriais da região de Vilhena são em sua maioria intrínsecas às atividades relacionadas com o agronegócio. Na atividade de “Abate e fabricação de produtos de carne” extraída do CNAE 2.0, verifica-se que os dois municípios da região comportam frigorífico de abate, Vilhena e Chupinguaia, destoam dos demais nesse contexto. Chupinguaia apresentando 1.101 vínculos e Vilhena 1.384. No caso de Chupinguaia os vínculos do setor industrial são basicamente todos oriundos da atividade descrita, 95,6%. Já em Vilhena essa variável corresponde a 41,7% dos vínculos presentes no setor industrial.

Em nível estadual, o “abate e fabricação de produtos de carne” representava 11.658 vínculos formais em 2017, sendo o 3º maior provedor de emprego formal no Estado, apresentando significativa evolução, tendo em vista que em 2002 o setor se posicionava em 11º em número de vínculos formais de emprego. Vilhena e Chupinguaia somados correspondiam a 21,32%, em comparação com o Estado.

Enfim, os vínculos do setor industrial, não se apresentam como significativas na região, salvo os dois municípios destacados pelas questões supracitadas. Mesmo assim, os números e a dinâmica histórica, demonstram que o setor industrial na região é desenvolvido a partir da extensão do setor

agropecuário, logo não seria possível eleger algum deles como “cidade industrial”.

As características destacáveis sobre o posicionamento estratégico de Vilhena, se referindo à BR-364, como um imprescindível elemento que faz com que Vilhena ganhe destaque, aparece em muitos trabalhos e reportagens. Dessa forma, intentou-se em analisar os dados correspondentes a 2017 desse setor, para verificar se com o número de vínculos formais de emprego essa lógica se sustenta. Tal variável, extraídas da “CNAE 2.0 grupo” corresponde a somatória das atividades: comércio de veículos automotores, manutenção e reparação de veículos automotores, comércio de peças e acessórios, transporte rodoviário de passageiros e transporte rodoviário de carga.

A região de Vilhena (menos Vilhena) apresenta somente 102 vínculos formais, essas atividades se concentram em Vilhena, apresentando 1.349 vínculos, de um total de 10.129 no Estado, correspondendo a 13,3%. O segundo município da região com maior número de vínculos é Cerejeiras com apenas 56. Dessa forma fica evidente a estruturação em torno dessa atividade em Vilhena, consubstanciando a assertiva amplamente difundida de que a localização geográfica de Vilhena tem importância na dinâmica dos fluxos.

O comércio (Tabela 21) é o segundo setor que mais possui vínculos formais de emprego na Região de Vilhena, atrás somente do setor de serviços, representava, em 2017, 27,6% do total. Porém, não se distribuindo de forma contínua na Região, Vilhena concentrava 75,1% dos vínculos totais nessa variável, Colorado do Oeste e Cerejeiras, proporcionalmente também merecem destaque. Sendo 33,2% dos vínculos formais de Colorado do Oeste, 35,3% de Cerejeiras.

Tabela 21 – Vínculos formais - Variável comércio

Município	2002	2006	2010	2014	2017
Vilhena	2.473	3.814	5.581	6.061	6.209
Cerejeiras	339	449	642	880	835
Colorado do Oeste	338	407	522	674	798
Chupinguaia	19	60	128	192	194
Corumbiara	15	70	143	188	147
Cabixi	25	38	61	83	82
Pimenteiras do Oeste	4	5	4	14	8
Total	3.213	4.843	7.081	8.092	8.273

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes

No ano de 2017 o Estado apresentava 82.931 vínculos formais nesse setor, sendo 10%, ocorridos na região de Vilhena. Em Vilhena o comércio representava 31,3% dos vínculos formais de emprego. Há casos no outro extremo, como nitidamente em Pimenteiras do Oeste o comércio praticamente não existe enquanto forma vínculo formalizado (sabe-se que em pequenos municípios a informalização é recorrente), em Chupinguaia ele representava apenas 6,7%. O comércio, dessa maneira não aparenta ser um elemento presente da mesma forma nos componentes da Região.

O setor de serviços (Tabela 22) é um forte componente levado em conta nos cálculos de polarização e de comando nas instituições que fornecem esses tipos de estudos, como os Regic's (IBGE, 2000a, 2008a) já analisados nessa pesquisa, e outras regionalizações que hierarquizam as cidades conforme seus contextos. Dessa forma, caracteriza-se como um importante componente da analítica proposta por essa pesquisa, pois demonstrará se a quantidade de vínculos formais nesse setor coaduna com a ideia de que Vilhena possui o setor de serviços desenvolvidos, para atender uma região, e se essa região é deficitária no setor.

Tabela 22 – Vínculos formais - Variável serviços

Município	2002	2006	2010	2014	2017
Vilhena	2.977	4.211	6.336	8.350	8.441
Colorado do Oeste	690	839	769	881	975
Cerejeiras	566	647	1.112	991	958
Chupinguaia	318	543	581	667	680
Corumbiara	265	326	363	437	438
Cabixi	257	258	305	329	396
Pimenteiras do Oeste	185	174	198	267	310
Total	5.258	6.998	9.664	11.922	12.198

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes

Em números Vilhena é o terceiro município do Estado, atrás de Ji-Paraná (11.098) e Porto Velho (121.883). Embora se mostre significativamente concentrado em Vilhena com 69,2%, esse setor a nível estadual constitui apenas 6,1%. Nenhum dos outros municípios da região de Vilhena apresenta números que chamem a atenção.

Desse montante, destacam-se os serviços relacionados à educação privada, compreendendo cinco especialidades diferentes, comportando 563 vínculos de empregos formais. O Ensino Superior nesse contexto apresenta 220 vínculos formais de emprego em Vilhena, em Rondônia esse número

chega a 6.009, sendo a 11^o maior provedora de vínculos formais no Estado no ano de 2017. Essa característica do Ensino Superior privado já foi discutida anteriormente, e dessa maneira, reforça a noção de estrutura organizada, para que Vilhena seja um polo no setor.

Historicamente Vilhena já se posicionava num patamar bem acima em relação aos serviços se comparado a Região, desde 2002 apresenta números superiores, e, além disso, apresentou significativo crescimento no período analisado, demonstrando que a atividade que já era simbólica, se consolidou.

Por fim, a Administração Pública (Tabela 23), compreendida pelo IBGE como “Administração do estado e da política econômica e social” extraída do “CNAE 2.0 grupo”. Nada mais são do que os servidores públicos, alocados nos municípios.

Tabela 23 – Vínculos formais - Variável Administração Pública

Município	2000	2006	2010	2017	2017 (%)*
Vilhena	733	1.990	2.402	2.903	14,63
Colorado do Oeste	274	534	526	589	24,52
Cerejeiras	350	506	935	607	25,66
Chupinguaia	231	533	556	564	19,54
Corumbiara	146	315	340	380	31,67
Cabixi	191	246	279	340	46,58
Pimenteiras do Oeste	85	167	192	288	50,53
Total	2.010	4.291	5.230	5.671	30,45

*Proporcional ao total de vínculos formais totais de cada município em 2017.

Fonte: MTE (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes, 2019.

Em números proporcionais Vilhena concentra 51,19% dos vínculos, em relação à região. Já em comparação com o número total de vínculos formais de Vilhena, a participação é de 14,63%.

Configurou-se em todos os casos como um importante elemento, independente da proporção do município. Salvo dois casos isolados que apresentou decréscimo (Colorado do Oeste período 2006-2010 e Cerejeiras 2010-2017), demonstrou crescimento, tanto no polo como nas cidades pequenas.

Aliás, nas cidades menores, os vínculos formais oriundos do serviço público são expressivos, nota-se, na coluna “2017 (%)”, referente à proporção da população empregada no setor. Outro caso que destoa é de Porto Velho, por ser capital do Estado, acumula atividades de administração pública, desse

modo, em 2017 apresentava 80.648 vínculos, concentrando 66,89% dos vínculos formais de emprego nesse setor no Estado.

De uma maneira geral, embora tenha-se abordado os vínculos formais de forma categórica, sem analisar com profundidade as procedências relacionais de uma variável com outra, a título de caracterizar os perfis de cada localidade não podemos ignorar que a força motriz que faz deslanchar os outros indicadores na região é o agronegócio.

Como observam Pereira e Kahil (2010) o agronegócio racionaliza um conjunto de atividades modernas, que especializa não só o campo, mas também na cidade, onde se manifestam as condições de reprodução do capital empregado no agronegócio. Analisando Vilhena no ano de 2010, Pereira e Kahil já visualizavam as tendências dos empregos.

a cidade e o urbano em Vilhena parecem estar em sintonia com o desenvolvimento da produção agrícola moderna. Apesar de ser o maior produtor de cereais do estado de Rondônia, é no segmento de serviços que está alicerçada a maior parte das atividades econômicas do município (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 303).

Segundo os autores esse é um processo comumente observando na lógica da territorialização da cidade por meio da atividade da agropecuária moderna reorganizando a produção (agrícola e industrial), mas indo além e se expandindo para a produção não material (comércio, finanças e serviços), fato também observado por Costa Silva (2014).

Há sem dúvida nessas visões através do território, uma explicação para determinadas evoluções nas atividades urbanas no polo regional. Mas isso não elimina nossa concepção de que independente da característica motriz, a polarização manifesta-se como um elemento de concentração e de desigualdade.

Dessa forma, se alguma regionalização fosse pautada unicamente nas características de empregos formais dos municípios, entende-se que não seria possível encontrar nenhum núcleo de análise (coesão, continuidade, estabilidade, mesoescala,) que pudesse justificar a diferenciação dessa área, pois ela *per si* provém de uma pluralidade de características, muito provavelmente proveniente de suas particularidades históricas e estruturais.

Por outro lado, o que pode-se afirmar é que dado qualquer cenário que fosse em relação a emprego, no desenho infraestrutural como esta posto, Vilhena seria aspirante a polo regional sem muitas dificuldades. O que

advogamos é que a pauta funcional sobressai a origem da dinâmica, evidentemente no plano teórico.

4.4 INDICADORES SOCIAIS

A ideia nessa pesquisa, de se abordar os índices sociais, tem como referência o método valorizado pela mesma, ou seja, dar qualidade as quantidades, objetivando encontrar padrões que corroboram com a teoria de polarização e regionalização, ao tomar os valores de modo comparativo entre os municípios. Entende-se que a amostragem feita anteriormente em relação ao PIB é considerada limitada à questão econômica e de caracterização da produção.

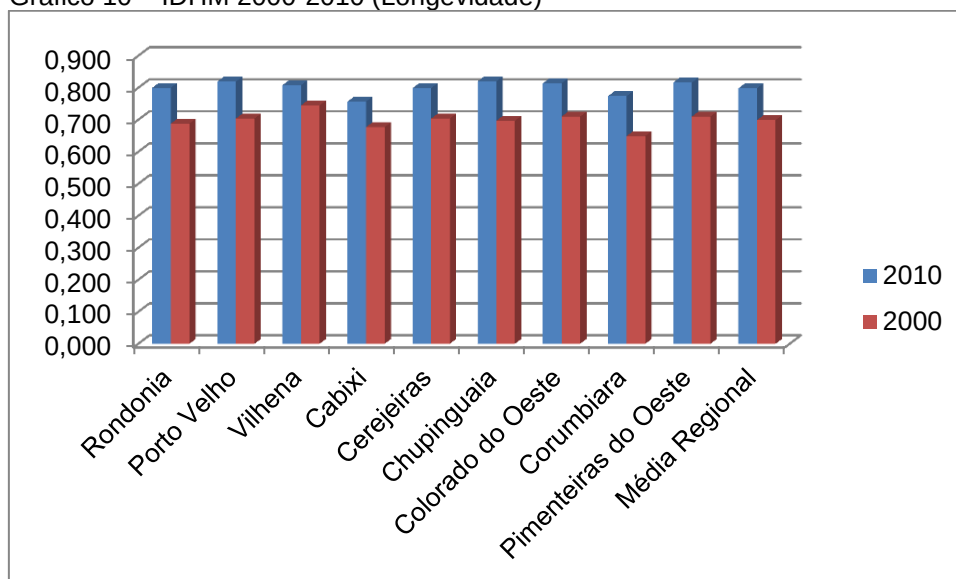
Aliás, o próprio PNUD (2013) já identifica tal pertinência, entendendo o Atlas Brasil como contraponto ao PIB: “O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico” (PNUD, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) leva em consideração, assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), três componentes (longevidade, educação e renda), adequando a metodologia ao contexto brasileiro. Traçando uma comparação entre os municípios da Região ao longo dos dados disponíveis de 2000 e 2010, calculando também a média regional, para dar uma noção da evolução comparada, podendo assim perceber como se manifesta cada elemento entre seus pares, apresentando-os em forma de gráficos.

Reitera-se que os indicadores em si não satisfazem a noção de realidade, pois ele se galga numa metodologia de média aritmética, resultando numa abordagem sintética, generalista. Neste caso, a equidade social se estabeleceria mais “justa” se o tratamento desigual beneficiasse o sujeito mais carente (SILVA, 2009a).

A longevidade (Gráfico 10) considera a esperança de vida ao nascer em que nela se “sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias” (PNUD, 2013). É uma importante abordagem, pois foca no sujeito, enquanto corpo em si, não apenas como uma ferramenta ativa da sociedade, que em muitos casos, é compreendida como mão-de-obra.

Gráfico 10 – IDHM 2000-2010 (Longevidade)



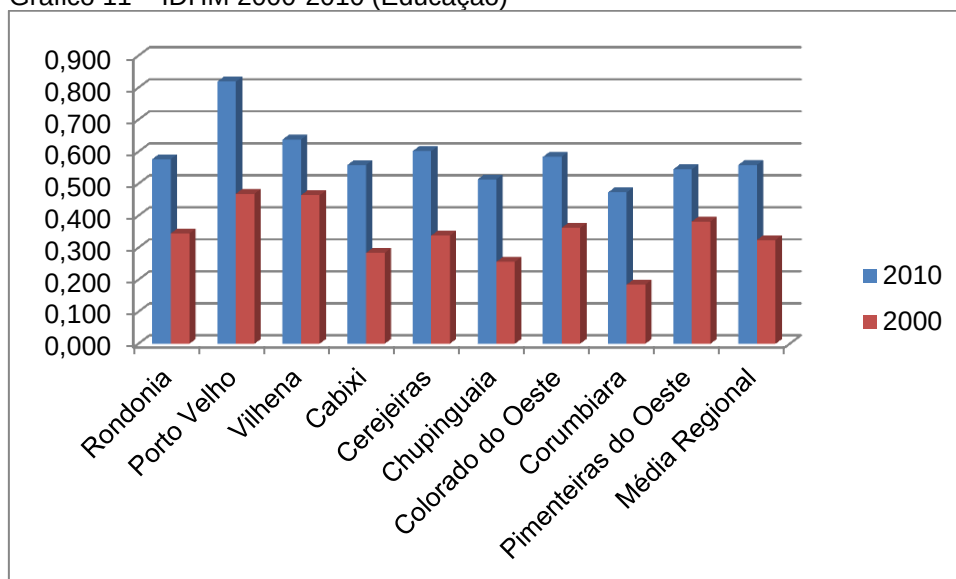
Fonte: ATLASBRASIL (2013).

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Nesse quesito Vilhena se destaca, tanto em relação ao Estado como também em relação a sua região. De um modo geral, a Região apresenta bons índices, os destaques negativos são os municípios de Corumbiara e Cabixi, que se situam abaixo da média regional, média essa que é superior nos dois períodos aos índices do Estado.

A Educação (Gráfico 11) por sua vez, versa muito com a abordagem feita anteriormente em que descreveu-se as condições regionais do ensino e como ela está espacializada (concentrada no polo). Esse indicador tem duas variáveis que compõe a única variável na amostra: escolaridade da população adulta (peso 1) e o fluxo escolar da população jovem (peso 2). No primeiro caso “reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados [...]” e no segundo caso acompanha a “entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular); e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio” (ATLASBRASIL, 2013).

Gráfico 11 – IDHM 2000-2010 (Educação)



Fonte: ATLASBRASIL (2013).

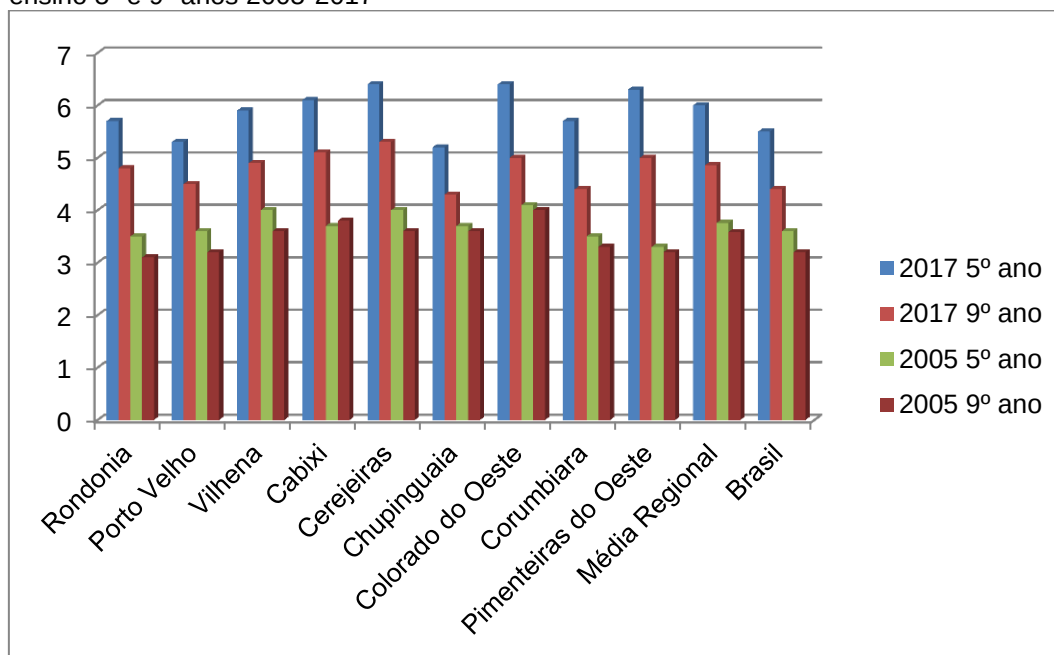
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Na educação, Vilhena possui os índices mais elevados da região nos dois períodos, figurando-se acima da média, ficando acima inclusive dos níveis do Estado em ambos os períodos, porém são índices não muito memoráveis, principalmente de 2010, que embora seja o mais alto da região, está muito abaixo do da capital, por exemplo. Por outro lado, nota-se que todos apresentam significativo aumento no decurso 2000/2010, mostrando uma tendência de nivelamento. Entende-se que a educação não é um predicado regional, a nível de caracterização da mesma.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador utilizado para verificar a qualidade educacional no País, tanto no fator de fluxo como no fator de resultado. É destacado como condutor de política pública em prol da qualidade da educação, o índice varia de zero à dez. Visualizam-se (Gráfico 12) os números da região foco dessa pesquisa, assim como os dados do País, do Estado, capital do Estado e a média regional.

Em absoluto todos os índices demonstram alta evolução, principalmente os do 5º ano. Mesmo assim não há condicionante que configure uma coesão da qualidade de educação nos dados, há diferentes realidades. A média regional é maior do que os níveis estaduais, em todos os cenários. Vilhena nesse contexto, não apresenta-se como destaque. Cerejeiras e Colorado do Oeste, grosso modo, possuem os melhores índices.

Gráfico 12 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (observado) da rede pública de ensino 5º e 9º anos 2005-2017



Fonte: BRASIL (2018b).

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

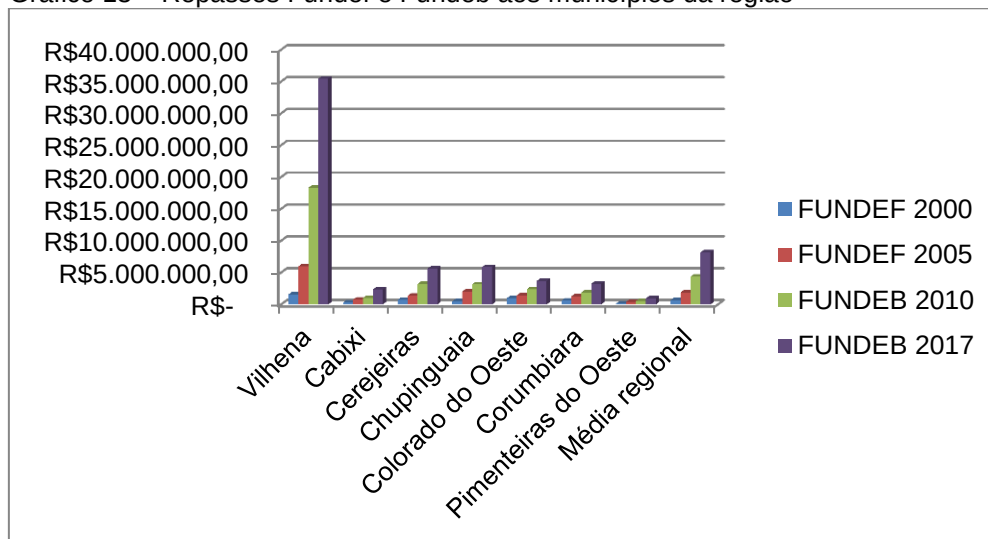
Ainda com relação a Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e posteriormente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FundeB) (Gráfico 13) são investimentos fundamentais, revertidos em repasse aos municípios pela União, em prol do desenvolvimento da qualidade do ensino. Os cálculos de repasse desses fundos levam em consideração, para coeficiente, o montante dos recursos arrecadados pela União e o número de matrículas no ensino público do município e estado das localidades (MEC, 2004; BRASIL, s/d).

É notório que por questões metodológicas que a forma de repasse escolhe que municípios maiores acabem sendo mais assistidos no tocante às quantidades nominais dos valores. Vilhena ainda demonstra ter um aumento vertiginoso no período, que segue a lógica do seu aumento populacional. Devido esse abismo demográfico, apenas Vilhena fica acima da média em todos os anos (exceto no Fundef 2005, em que Chupinguaia também se posiciona acima da média).

Fica evidenciado que o investimento em educação, grosso modo, é veiculado a manter diferenças regionais, embora pese que cada contexto, haja proporção. Contudo, entende-se que se para haver equidade (melhorar os índices, independente de proporção) e retomando a afirmação de que, por

vezes o investimento público em determinadas coletividades (aqui município) deva ser desigual para que o mais carente seja beneficiado, estabelecer como métrica de repasse a quantidade de matrículas, se mostra ineficiente para o desenvolvimento conjunto e elevação da qualidade geral.

Gráfico 13 – Repasses Fundef e Fundeb aos municípios da região

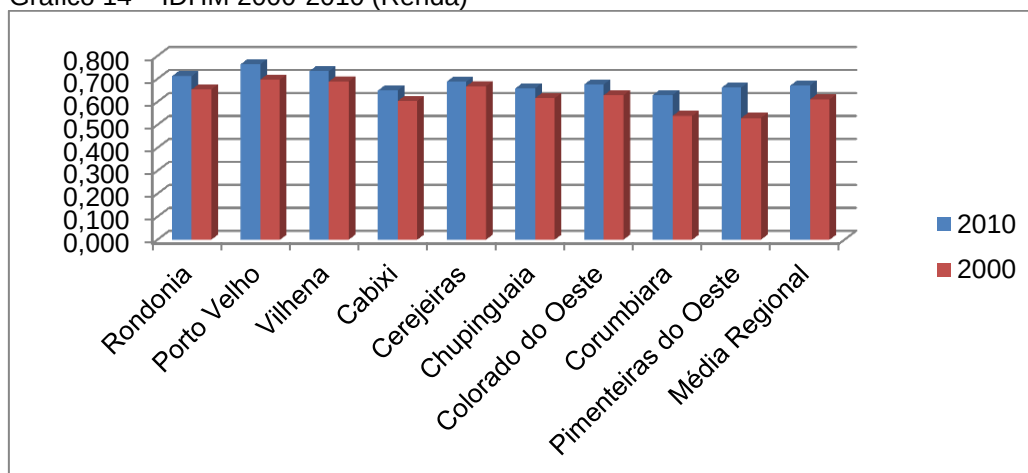


Fonte: BRASIL (2018a).

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

A renda (Gráfico 14) versa objetivamente com duas discussões já realizadas até aqui, a Economia e os postos formais de Emprego no contexto regional. Nela ficam demonstradas, por meio da renda *per capita* a “capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia” (ATLASBRASIL, 2013).

Gráfico 14 – IDHM 2000-2010 (Renda)



Fonte: ATLASBRASIL (2013).

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Nota-se que em Vilhena, onde a renda já era superior no primeiro período, se manteve superior tanto em relação a região quanto em relação ao Estado. A capital Porto Velho apresenta maior renda que Vilhena em ambos os períodos.

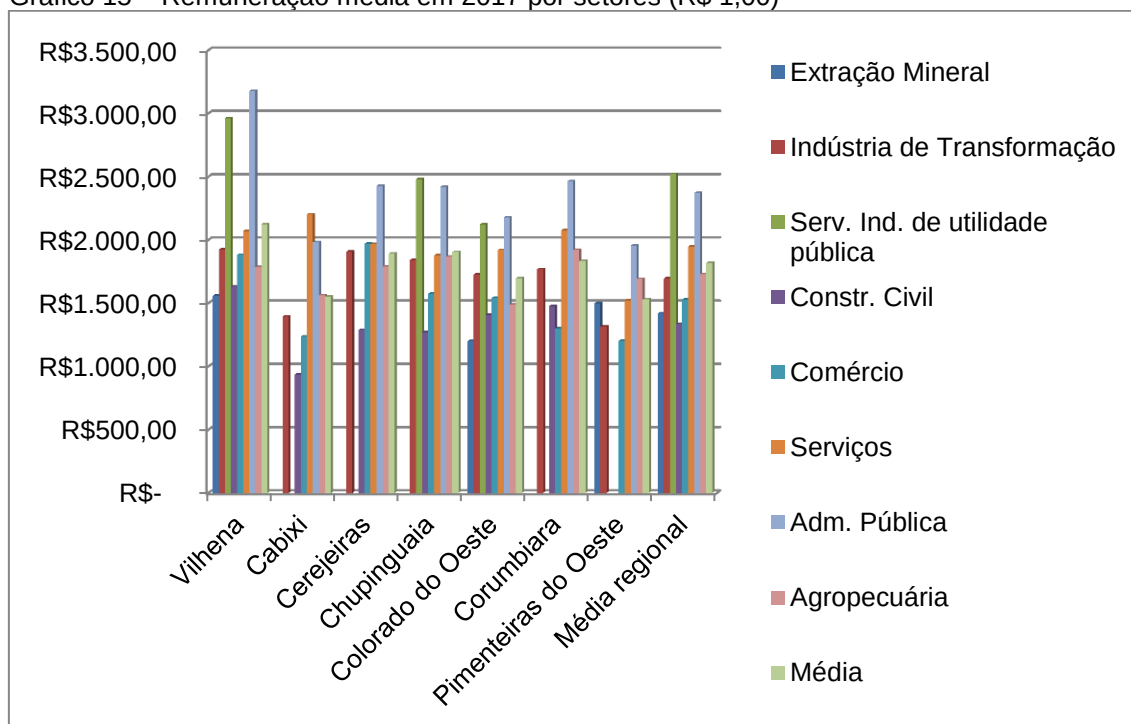
Todavia, o PIB *per capita* do Estado, demonstrou crescimento, indo de 13.456 (R\$ 1,00) em 2009, chegando a R\$ 19.462,61 em 2014. Elevando assim a régua da média, em 2009, 13 municípios apareciam acima da média, em 2010 foram 15 acima, 2013 somente dez e em 2014 apenas nove, ou seja, o PIB *per capita* apresenta-se muito concentrado, tendo em vista que o Estado possui 52 municípios.

Observa-se que nem a capacidade de renda (Gráfico 13), tampouco o PIB *per capita* proporcionam características plausíveis de identificar um padrão na Região, ainda que promovam duas realidades bem distintas, e que fica claro que a o total do PIB dividido pela população residente (ou seja, o PIB *per capita*) não demonstre por si só um componente de qualidade social, tendo em vista que o IDH de capacidade de renda não segue a mesma tendência.

Outro fator interessante em relação ao emprego e à economia, que se materializam em qualidade de vida e capacidade de renda, além de expor a questão do perfil de classes sociais, é a remuneração média dos empregos formais no ano de 2017 dos municípios da região (Gráfico 15).

Entre os setores no nível municipal o que apresenta maior remuneração é a administração pública em Vilhena R\$3.177,63. A nível regional o setor que mais remunera na média é o de serviços industriais de utilidade pública R\$2.521,55 (setor presente em apenas três municípios). No nível estadual esse setor também é o que apresenta o maior valor em remuneração muito acima de qualquer outro setor com média de R\$8.359,00. Como é sabido, é um setor que apresenta valor agregado na produção e requer mão-de-obra mais especializada, diferente da principal matriz que se destaca na Região, que é a agropecuária.

Gráfico 15 – Remuneração média em 2017 por setores (R\$ 1,00)



Fonte: ISPER (2018).

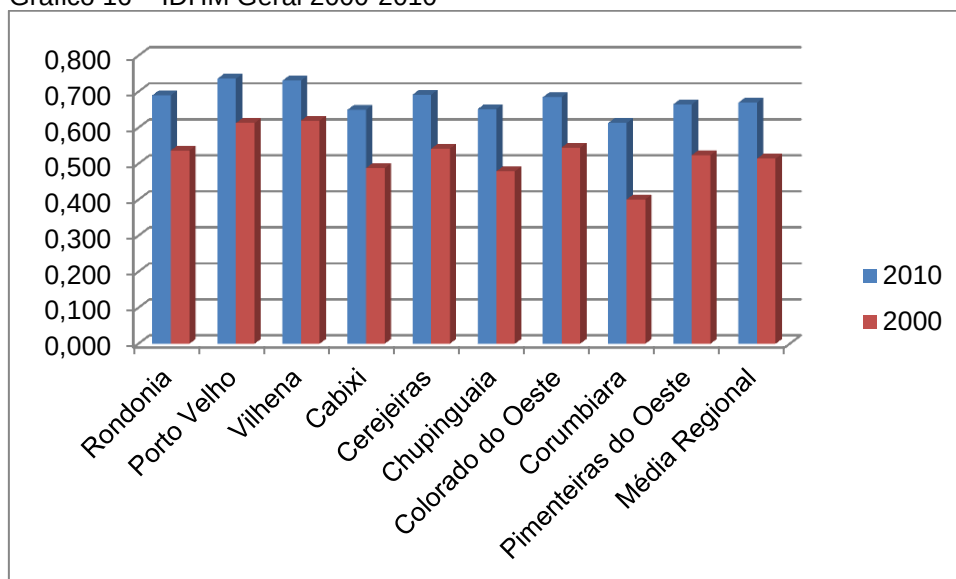
Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Em Vilhena a agropecuária representa a 6ª colocada em remuneração média. Em Corumbiara, que possui seis setores dos oito da amostra, a agropecuária representa o maior valor de remuneração, R\$1.921,96. No nível estadual a agropecuária é a que apresenta a remuneração média mais baixa R\$1.628,20. Na região a remuneração mais baixa provém da construção civil R\$1.336,14, o setor de serviços industriais de utilidade pública no nível regional é o que apresenta a maior média R\$2.521,55 e a agropecuária figura no plano regional como o quinto colocado com R\$1.730,18.

Embora Vilhena seja considerada cidade do agronegócio, conceito que coaduna-se, a discussão a respeito de posto formais de emprego e participação dos setores na economia, demonstra que a agropecuária no município é apenas mais um componente agregador, já outros municípios, se mostram dependentes dessa demanda. Tanto que regionalmente a indústria tem se destacado em Vilhena, assim como os serviços.

Por fim, demonstra-se o IDHM (Gráfico 16), considerado aqui como geral, pois é a aglutinação dos três componentes discutidos anteriormente, ele é “obtido pela média geométrica dos três sub-índices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda” (ATLASBRASIL, 2013). Ou seja, possibilita uma visão panorâmica das realidades sociais que entremeiam cada componente da Região.

Gráfico 16 – IDHM Geral 2000-2010



Fonte: ATLASBRASIL (2013).

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

No IDHM geral, a média regional é menor do que os índices do Estado em ambos os períodos, em 2010 somente Vilhena, Colorado do Oeste e Cerejeiras ficaram acima da média regional, Corumbiara apresenta os piores números em ambos os períodos. Lembrando que Corumbiara no tema discutido anteriormente sobre produção foi um dos destaques de evolução, algo que apresenta-se como oposto nesse caso, embora pese que apresentou crescimento considerável, porém não suficiente para equiparar com municípios pares.

De uma maneira geral, os indicadores sociais seguem a mesma lógica dos fatores econômicos, o polo apresenta quase sempre os maiores índices, além de manter-se evoluindo, vale destaque a questão do PIB *per capita* que Pimenteiras do Oeste (por questões geométricas) é destacável. Entretanto, na capacidade da renda, educação, longevidade Vilhena concentra a maioria dos melhores índices.

4.5 BREVES EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS COLATERAIS DA POLARIZAÇÃO EM VILHENA

A bruma compadecia-se das construções caducas das gerações precedentes: o edifício dos correios, com a sua mansarda de telhas lisas esbeiçadas, os marinetes de tijolo vermelho das velhas casas pesadonas, as fábricas de janelas embaciadas e fuligionosas, os prédios de madeira cor de lama. A cidade estava cheia dessas caricaturas arquitetônicas, que as galhardas colinas mais distantes resplandeciam casas novas, que eram, na aparência, ninhos de riso e de sossêgo.

LEWIS, Sinclair. Babbit. 1922, p. 9.

Nesse momento empreende-se em expor as contradições que indefere o uso do termo desenvolvimento nessa pesquisa (já discutidos na mesoescala regional), que em seu conceito puro refere-se a uma condição em que não ocorra efeito colateral grave em sua prática.

O desenvolvimento estritamente econômico (isto é, crescimento + modernização tecnológica) em uma cidade capitalista costuma cobrar um alto preço, o brilho desse “progresso” é, contudo, tamanho, ou também tão intensificado com a ajuda do *marketing* e da propaganda, que cega a maioria das pessoas. Cabe, no entanto, parar e perguntar: *que “desenvolvimento urbano” é esse, que vem no bojo de tantas e tamanha contradições?* (SOUZA, 2005, p. 96).

O foco nesse tópico é aproximar a análise a uma escala mais detalhista, com finalidade de desvelar a dialética inerente ao crescimento de Vilhena, no que tange à problemática urbanista materializada aqui por meio da segregação socioespacial (bairros desestruturados, sem equipamentos urbanos e distantes dos centros), especulação do uso do solo (loteamentos e condomínios) e o esgarçamento do tecido urbano (descontinuidade e vazio urbano).

Reconhece-se a complexidade existente em conceituar o tamanho de uma cidade, pois as questões classificatórias são sempre subjetivas, dependem, de um modo geral, dos critérios, bem como da linha epistemológica selecionados (SILVA, 2013, p. 60). Outro fator que se soma à complexidade de definição é o contexto que cada realidade proporciona.

Silva (2013) realizando um estudo de comparação entre os diferentes conceitos de “cidade média” apresenta o caso de Sposito (2006; 2010), ao qual coaduna-se no presente estudo. Dessa forma, são apresentadas duas considerações pertinentes: a “cidade média” carrega em sua definição a função da cidade e o “porte médio” é definido como cidade entre 50mil e 500mil habitantes (SILVA, 2013, p. 62).

Nessa conjuntura, considera-se Vilhena uma cidade média e de porte médio. Cidade média pelo fato de possuir um papel de intermediação importante na rede urbana e regional em que se insere e de porte médio pelo seu tamanho demográfico.

Para se ter uma melhor dimensão do processo de urbanização de Vilhena, é fundamental compreender outras duas questões, histórica e econômica, que nesse contexto são imbricadas e correlacionadas com a questão agrária e seus processos dialéticos. A formação territorial de Vilhena tem como “velho” uma economia galgada na madeira, posteriormente agropecuária e que a partir de 1990 começa a moldar o “novo”, o agronegócio de grão (RICARTE, 2017, p. 136-137). Período este que é marcado como inserção do capital globalizado e consigo algumas redefinições, entendido pelo autor citado como “nova economia”.

A inserção de Vilhena nessa “nova economia” proporcionou mutações significantes em seu espaço rural. Uma dessas transformações é vista no total da população rural do município que, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), mostra que 5% que em números representa 3.975 habitantes rurais. A redução quantitativa da população no campo, especificamente, das famílias camponesas constitui outro mecanismo da regionalização do agronegócio. (RICARTE, 2017, p. 137).

Segundo dados do censo de 2000 (IBGE, 2000b), Vilhena possuía 5,59% de população rural, em 1991 (IBGE, 1991b) esse percentual era de 12,1%. Vilhena, nesse recorte, já demonstrava singularidade com relação ao Estado. Rondônia, em 1991, apresentava 41,8% de população rural (IBGE, 1991b), em 2000 esse número reduziu para 35,9% (IBGE, 2000b) e conforme o censo de 2010 diminuiu para 26,45% o número de população residente em domicílio rural (IBGE, 2010b).

Nota-se, que embora haja uma significativa diferença entre os números de Vilhena e do Estado, a tendência de redução da proporção da população rural foi consonante. Relembra-se, Vilhena possui 11.699,27 Km² de superfície territorial (RONDÔNIA, 2015), sendo que 57,15% dessa área pertencem ao Parque Indígena Aripuanã (TERRAS INDÍGENAS, 2018). Algo que influenciou, por exemplo, na divisão em Regiões rurais (IBGE, 2015b).

A redução da proporção da população rural é notória, no entanto, destaca-se que em números efetivos, a população rural em Vilhena oscilou, em 1991 eram de 4.750 habitantes (IBGE, 1991b), em 2000, esse número se reduz

para 2.997 habitantes (IBGE, 2000b) e em 2010 o número apresentado era de 3.984 habitantes residentes em domicílio rural (IBGE, 2010b).

O que fez com que a taxa percentual mostrasse tendência de redução foi a proporção de crescimento da população urbana. Em 1991 Vilhena contava com 34.513 habitantes urbanos (IBGE, 1991b), em 2000, esse número sobe para 50.601 habitantes (IBGE, 2000b) e, em 2010, subiu para 72.218 habitantes residentes em domicílio urbano (IBGE, 2010b).

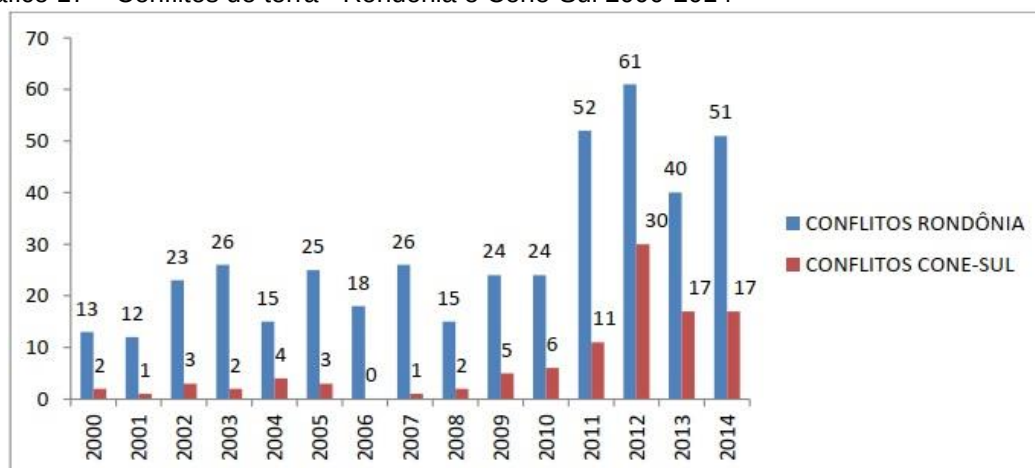
Conforme sitio oficial da prefeitura de Vilhena, a cidade possui oito condomínios horizontais de lotes, oito loteamentos, e 83 setores urbanos (VILHENA, 2018c).

Dado esse contexto, entende-se que devido fatores históricos derivados do tipo de geopolítica de ocupação, o acesso a terra, nesse caso, sempre foi reduzido, mesmo em período pré-expansão capitalista agrícola, e atualmente na forma de latifúndios monocultores, não possibilitando que ao campo fosse possível um período de maturação enquanto uma expressão sociocultural da região, um tipo de regionalismo. Um efeito colateral evidente desse processo é observado por Ricarte (2017):

No espaço agrário de Vilhena, a psicosfera está presente na organização socioespacial construída ao longo de décadas, ela está ativa na forma de ocupação e uso do solo, nos sistemas e técnicas usadas na produção, nas relações sociais de trabalho, no êxodo rural e na urbanização do campo. Foram essas mudanças que transformaram o modo de vida camponesa do meio rural de Vilhena (RICARTE, 2017, p. 148).

Aliás, o conflito agrário, que por si só já desmontaria a argumentação baseando no cunho de “desenvolvimento” para Vilhena e região é algo muito presente, conforme apresenta o (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Conflitos de terra - Rondônia e Cone-Sul 2000-2014



Fonte: Ribeiro (2016, p. 126)

Esses dados, dentre outros, apresentados por Ribeiro (2016) levaram o autor a destacar como determinantes do problema: o avanço do agrohidronegócio, consolidação de concentração de terras para a produção de *commodities* (principalmente soja), a participação crescente de posseiros, o interesse renovado nas terras por conta do programa Terra Legal¹⁷, anulação dos Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATPS), criminalização da luta por terra, entre outros (RIBEIRO, 2016, p. 126-140). Ou seja, a fronteira em expansão, além do êxodo rural, constitui um palco de conflitos para legitimidade do poder no território, uma constante luta de classes.

Olhando agora para a cidade de Vilhena que além do aparelhamento regional como conduto para altivez, congrega outra particularidade do processo de crescimento urbano relacionado com o modo operante da fronteira agrícola. Silva (2009), em sua tese que tem como objeto a cidade de Jataí, no estado de Goiás, considerada “cidade do agronegócio” do sudoeste goiano, em que passou por processo de modificação produtiva, da agropecuária para agrícola, entende que “hoje a cidade se apresenta alterada em função, principalmente, do processo de reprodução do capital imposto com a chegada da fronteira agrícola” (SILVA, 2009b, p. 51). Do modo que:

A produção agrícola desenvolveu-se concomitante à mecanização do processo de produção, ao avanço do trabalho assalariado, à incorporação do trabalho especializado, ao êxodo rural, à “tecnificação” do espaço, ao crescimento da cidade, bem como a uma série de mudanças sócio-culturais e econômicas. (MELO, 2003, p. 85 apud SILVA, 2009b, p. 51).

Características estas que se assemelham muito com as de Vilhena, ao passo, em que se pode considerar que o processo se repetiu, ainda que em Jataí-GO, tal lógica se inicia a partir da década de 1970, e em Vilhena, a partir da década de 2000. Leia-se, Vilhena se encontra no momento histórico de acelerada *refuncionalização* impactada pela globalização sobre o urbano (CORRÊA, 2006, p. 262).

As especializações produtivas criadas podem estar associadas às novas demandas da produção agrícola regional, referenciada agora a novos patamares tecnológicos e de renda e a novos padrões socioculturais, São em realidade, atividades criadas no âmbito da industrialização do campo. Podem, por outro lado, não estar, senão

¹⁷ De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal tem por objetivo regularizar 67,4 milhões de hectares de terras da União (glebas federais) ocupadas por posseiros na Amazônia Legal, que possuam posses de até 15 módulos fiscais e não superiores a 1.500 ha, cujas posses sejam anteriores a 1º de dezembro de 2004 (RIBEIRO, 2016, p. 25-26).

remotamente, associadas às atividades agrícolas regionais [...] As especializações produtivas podem também ser criações das elites locais que necessitam encontrar outras atividades que lhes permitam manter-se como tais. (CORRÊA, 2006, p. 267-268).

A discussão do autor refere-se à pequenas cidades (para ele, com menos de 50 mil habitantes) que no bojo da globalização podem se configurar como pequenos centros regionais, entende-se que embora nesse estudo trate-se de uma cidade fora dessa categoria, a realidade é correlata, e que, sem dúvida, no processo de modificação produtiva, Vilhena assume uma *refuncionalização* guiada na esteira do agronegócio.

O crescimento urbano acelerado, desse modo, fez e faz com que em Vilhena a parcela do solo urbano adquirisse alto valor de troca, a expansão urbana é cadenciada pelo ritmo mercadológico, aglutinando novas áreas, distribuindo setorialmente os habitantes, por meio do esquadramento do chão. Na Figura 11, estão distribuídas as posições aproximadas em que as fotos de campo foram tiradas (o número refere-se à mesma numeração utilizada na transcrição do texto).

Figura 7 – Localização das fotos tiradas em campo no dia 22/11/2018



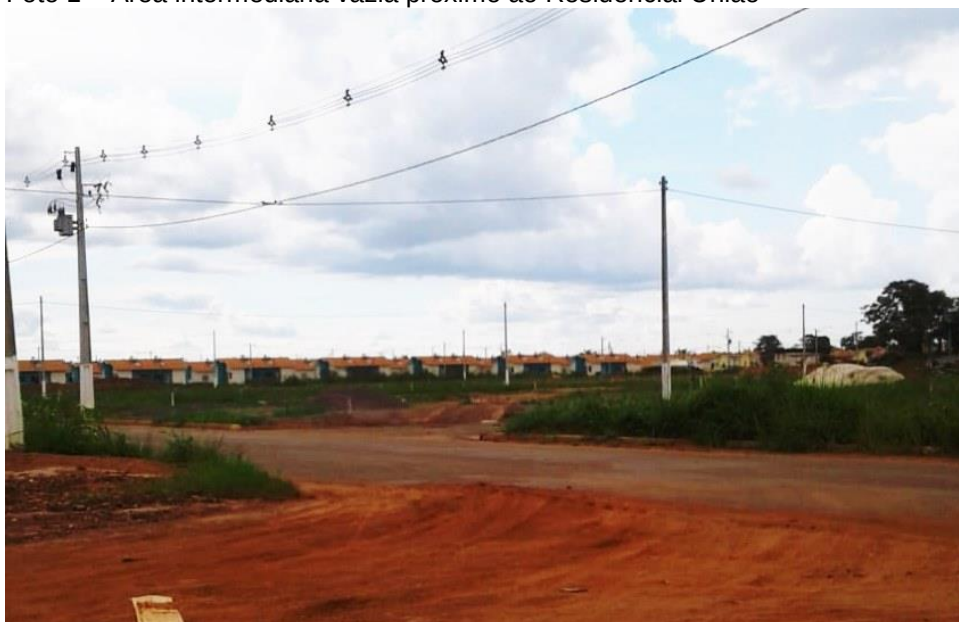
Fonte: Google maps (2018)

Organização: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Há, em Vilhena, bairros que representam a segregação socioespacial, como por exemplo, são os casos do Residencial União (Foto 1) e Residencial Alvorada (Foto 2), que são conjuntos habitacionais populares, muito distantes dos centros urbanos e com extensas áreas intermediárias vazias no percurso.

Na imagem (Foto 1), visualiza-se a fase de ampliação do, na época, “maior conjunto habitacional popular” da cidade, que é “resultado do convênio entre a Prefeitura e o Governo Federal. A obra conta com recurso do Ministério das Cidades e contrapartida do município” (EXTRA DE RONDÔNIA, 2014).

Foto 1 – Área intermediária vazia próximo ao Residencial União



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

O conjunto, apesar de ser em uma área, próxima ao periurbano, demonstra a desnecessária descontinuidade do tecido, tendo em vista, que possui um vazio urbano, no intermédio entre a cidade e a sua expansão. Mesma situação encontrada no Residencial Alvorada (Foto 2), porém, com o atenuante da maior distância, e maior proporção de vazio urbana na intermediação, cidade expansão.

Foto 2 – Residencial Alvorada



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Existem bairros que não foram “planejados” como estes, mas que também configuram-se como segregados e descontínuos, são exemplos, o Setor 13 (Foto 3) e o Setor Santo Antônio (Foto 4).

Foto 3 – Setor 13



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

O setor 13 é de longe, o mais afastado do tecido urbano, torna explícito o esgarçamento do tecido, descortinando a luta de classes e suas respectivas “liberdades”. Desde a posição do bairro, bem como suas vias de acesso.

Foto 4 – Setor Santo Antônio



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

Visualizou-se também casos de bairros que localizam-se no entremeio de áreas intermediárias, com consideráveis vazios urbanos, como no caso do bairro Barão do Melgaço III (Foto 5) e Cidade Verde III (Foto 7), ambos situados na margem da BR-174.

Foto 5 – Barão do Melgaço III visto da margem da Br-174 sentido Vilhena



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018).

O Barão do Melgaço III (Foto 5), é um exemplo da descontinuidade do tecido urbano, causada por desnecessária expansão do perímetro urbano, localiza-se após uma área de preservação permanente (Foto 6).

Foto 6 – Contato entre o preservado e o urbano



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

No lado oposto ao da Foto 6, a prefeitura construiu, uma bosque com lago e pistas de caminhada (Foto 7), além de um trecho de acesso (ciclo via), convém ressaltar, que, ao lado da área do bosque e de frente com o bairro Barão do Melgaço III, localiza-se o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) – Campus Vilhena.

Foto 7 – Bosque com lago situado entre o Barão do Melgaço III e Residencial Santos Dumont II



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Cidade Verde 3 (Foto 8), situa-se dentro do tecido urbano, diferentemente do Barão do Melgaço III, não há área intermediária de preservação permanente (embora, faça contato com tal área também).

Foto 8 – Cidade Verde 3 visto da BR-174 sentido Vilhena



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Há, contudo, uma peculiaridade, sua posição no tecido se encontra logo após uma antiga região de indústrias (Setor Industrial), sem asfaltamento e com *urban design* dominado por galpões, oficinas e afins. Outra característica do Residencial Cidade Verde 3, é estar localizado, próximos à Condomínios fechados, dentre eles, Condomínio Eco Resort Campos Elísios, Condomínio Boulevard Premium e Los Angeles. Do mesmo lado da BR-174 que o Barão do Melgaço III, porém, após o bosque e o IFRO, localiza-se o Residencial Santos Dumont II (Foto 9). Empiricamente, constata-se que se refere ao bairro mais vazio da cidade.

Foto 9 – Residencial Santos Dumont II



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Em outro caso (Foto 10), verifica-se similaridade, mesmo que situam-se em localidades relativamente opostas.

Foto 10 – Área especulativa



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Nota-se que alguns fenômenos se repetem, mesmo que distantes. Como no caso do imenso vazio urbano (Foto 10), localizado no acesso do Residencial Orleans, sentido Avenida Paraná.

Nesse caso, uma peculiaridade chamou a atenção, nesse “vazio urbano”, há uma pequena criação bovina, um curral e uma casa de madeira antiga com referência de ser uma selaria, evidenciando um desencontro social, no espaço e também no tempo.

Outra forma de uso do solo urbano que chama a atenção em Vilhena, são os condomínios fechados, existe um que se nomeia de Eco Resort. No total em Vilhena, existem oito condomínios fechados.

A forma como a população se distribui no tecido urbano de Vilhena cristaliza um arranjo urbano desigual. Parafraseando Silva (2009b, p. 99) em Vilhena o juntar das peças desse quebra-cabeça revela, espacialmente realidades distintas: bairros nobres e loteamentos populares; condomínio fechado e conjuntos residenciais; o verde das praças e o tom avermelhado das ruas nuas. Enfim, encontros e desencontros num desenvolvimento que se contradiz ao não ocorrer de forma igualitária.

A economia se especializa em Vilhena conforme a lógica típica de campo moderno, encontrados na literatura, entre outras, com duas definições: “Milton Santos (1992, 2000, 2001) denominou ‘cidade do campo’, ou ainda o que Denise Elias (2006) tem recentemente chamado como ‘cidade do agronegócio’” (PEREIRA, 2009, p. 201). Desse modo entende-se que em Vilhena:

[...] é o meio urbano que concentra as principais empresas que dão suporte às atividades agrícolas [...] além das vendas de sementes, agrotóxicos e corretivos; bem como outras empresas públicas e privadas que oferecem crédito, serviços de transporte, etc., atividades fundamentais à produção agrícola moderna no sul de Rondônia (PEREIRA, 2009, p. 202).

Em sua pesquisa Pereira (2009) destaca que seria apenas uma única avenida (Av. Major Amarante) que concentraria a quase totalidade das atividades comerciais e de consumo moderno da cidade.

Entretanto, de lá para cá, pode-se afirmar que a Avenida Melvin Jones (Foto 11) e a Avenida Paraná (foto 12) configuram se como importantes subcentros de atividade comercial.

Foto 11 – Subcentro comercial Avenida Melvin Jones



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Percebe-se na imagem (foto 11), que parte da via esta encoberta por terra, acontece, que os bairros paralelos à avenida Melvin Jones, considerados nessa caso, de área intermediárias, não contam com asfalto, em quase sua totalidade, fato esse que não impediu que a avenida se consolidar como um subcentro expressivo localmente.

Foto 12 – Subcentro comercial Avenida Paraná



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Em Vilhena ainda encontra-se o Park Shopping Vilhena, o único *Shopping Center* da Região, bem como o único Cinema. Além disso, outras duas empresas de grande porte abriram suas filias na cidade. O Atacadão,

inaugurado em 2016 (Grupo Carrefour) e a Loja Havan (Foto 13) inaugurada em 2018.

Na foto 13, ao fundo a bandeira do Brasil hasteada é uma das marcas registradas do Atacadão (localizado na avenida Celso Mazzuti, marginal da BR-364), entretanto, trata-se de uma filial do grupo francês Carrefour (o Atacadão foi fundado em 1962 como empresa brasileira, no ano de 2007 foi adquirido pelo grupo francês) (ATACADÃO, 2018). E em contraste, uma réplica reduzida da estátua da liberdade (um símbolo americano), marca registrada da Havan (localizada na avenida Marechal Rondon, marginal da BR-364), bem como o estilo do prédio inspirado na Casa Branca (sede do Governo dos Estados Unidos da América) (HAVAN, 2018).

Com relação às empresas falas como essa, na mídia, sobre o Atacadão: “Além dos cidadãos de Vilhena, moradores de municípios vizinhos como Chupinguaia, Pimenta Bueno, Espigão d’Oeste e Colorado do Oeste também serão beneficiados pela inauguração” (FOLHA DE VILHENA, 2016) chamam a atenção para o consciente social da escala do empreendimento.

Foto 13 – Loja Havan e Atacadão



Fonte: Natan Gurkewicz Nunes (2018)

Pereira (2009) percebe ainda que paralelo à BR-364, no perímetro urbano, “existe concentração de concessionárias de máquinas e equipamentos

agrícolas, bem como das revendas de insumos agropecuários” (PEREIRA, 2009, p. 202).

Enfim, considera-se que o crescimento urbano em Vilhena, perpetua a divisão social em classes, estando muito bem definidos locais e seus respectivos valores de troca. As áreas de vazios urbanos, que localizam-se entre áreas loteadas e bairros consolidados, é significativa, ao passo, que pode-se considerar que elas obedecem a um propósito implícito, ao qual opina-se que são para fins especulativos. Pois, levando em conta tal número de áreas vazias, o tecido urbano de Vilhena seria menor e suficiente, caso este que se repete em praticamente todos os municípios, em diferentes proporções, demonstrando assim uma típica forma de urbanização do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inquietação que antecedeu qualquer letra produzia ainda na fase de projeto objetivamente se manteve a mesma, buscar compreender como e por que Vilhena se tornou o alvo de concentração demográfica, e como que isso se materializa através da relação regional e da existência de elementos fixadores (emprego, estrutura, serviços, enfim qualidade de vida) respaldados por várias formas (planejamento, administração, investimento).

Acredito que o recorte temporal proposto 2002-2017, que aborda a até então emergente inserção de novas culturas, e um momento de desenvolvimento tecnológico mundial possa dar inteligibilidade para o supercrescimento de Vilhena, e a letargia que acometeu a região. Tornando alguns lugares mais atrativos do que outros, principalmente para o sujeito que é “fluxo” e não é “fixo”.

Escolheu-se para compreensão a categoria Região e seus núcleos centrais de análise, pois acreditamos que eles dão conta de propor uma interpretação que dê inteligibilidade para o polo e seu conjunto regional, tendo em vista que o polo necessariamente faz parte da região, mesmo possuindo função única no conjunto.

O primeiro ponto é sobre a agricultura, ela é um componente distribuído na região na forma de produção, é sem dúvida uma região de produção de destaque no contexto estadual, e por vezes até mesmo nacional. Concorre que do viés teórico proposto, o polo faz com que de fato haja ali uma função para os envolvidos regionalmente, entretanto, o polo assume a característica mais significativa, de logística (*trading*) e industrialização (abate e processamento de carne, indústria de óleo de soja, ração animal, entre outros). Enquanto que a Região caracteriza-se como fornecedora das matérias necessárias, presumindo-se assim, que os ingredientes do ambiente natural são elementos *sine qua non* desta equação.

Nesse contexto pode-se dizer que há planejamento de polarização e não de regionalização. Pois a mesoescala insere Vilhena como um conduto das “riquezas” da Região. Sobre a coesão de fato existe regionalmente, pois eles se interagem pela mesma causa. É uma singularidade regional, tendo em vista os números da produção e afins. Há estabilidade, pois as funções estão definidas e assumidas pelos fixos e fluxos que efetivamente existem. E a

continuidade existe, pois os ingredientes se manifestam e dinamiza o conjunto, cada qual a seu modo. Entretanto, embora todos os objetos de análises estejam presentes e cumprindo funções, pode-se afirmar que Vilhena nessa lógica, mais drena do que irriga a região.

Os elementos estruturais, que se manifestam através de serviços (educação superior, saúde especializada, manutenção), em Vilhena se mostra muito mais centralizadora, em todos os termos, ela acaba polarizando, oferecendo qualidades que inviabilizam a grassa nos outros municípios, manifestado pelo desinteresse de competitividade. Não há aspectos de continuidade, estabilidade, coesão, diferenciação senão vistos como relacional com o polo. Apenas destaca-se a mesoescala, vista como abrangência de mercado por parte dos interesses, fazendo assim a região interagir não entre si, mas das unidades com o polo.

Nos aspectos sociais abordados, excetuando o polo, há uma certa paridade, caracterizando a região como uma realidade similar entre os pares. Em Vilhena, em todos os casos, os índices são superiores que os demais, denotando novamente que o polo nesse caso tem uma realidade diferenciada, que não grassa aos demais.

O comércio é outro elemento que coaduna com o “desenvolvimento” do polo, sua variedade de oferta influencia a demanda regional, a mesoescala é vista como o “mercado”, por isso se sofisticava e evolui, drena da região as possibilidades dos municípios de ofertarem no mesmo nível, irrigando-a assim com os produtos, mas não com a receita.

Ficou claro que todas as variáveis possíveis de promover atratividade estão contidas no polo, muito pela proporção da cidade, o tamanho de Vilhena que reúne fixos imprescindíveis para promover crescimento, em comparativo com os outros municípios é desproporcional e a dinâmica ocorre em cima do interesse apenas do polo e seus equipamentos e o que eles podem oferecer ou agregar. Além de quê, outras cidades ou “rede” de cidades estão distantes da região, algo que beneficia Vilhena.

Mas as contradições existem, o “boom” populacional ocorrido em Vilhena em função da concentração dessas variáveis, se transfigura também em determinadas problemáticas intraurbanas, pois é na cidade que se concretizam as demandas humanas. Destacam-se o esgarçamento do tecido urbano, o baixo índice de empregos formais e a especulação imobiliária, a

qualidade de vida segue um custo, acarretando em desigualdade e a segregação em classes. Características estas, extremamente caras para quem reside no polo, que cresce muito em função da forma de relação que possui com o que lhe é externo.

Ora se nesse período, a Região fosse vista como para além de uma mesoescala de demanda, ou de “reserva de lugares” para extensão produtiva, possivelmente o polo seria mais desenvolvido, mesmo com população mais distribuída regionalmente. Pois o desenvolvimento isonômico, não restringe o polo, mas sim o potencializa, entendemos que quanto mais potência for adicionada a mais elementos distintos, eles se somam.

Parafraseando Pereira e Kahil (2010, p. 307) há de se pensar e privilegiar novas possibilidades de um **desenvolvimento** e de um uso da **polarização** que promovam sociabilidades e solidariedades outras; uma **regionalização** que se preste de forma mais generosa aos habitantes do lugar e da nação.

Por fim, conclui-se que a polarização como foi e é realizada, segue muito mais uma lógica de territorialização das necessidades dos agentes externos do que necessariamente de uma práxis do planejamento regional por vezes propostos, em que o aparelhamento e crescimento do polo é muito mais aleatórios do que teleológico. Ou seja, o polo depende da região assim como a região depende do polo, e nessa equação um está se beneficiando mais do que o outro.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, H. O Zoneamento Ecológico-Econômico na Amazônia e o panoptismo imperfeito. In: **Planejamento e Território: Ensaio sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR/UFRJ/. Ano XVI, Nº 1, Jan-Jul 2002. p. 53-75.

AGOSTINI, Cíntia; DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento local e regional em questão**: uma compreensão a partir do enfoque de uma “economia política neogramsciana” do desenvolvimento contemporâneo. Revista desenvolvimento em questão, Editora Unijuí, Ano 7, n.14, jul/dez, 2009.

ALCÂNTARA, F. V. de; COSTA, J. E. da. As políticas de “desenvolvimento regional”: Um olhar sobre o projeto comunitário do rio gavião no sudoeste da Bahia (1996-2004). **Anais...** in: 19 encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, p.1-22.

AMAGGI. **Armazéns**. Disponível em: <<http://amaggi.com.br/divisao-trading/armazens/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: Nordeste: pólos de desenvolvimento. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

ATACADÃO. **O Atacadão**: Nossa História. Disponível em: <<https://www.atacado.com.br/historia>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

ATLASBRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 23 out 2018.

BATISTA, Josélia Fontenele. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem (1970 – 2012)**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Área Ciências da Terra, Curitiba, 2014.

BERNARDI, Andreza. **Estratégias de desenvolvimento local e regional**: um estudo sobre o circuito das frutas e sua articulação com a região metropolitana de Campinas – SP. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2009.

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais na fronteira**: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH/USP, 2012.

BRASIL. **O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais legais**: Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Ministério da Fazenda,

2013. Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fm.pdf>. Acesso em: 03 nov 2018.

_____. **Consulta das transferências constitucionais:** Fundef e Fundeb.

Tesouro Nacional. 2018a. Disponível em:

<<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:.....>>. Acesso em 03 nov 2018.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em:

<<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 24 out 2018b.

BRAZZA, Fábio. **Pangeia**. Participação: Atentado Napalm. Produção: Léo Casa1. Álbum: Epopeia da poeira cósmica. Gravadora: independent, 2017. (5:35 min). Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=dkPDz63RvNU>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. Geografia Aplicada. p. 249-257. In: IBGE. **Boletim Geográfico**, ano XXIV, n. 185. Março-Abril, 1965.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Capacidade estática**. Disponível em: <<http://sisdep.conab.gov.br/capacidadeestatica/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CONTEL, Fábio Betioli. **Os conceitos de região e regionalização:** aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. Saúde e Sociedade (Online), v. 24, p. 447-460, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Algumas considerações sobre análise regional**. Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, n. 4, out./dez. 1987. p. 47-52.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302p.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia:** conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. 2010. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH – USP. 2010.

_____. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP – Espaço e Tempo (online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, P.C.C; CORRÊA, Roberto Lobato (ogs). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 140-177.

_____. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de et. al. **O novo mapa do mundo – natureza e sociedade hoje:** uma leitura geográfica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002. p. 53-63.

DANTAS, Marcelo Eduardo. ADAMY, Amilcar. Compartimentação do relevo do estado de Rondônia, p. 37-54. In: ADAMY, Amilcar (Org.). **Geodiversidade do Estado de Rondônia**. 1ed. Porto Velho - CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/15691>>. Acesso em: 22 Fev. 2019.

DE TONI, Jackson; KLARMANN, Herbert. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. In: **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 517-538, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2019>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

EGLER, Claudio Gonçalves. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORREA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Sistema de produção para soja: Região de cerrados de Rondônia**. Brasília: EMBRATER, 1987. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/698129/sistema-de-producao-para-soja-regiao-de-cerrados-de-rondonia>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Avaliação de genótipos de arroz de sequeiro nos cerrados de Rondônia – 1996/97**. Nº 143. Rondônia, 1998. p. 1-3. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/79035/1/FOL-6142-0001.pdf>>. Acesso em: 05 nov 2018. (folheto)

_____. Atuação da Embrapa **Rondônia em pesquisa com culturas anuais**. Rondônia, 2000. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/902004/atuacao-da-embrapa-rondonia-em-pesquisa-com-culturas-anuais>>. Acesso em: 05 nov 2018. (folder)

EXTRA DE RONDÔNIA. **Maior conjunto habitacional de Vilhena em fase final de construção**. 2014. Disponível em: <<http://www.extraderondonia.com.br/2014/05/07/maior-conjunto-habitacional-de-vha-em-fase-final-de-construcao/>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

_____. **Rosani Donadon apresenta seus projetos sobre Educação Pública municipal**. 2016. Disponível em: <<http://www.extraderondonia.com.br/2016/08/29/rosani-donadon-apresenta-seus-projetos-sobre-educacao-publica-municipal/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FERREIRA, Evaldo. **Cáceres: Capital regional no contexto de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

_____. Polo regional? A visão dos representantes municipais sobre a polarização de Cáceres na região sudoeste de Mato Grosso. **Revista Ciência Geográfica**, AGB Bauru – SP: Editora Saraiva, ano 21, n1, 2017. p. 81-101.

FERRONATO, M. L; MACHADO, D. M. S; STOLERMAN, P; CASAGRANDE, L. P. Aspectos socioambientais de Cujubim, Rondônia: ciclo de exploração dos recursos naturais. **Revista Presença Geográfica**, v. 3, n. 1, p. 26-49, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/1773/1599>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

FIORI, Marcos Fernando. **Olhares sobre a colonização**: o colonialismo manifesto na ocupação de Vilhena. 2012, 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2012.

FOLHA DE VILHENA. **Com muitas ofertas e promoções grupo Carrefour inaugura Atacadão em Vilhena**. 2016. Disponível em: <<https://www.folhadevilhena.com.br/2016/06/inaugurou-com-muitas-ofertas-populacao-lota-atacado-em-vilhena/>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

_____. **Hospital Regional de Vilhena conta com novos leitos hospitalares; investimento demorou uma década**. 2018a. Disponível em: <<https://www.folhadevilhena.com.br/2018/01/hospital-regional-de-vilhena-conta-com-novos-leitos-hospitalares-investimento-demorou-uma-decada/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. **Estado deposita R\$ 300 mil para a UTI em Vilhena**. 2018b. Disponível em: <<https://www.folhadevilhena.com.br/2018/08/estado-deposita-r-300-mil-para-uti-em-vilhena/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

FOLHADOSULONLINE. **Prefeito, Justiça, vereador e secretários de Saúde fazem vistoria surpresa ao Hospital Regional de Vilhena**. 2018. Disponível em: <<https://www.folhadosulonline.com.br/noticias/detalhe/2018/prefeito-justica-vereador-e-secretarios-saude-fazem-vistoria-surpresa-ao-hospital-regional-vilhena>>. Acesso em: 20 Fev 2019.

FONSECA, A. A. M.. **Em torno do conceito de região**. Sitientibus. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, v. 21, p. 89-100, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. 1999. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 05 nov 2018.

G1. **Hospital Regional de Vilhena pode ser administrado pelo governo de RO a partir de 2018**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/hospital-regional-de-vilhena-pode-ser-administrado-pelo-governo-de-ro-a-partir-de-2018.ghtml>>. Acesso em: 11 set. 2018.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 31, n. 1, p. 5-25, jan./mar. 1969.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. P. 49-76. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOOGLE MAPS. **Cidade de Vilhena**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.7557953,-60.1087349,12976m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAVAN. **Nossa História: linha do tempo**. Disponível em: <<https://cliente.havan.com.br/Portal/Institucional/LinhaDoTempo/>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Subsídios à regionalização**. Rio de Janeiro: Divisão de Geografia, 1968.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 17 out 2018.

_____. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões: Região Norte**. V. 2, tomo 1. Rio de Janeiro, 1991a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_2.pdf>. Acesso em: 17 out 2018.

_____. **Censo demográfico 1991: Rondônia**. 1991b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n2_caracteristicas_populacao_domicilios_ro.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv7199.pdf>>. Acesso em: 26 Nov. 2018.

_____. **Censo demográfico 2000**. 2000b. <https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=310/tabela13_1.shtm&uf=11>. Acesso em: 24 out 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>> . Acesso em: 22 out 2018

_____. **Estimativa demográfica de 2008**. 2008b. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2008/>. Acesso em: 10 Jan. 2018

_____. **Censo demográfico 2010: População Urbana e Rural**. 2010a. Disponível em:
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=11&dados=0>>. Acesso em: 31 out 2018.

_____. **Censo demográfico 2010**. 2010b. Disponível em:
<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=11&dados=0>>. Acesso em: 08 jan 2018.

_____. **Divisão Urbano-Regional**. 2013. Disponível em:
<https://www2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_divisao_urbano_regional.shtm>. Acesso em: 19 out 2018

_____. **Projeto Regiões Rurais**. 2015a: relatório técnico. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94413.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Mapa das Regiões Rurais**. 2015b. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/152c9e6bdf1125d0acac5a2d73330b16.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. **Dispõe sobre as referências jurídicas da Amazônia legal**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/amazonialegal.shtm?c=2>>. Acesso em 18 nov. 2016.

_____. **Estimativa demográfica de 2017**. 2017a. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Redes e fluxos do território: Ligações Rodoviárias e Hidroviárias** 2016. Rio de Janeiro: Coordenação de Geografia, 2017c.

_____. **Produção da Pecuária Municipal 2002-2016**. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/>. Acesso em: 26 out 2018a.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: base 2002-2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 31 out 2018b.

_____. **População série histórica: 1872 – 2010.** Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm>.
Acesso em: 10 set. 2018c.

_____. **Rondônia área municipal região de Vilhena.** Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/ro?indicadores=29167>>. Acesso em:
23. Maio. 2018d.

_____. **Censo Agro 2017 resultados preliminares: bovinos Rondônia.**
Disponível em:
<https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=11&tema=75652>. Acesso em: 13 set. 2018e.

_____. **Produção agrícola municipal 2002-2016.** Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_%5Banual%5D/>. Acesso em 26 nov. 2018f.

INFORMAÇÕES PARA O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO E RENDA (ISPER). **Dados por município.** 2018. Disponível em:
<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 05 nov 2018.

JESUS, Josias; SPINOLA, Noelio. Seis décadas da teoria dos polos de crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano 17, n. 2 -, Salvador. 2015, p. 935-952.

JUILLARD, Étienne. A região: tentativa de definição. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 185, mar/abr, 1965, p. 224-236. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1965_v24_n185_mar_abr.pdf>. Acesso em: 05 fev 2019.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados. vol.16, n.45, 2002. pp. 37-61.

KUNZLER, J. C. S; BARBOSA, F. A. R. Recursos Hídricos superficiais. p. 79-92. In: ADAMY, Amílcar (Org.). **Geodiversidade do Estado de Rondônia.** 1ed. Porto Velho - CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2010. Disponível em:
<<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/15691>>. Acesso em: 22 Fev. 2019.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 187-204.

_____. **Região e Geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Políticas no Pós-Guerra: o caso do Brasil.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG - TD nº 358, 2009. (Texto para Discussão)

LIMA NETO, Everaldo Macena de. **Sobre a natureza da geografia entre Richard Hartshorne e Fred k. Schaefer: um fragmento inacabado**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH-USP, 2012.

LUS, Diego Alves. **Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena: uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Migração na Amazônia Legal: Sugestão para uma abordagem geopolítica. In: COELHO, Maria Célia Nunes; Jorge Luiz Barbosa (Orgs.). **Amazônia: problemas e impasses**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro: AGB. 1982. p. 2-11.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**. Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1995. P. 83-103.

MERCIER, Guy. A região e o estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. **Annales de Géographie**, [1995] 2009. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/300/257>> acesso em: 27 maio 2017. Tradução: Guilherme Ribeiro.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plataforma de informações RAIS-CAGED**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgproger/login.php>>. Acesso em: 24 out 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Revista GEOgraphia**, v. 3, n. 5, 2001. p. 15-32.

NUNES, Natan Gurkewicz; FERREIRA, Evaldo. Características da Formação Socioespacial de Chupinguaia-RO: crescimento local e categorias de análise miltoniana. p. 464-474. In: SOUZA, I. A. de; FERREIRA, E; FERREIRA, A. R. **Geografia: contextos e interfaces: coletânea da XVII semana de geografia (UNEMAT – Cáceres)**, 1.ed, Itacaiúnas: Editora Ananindeua, 2018.

_____. A mesoescala em estudo regional: perspectivas na teoria da Região. In: XV Eregio: Geografia no contexto das reformas neoliberais no Brasil, **Anais...** Catalão-GO, 2018, p. 324-334.

OLIVEIRA, A. E. A. Marxismo e a questão regional. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo: (PUCSP), v. 19, p. 112-128, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/26682/pdf>> acesso em: 27 jun. 2017.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas**

endógenas em Rondônia e Acre. 2009. 329f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNESP – Rio Claro. 2009.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **Revista de Geografia Agrária**. v. 5, nº10, ago-2010. P. 288-311.

PERPETUA, G. M. Considerações sobre a produção do espaço regional à luz da teoria marxista contemporânea. **Formação** (Presidente Prudente), v. 2, p. 50-65, 2011.

PIKE, Andy; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John. Local and regional development in the Global North and South. **Progress in Development Studies**, 2014, 14(1) p. 21-30. Disponível em: <<https://blogs.ncl.ac.uk/curds/files/2012/10/Local-and-regional-development-in-the-global-North-and-South1.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Local and Regional Development**. London: Routledge, 2006. 328p. Disponível em: <<http://files.lucir.webnode.com.br/200000071-dfb54e0af7/Andy%20Pike%20Local%20and%20Regional%20Development%20%202006.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD BRASIL). **Ranking IDHM dos municípios 2000-2010**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. Neil Smith e o desenvolvimento desigual do capitalismo. **Revista Percorso (Online)**, v. 6, p. 35-62, 2014.

RICARTE, Carlos Alberto de Almeida. **A psicofera do espaço agrário de Vilhena: contradições entre o agronegócio e o campesinato**. 2016, 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2016.

RIBEIRO, Alyson Fernando Alves. **A regularização fundiária como (in)solução para a questão agrária: o desvelar do Programa Terra Legal Amazônia no Cone-Sul de Rondônia**. 2017, 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Rondônia: Porto Velho, 2016.

RONDÔNIA. **Lei complementar nº 414 de 28 de dezembro de 2007 cria os polos de referência regionais e dá outras providências**. 2007. Disponível em: <<http://cotel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/LC414.pdf>>. Acesso em: 31 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia: 2005/2009**. Porto Velho: GEP - SEPLAN, 2013a. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/PIB%20dos%20munic%C3%ADpios%202005-%202009.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2010.**

Porto Velho: GEP - SEPLAN. 2013b. Disponível em:

<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIB_20_2002_2007/O%20Produto%20Interno%20Municipal_2010.pdf>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2013.**

Porto Velho: GOB – SEPOG. 2013c. Disponível em:

<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/O%20Produto%20Interno%20Municipal_resumo2013.pdf>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Produto Interno Bruto PIB dos municípios de Rondônia 2014.**

Porto Velho: GOB – SEPOG. 2013d. Disponível em:

<<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/Resumo%20O%20Produto%20Interno%20Municipal%202014.pdf>>. Acesso em: 22 out 2018.

_____. **Perfil dos Municípios.** SEPOG, 2015. Disponível em:

<<http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/19>>. Acesso em: 31 out 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável 2015-2030.**

2015a. Disponível em:

<<http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PDES/26.11.%20PLANO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20ESTADUAL%20SUSTENT%C3%81VEL%20DE%20ROND.pdf>>. Acesso em: 23. Maio 2018.

_____. **Plano de desenvolvimento Econômico Sustentável torna**

Rondônia parâmetro para todo o país. 2015b. Disponível em:

<<http://www.rondonia.ro.gov.br/plano-de-desenvolvimento-sustentavel-torna-rondonia-parametro-para-todo-o-pais/>>. Portal do Governo do estado de Rondônia. Acesso em: 23. Maio. 2018.

_____. **PIB dos municípios 2005-2014.** 2018. Disponível em:

<<http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/20>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SANTOS, Milton. Organização do Espaço e Organização Social: O caso de Rondônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes; Jorge Luiz Barbosa (Orgs.).

Amazônia: problemas e impasses. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro: AGB. 1982. p. 51-77.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território.** Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999, p. 5-20.

SHIZATO, Edgar; TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; MENDES, Ângelo Mansur. Solos. p. 55-78. In: ADAMY, Amílcar (Org.). **Geodiversidade do Estado de Rondônia.** 1ed. Porto Velho - CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2010.

Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/15691>>. Acesso em: 22 Fev. 2019.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira. **Análise crítica da utilização do IDH-M como critério de alocação de recursos para habitação**. In: XXXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD, São Paulo, 2009a. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS949.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SILVA, Márcio Rodrigues. **Desvelando a cidade**: segregação socioespacial em Jataí-GO. Goiânia. 2009, 205f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG): Instituto de Estudos Sócio-ambientais (IESA), 2009b.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/viewFile/19983/11588>>. Acesso em: 21 Nov. 2018.

SITEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA). **Produtor Interno Bruto do Brasil: 2002-2015**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1193#resultado>>. Acesso em: 31 out 2018.

SOARES, José Carlos de Oliveira. **Pequenas cidades da região de Cáceres – MT**: papéis e significados na dinâmica socioeconômica regional. 2014. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

SOARES, J. C. O. MOREIRA, Ruy. A regionalização em Mato Grosso: controvérsias, intenções e consequências na região de planejamento de Cáceres. **Revista Ciência Geográfica**, AGB Bauru – SP: Editora Saraiva, ano 21, n. 1, 2017. p. 5-17.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Abc do desenvolvimento urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História). – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2011.

SOUZA, V. A. S; NUNES, M. L. A; FRANCENER, S. F; ROSA, A. L. D. Eventos de precipitações extremas na Amazônia Ocidental: Rondônia – Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 14, p. 295-315, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/36816/35946>>. Acesso em: 14 mar 2019.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B; SORBAZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Desafios para o estudo das cidades médias In: Seminário Internacional de La Red Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalización y Territorio, 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: UNCUIYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

TERRASINDÍGENAS. Parque Índigena Aripuanã. 2018. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3604>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.

TOWNSEND, C. R; PEREIRA, R. G. A; COSTA, N. L. **Considerações sobre sistemas de integração lavoura-pecuária na Amazônia**. Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2009 (Série Embrapa, Documentos, 130). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/710955/1/doc130sistemalavourapecuaria.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2019.

VALENTE, E; FEIJO, C. A; CARVALHO, P. G. M. Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico e o debate no Brasil contemporâneo. **Revista estatística e sociedade**, v. 2, p. 42-56, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/36554/23652>>. Acesso em 22 Fev. 2019.

VILHENA. Lei nº 2.065 de 10 de outubro de 2006. **Institui o plano diretor participativo e dá outras providências**. 2006. Disponível em: <<http://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/1073/7d0b25ca420c.pdf>>. Acesso em: 23. Maio. 2018.

_____. **Hospitais e postos de saúde**. 2018a. Disponível em: <<http://vilhena.ro.gov.br/index.php?sessao=b054603368hlb0>>. Acesso em 11 set. 2018.

_____. **Instituições de ensino municipais**. 2018b. Disponível em: <<http://vilhena.ro.gov.br/index.php?sessao=b054603368elb0>>. Acesso em: 12 set. 2018.

VILHENA. **Mapas elaborados pela Prefeitura**. 2018c. Disponível em: <<http://vilhena.ro.gov.br/index.php?sessao=b054603368dwb0>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

WILTGEN, Roberto da Silva. Notas sobre Polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 12 (2), 1991, p.532-539.

ZARUR, Jorge. Análises regionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, n. 2, p. 177-188, abr./jun. 1946. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n2.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.